

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE - UNESC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS**

**CAROLINA PORTO LUIZ**

**ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO:**

**Estratégias de Preservação e Socialização na Área dos Sítios Sambaquis  
Localizados no Balneário Morro dos Conventos, Município de Araranguá/SC**

**Criciúma**

**2024**

**CAROLINA PORTO LUIZ**

**ARQUEOLOGIA E EDUCAÇÃO:**

**Estratégias de Preservação e Socialização na Área dos Sítios Sambaquis**

**Localizados no Balneário Morro dos Conventos, Município de Araranguá/SC**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC).

Orientador: Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos

**Criciúma**

**2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

L953a Luiz, Carolina Porto.

Arqueologia e educação : estratégias de preservação e socialização na área dos Sítios Sambaquis localizados no Balneário Morro dos Conventos, Município de Araranguá/SC / Carolina Porto Luiz. - 2024.

107 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Criciúma, 2024.

Orientação: Juliano Bitencourt Campos.

1. Educação patrimonial. 2. Patrimônio arqueológico - Preservação. 3. Sambaquis - Preservação - Balneário Morro dos Conventos (Araranguá, SC). 4. Sambaquis - Preservação - Balneário de Ilhas (Araranguá, SC). I. Título.

CDD 23. ed. 363.69098164

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101  
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC




## PARECER

Os membros da Comissão Examinadora homologada pelo Colegiado de Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado apresentada pela candidata **CAROLINA PORTO LUIZ**, sob o título: **“Arqueologia e Educação: Estratégias de Preservação e Socialização na área dos Sítios Sambaquis Localizados no Balneário Morro dos Conventos, Município de Araranguá/SC”**, para obtenção do grau de **MESTRE EM CIÊNCIAS AMBIENTAIS** no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Após haver analisado o referido trabalho e arguido a candidata, os membros são de parecer pela **“APROVAÇÃO”** da Dissertação.

Criciúma/SC, 13 de dezembro de 2024.

  
**Prof. Dr. Geovan Martins Guimaraes**  
Segundo Examinador

  
**Prof. Dr. Geraldo Milioli**  
Primeiro Examinador

  
**Prof. Dr. Juliano Bitencourt Campos**  
Presidente da Comissão e Orientador

*Dedico a minha filha, Heloísa;*

*A minha mãe, Marcia;*

*E minha irmã, Jessica;*

*Obrigada por todo amor, confiança e inspiração.*

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha família: meus pais, por sempre apoiarem meus sonhos e me abraçarem em todos os momentos; minha irmã, por ser uma fonte constante de incentivo; minha afilhada, Helena por todas risadas e aconchego, e minha filha, Heloísa, que entrou na minha vida no meio deste processo e me ensinou tanto sobre resiliência, paciência e amor. Agradeço também aos meus amigos, que tornaram essa jornada mais leve e prazerosa. Em especial, ao Régis, Débora, Uilliam e à Tatiane, por todas as risadas e os infinitos memes; à Arlete, por todas as discussões enriquecedoras e conversas nos intervalos das aulas; A Andreza, por sempre acreditar em mim, e à Silvia, por me mostrar que é possível conciliar estudos, pesquisa e a vida familiar com tranquilidade e leveza.

Agradeço imensamente ao meu orientador, professor Juliano, pela orientação e flexibilidade. Durante minha trajetória no mestrado passei por inúmeros processos de aprendizagens e mudanças de rotas. Muito obrigada por toda paciência e respeito durante todos os meus processos e até mesmo minhas ausências durante a gestação da Heloísa, obrigada também por nossas reuniões e conversas, por apoiar minhas ideias e colocar meu “pé no chão” quando queria abraçar o mundo de forma impossível, e principalmente, pela oportunidade de crescimento como estudante, professora e pesquisadora.

Sou muito grata também a minha banca de qualificação, ao professor Jairo pelas discussões nas aulas durante o curso e pelas contribuições ao longo da pesquisa. E ao professor Geovan, por ter sido meu orientador durante a graduação, por me apresentar ao mundo da arqueologia e, principalmente, por sempre acreditar em meu potencial. Muito obrigada por todo carinho, pelas experiências e oportunidades ao longo da minha trajetória, sem dúvida se hoje eu estou no mestrado e se acredito na educação como algo transformador é porque sou fruto de um projeto de educação que visa a ciência, as pessoas e um mundo mais inclusivo, e isso vem de grupos de pesquisa como o Grupo de Pesquisa em Educação Patrimonial e Arqueologia (GRUPEP) e o Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz (LAPIS).

Como já mencionado acima, expresso minha gratidão à equipe do LAPIS, e à equipe do GRUPEP, que desempenham um papel fundamental na comunidade acadêmica e escolar, não apenas realizando pesquisas, mas também divulgando e valorizando o patrimônio da nossa região junto à comunidade escolar. Obrigada a todos os colegas que fazem parte do laboratório e aos colegas e professores do programa de pós-graduação em Ciências Ambientais. Em especial agradeço aos colegas Carlos, Gabriel, Tarcísio, Ana, José Gustavo e Gislaine.

Por fim, agradeço ao Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Comunitárias de Educação Superior (PROSUC/CAPES) e ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU) pelo financiamento que possibilitou a conclusão do mestrado. O primeiro passo para termos um mundo mais justo e igualitário é pela educação, e sou muito grata te ter feito parte de programas de incentivo a inserção da população no ensino superior, iniciando com Prouni, seguido de bolsas de iniciação a pesquisa e docência, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBID), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBIC) e agora no mestrado como bolsista UNIEDU. O incentivo a educação e a ciência muda vidas (mudou a minha) e é a garantia em um futuro melhor. Gratidão e carinho a todos que fizeram parte dessa caminhada.

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo... (Freire, 1992, p. 110).

## RESUMO

O estudo tem como objetivo aproximar o patrimônio arqueológico da comunidade local, questionando o propósito e a acessibilidade do patrimônio em contextos culturais e educacionais. Focado nos sítios sambaquis, formados por povos pré-coloniais no Balneário Morro dos Conventos e no Balneário de Ilhas, em Araranguá/SC, a presente pesquisa busca compreender como as práticas de preservação desses sítios podem ser aprimoradas por meio de estratégias educativas e de socialização. Fundamentado em teorias sobre a relação entre paisagem, cultura e território, o estudo enfatiza o papel da educação patrimonial como prática cidadã e crítica, promovendo o diálogo entre passado e presente. Metodologicamente, caracteriza-se como exploratório, utilizando análises documentais e dados de pesquisas anteriores, integrando abordagens qualitativas que fundamentaram uma análise sobre a ocupação pelos povos sambaquieiros e o uso atual do território. Além disso, foram realizadas visitas *in loco* com caminhada e diagnóstico não interventivo, registro fotográfico e uso de ferramentas como GPS e fichas do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos. Foram analisados 8 sítios sambaquis situados no Morro dos Conventos e no Balneário de Ilhas. Neste viés, para ampliar as discussões de socialização dos sítios, a pesquisa examinou a legislação educacional brasileira, como as leis nº 10.639 (Brasil, 2003), nº 11.645 (Brasil, 2008) e nº 14.945 (Brasil, 2024), que tratam do Novo Ensino Médio, propondo ações educativas voltadas à valorização do patrimônio arqueológico. Os resultados apontam para as orientações de abordagens educativas que integram o patrimônio ao currículo escolar e ao cotidiano da comunidade, utilizando infraestruturas locais existentes. Tais estratégias ampliam o espaço de aprendizagem, sensibilizam a população para a preservação do patrimônio e fortalecem o senso de pertencimento. Conclui-se que a educação patrimonial, aplicada de forma interdisciplinar, transdisciplinar e crítica, pode fomentar a valorização do território e da história local, contribuindo para a construção de uma consciência cidadã e socialmente responsável.

**Palavras-chave:** Educação Patrimonial; Arqueologia; patrimônio; Novo Ensino Médio; preservação.

## ABSTRACT

The study aims to bring archaeological heritage closer to the local community, questioning the purpose and accessibility of heritage in cultural and educational contexts. Focusing on the sambaquis sites, built by pre-colonial peoples in Balneário Morro dos Conventos and Balneário de Ilhas, in Araranguá/SC, this research seeks to understand how preservation practices for these sites can be enhanced through educational and socialization strategies. Grounded in theories on the relationship between landscape, culture, and territory, the study highlights the role of heritage education as a critical and civic practice, fostering dialogue between the past and present. Methodologically, it is characterized as exploratory, using documentary analysis and data from previous research, integrating qualitative approaches to analyze the occupation by sambaqui peoples and the current use of the territory. Additionally, on-site visits were conducted using non-invasive survey techniques, photographic documentation, GPS tools, and forms from the National Registry of Archaeological Sites. Eight sambaqui sites located in Morro dos Conventos and Balneário de Ilhas were analyzed. Furthermore, to broaden discussions about the socialization of these sites, the research examined Brazilian educational legislation, such as laws nº 10.639 (Brasil, 2003), nº 11.645 (Brasil, 2008), and nº 14.945 (Brasil, 2024), which addresses the New High School framework, proposing educational actions aimed at valuing archaeological heritage. The results point to the guidance of educational approaches that integrate heritage into school curricula and the community's daily life, utilizing existing local infrastructure. Such strategies expand learning spaces, raise public awareness about heritage preservation, and strengthen the sense of belonging. It concludes that heritage education, applied in an interdisciplinary, transdisciplinary, and critical manner, can foster the appreciation of local history and territory, contributing to the construction of a socially responsible and civically conscious society.

**Keywords:** Heritage Education; Archaeology; heritage; New Secondary Education; preservation.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da área de pesquisa .....	20
Figura 2 - Localização dos sítios concheiros em Morro dos Conventos e Balneário de Ilhas ..	56
Figura 3 - Sítio arqueológico SC-ARA-052 .....	58
Figura 4 - Sítio arqueológico SC-ARA-050 .....	60
Figura 5 - Loteamento expandindo próximo a área do sítio SC-ARA-050.....	60
Figura 6 - Localização do Sítio SC-ARA-050 próximo ao Farol Morro dos Conventos .....	61
Figura 7 - Sítio arqueológico SC-ARA-048 .....	63
Figura 8 - Sítio arqueológico SC-ARA-047 .....	65
Figura 9 - Superfície do sítio sambaqui SC-ARA-031 .....	68
Figura 10 - Sítio arqueológico SC-ARA-014 .....	70
Figura 11 - Sítio arqueológico SC-ARA-013 .....	72
Figura 12 - Sítio arqueológico SC-ARA-012 .....	74
Figura 13 - Área de abrangência da Unidade de Conservação Municipal APA Costa de Araranguá .....	76
Figura 14 - Planta baixa do Farol Morro dos Conventos .....	78
Figura 15 - Vista do Mirante 1 do Farol Morro dos conventos à direita .....	79
Figura 16 - Vista do Mirante 1 do Farol Morro dos Conventos à esquerda .....	80
Figura 17 - Vista do Mirante 2 do Farol Morro dos Conventos à direita .....	81
Figura 18 - Vista do Mirante 2 do Farol Morro dos Conventos à esquerda .....	82
Figura 19 - Espaço para socialização no Farol Morro dos Conventos, com áreas de acessos e bancos .....	83
Figura 20 - Espaço para socialização no Farol Morro dos Conventos, com bancos e mesas...	83

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Itinerários Formativos relacionados à diversidade cultural.....	46
Quadro 2 - Objetivos gerais de formação da área de Ciências Humanas para os anos finais do Ensino Fundamental em relação aos eixos de formação .....	51
Quadro 3 - Abordagens didático pedagógica e seus conceitos.....	52
Quadro 4 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-052.....	57
Quadro 5 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-050.....	58
Quadro 6 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-048.....	62
Quadro 7 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-047.....	64
Quadro 8 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-031.....	67
Quadro 9 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-014.....	69
Quadro 10 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-013.....	71
Quadro 11 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-012.....	73
Quadro 12 - Proposta de atividades educativas sobre o patrimônio arqueológico de Morro dos Conventos em relação aos Objetos de estudos do Novo Ensino Médio.....	87

## LISTA DE SIGLAS

AP	Antes do Presente
APA	Área de Proteção Ambiental
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
CPRM	Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EP	Educação Patrimonial
FAMA	Fundação Ambiental do Município de Araranguá
FCA	Ficha de Caracterização de Atividade
GPS	Sistema de Geolocalização
GRUPEP	Grupo de Educação Patrimonial e Arqueologia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAPIS	Laboratório de Arqueologia Pedro Ignácio Schmitz
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NEM	Novo Ensino Médio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNE	Plano Nacional de Educação
PROSUC/CAPES	Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Comunitárias de Educação Superior
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNE	Plano Nacional de Educação
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SAIP	Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio
SEI	Sistema Eletrônico de Informação
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SIG	Sistema de Informação Geográfica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIEDU	Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Objetivos.....</b>	<b>17</b>
1.1.1 Objetivo geral .....	17
1.1.2 Objetivos específicos.....	17
<b>2 MATERIAIS E MÉTODOS .....</b>	<b>18</b>
<b>2.1 Natureza da pesquisa e seus instrumentos .....</b>	<b>18</b>
<b>2.2 Localização e descrição da área de estudo .....</b>	<b>19</b>
<b>3 ENTRE CONCHAS E HORIZONTES: EDUCAÇÃO, PESQUISA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO .....</b>	<b>23</b>
<b>3.1 O patrimônio arqueológico legado da ocupação pré-colonial regional .....</b>	<b>23</b>
<b>3.2 Explorando caminhos: encontros entre paisagens e patrimônio arqueológico.....</b>	<b>30</b>
<b>3.3 Cultura, memória e pertencimento: conexões entre passado e presente.....</b>	<b>34</b>
<b>3.4 Formando cidadãos: a educação como ferramenta para a preservação do patrimônio cultural.....</b>	<b>40</b>
<b>3.5 Novo Ensino Médio: uma proposta transdisciplinar.....</b>	<b>44</b>
<b>3.6 Patrimônio em diálogo com a interdisciplinariedade e transdisciplinariedade.....</b>	<b>50</b>
<b>3.7 Espaço de aprender, ensinar e compartilhar .....</b>	<b>53</b>
<b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....</b>	<b>56</b>
<b>4.1 Identificação e integridade dos sítios .....</b>	<b>56</b>
4.1.1 Sítio SC-ARA-052.....	57
4.1.2 Sítio SC-ARA-050.....	58
4.1.3 Sítio SC-ARA- 048.....	61
4.1.4 Sítio SC-ARA-047.....	64
4.1.5 Sítio SC-ARA-031.....	65
4.1.6 Sítio SC-ARA-014.....	68
4.1.7 Sítio SC-ARA-013.....	70
4.1.8 Sítio SC-ARA-012.....	72
<b>4.2 Morro dos Conventos: espaço de socialização .....</b>	<b>76</b>
<b>4.3 Abordagens pedagógicas e os patrimônios.....</b>	<b>84</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>90</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>93</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O intuito desse estudo é aproximar o patrimônio arqueológico com a comunidade ao seu entorno, durante muito tempo na vida acadêmica e lecionando para a educação básica, um questionamento era recorrente: “patrimônio para que e quem?”. Embora saibamos sobre todo o caráter elitista construído acerca do patrimônio e a história oficial, falar com o foco na valorização e preservação de sítios arqueológicos, pode ser algo muito distante da realidade atual de estudantes, comunidade escolar e docentes.

Consequentemente, em se tratando dos sambaquis – estruturas formadas por povos pré-coloniais, uma boa abordagem para criar a conexão com o passado é pela própria paisagem, que inclui o rio e o mar. Esses elementos naturais – ainda muito presentes e significativos para os habitantes do litoral – servem como um elo simbólico que aproxima as comunidades atuais das populações antigas, tornando a história desses sítios mais acessível e ressignificada. Logo, o contato diário dos moradores com o ambiente costeiro, seja por meio de atividades econômicas, lazer ou práticas esportivas, facilita o entendimento da importância de proteger esses vestígios arqueológicos que guardam uma riqueza de informações sobre as sociedades ancestrais.

Nesse sentido, Ab’Sáber (2005, p. 78) discute a relação entre paisagem e cultura ao afirmar que a paisagem é “um palco da vida, ao mesmo tempo espaço de suporte, cenário e produção de simbolizações coletivas”. Para ele, a paisagem não é apenas uma formação natural, mas é moldada e repleta de significados culturais, refletindo as práticas e o imaginário das comunidades que nela habitam. Ou seja, essa perspectiva enfatiza a paisagem como uma dimensão fundamental para entender a cultura e a identidade de um povo. Além disso, a relação entre cultura e território é imprescindível para entender como as comunidades se conectam com seu patrimônio.

Dessa forma, o território não é apenas um suporte físico, mas um elemento dinâmico e simbólico, que organiza e expressa as relações culturais, sociais e históricas de um povo. “O território é, assim, o espaço definido e delimitado pela e a partir de uma relação de poder, mas é também o chão onde se inscrevem, se realizam e se manifestam as ações sociais e as heranças culturais” (Santos, 2002, p. 97).

Assim, o envolvimento das comunidades na gestão e preservação de seus próprios territórios permite que se estabeleça uma dinâmica entre a memória cultural e as práticas cotidianas, o que fortalece a identidade local e contribui para a conservação dos sítios arqueológicos e naturais. Outrossim, a Educação Patrimonial (EP) é uma das formas de buscar a valorização do patrimônio e também integrar as pesquisas acadêmicas, arqueologia de

contrato ao ambiente escolar e a comunidade. Nesta perspectiva Fonseca (2009), que afirma que a EP deve promover um diálogo entre o passado e o presente, incentivando a análise crítica sobre como o patrimônio é construído, interpretado e protegido. Esse processo é uma prática de cidadania, na qual a comunidade tem um papel ativo na definição e na valorização de sua herança cultural.

É necessário compreender o patrimônio de uma forma crítica e não apenas contemplativa. Cabe, portanto, ao educador patrimonial, criar possibilidades para uma construção coletiva do que é patrimônio cultural, a partir do diálogo e da negociação, sabendo que, nesse processo, necessariamente pode haver consensos, dissensos, dilemas e conflitos (Tolentino, 2016, p. 45).

Além disso, Horta (2009) reforça a importância de uma EP contínua, com abordagem pedagógica que valorize o diálogo e a negociação no processo de EP. Para ele, o educador patrimonial atua como mediador, criando um espaço de construção coletiva e crítica sobre o que deve ser preservado como patrimônio, incluindo a necessidade de reconhecer e respeitar as divergências e os conflitos que surgem desse processo. Assim, a definição do que é patrimônio cultural passa por uma prática social dinâmica, onde consensos e dissensos são fundamentais para que o processo educativo reflita a diversidade cultural e a pluralidade de valores de uma sociedade.

Portanto, integrar o patrimônio arqueológico e cultural de Santa Catarina à educação escolar, especialmente no contexto do Novo Ensino Médio (NEM), é uma oportunidade para aproximar os estudantes da diversidade cultural da região. Essa integração se alinha à legislação que exige a inclusão de temas sobre diversidade cultural e as culturas indígena e afro-brasileira no currículo escolar, como estabelecido pela Lei nº 11.645 (Brasil, 2008). Essa lei determina a obrigatoriedade de ensinar história e cultura afro-brasileira e indígena, reforçando o compromisso com a valorização das múltiplas heranças culturais do Brasil e promovendo uma educação que respeite a pluralidade de identidades e tradições presentes no país.

Destarte, no ensino em Santa Catarina, a proposta interdisciplinar do novo Ensino Médio busca estimular o reconhecimento das diversas expressões culturais, incentivando os alunos a compreenderem o patrimônio cultural e natural como elementos dinâmicos de sua identidade local e regional (CNE, 2018). Conforme argumentado por Fonseca (2009), a EP é uma prática de cidadania, que, ao promover o diálogo entre o passado e o presente, permite aos alunos uma análise crítica sobre a construção, interpretação e proteção do patrimônio.

Esse entendimento da EP como um espaço de interação crítica reforça a relevância de abordagens que integram conhecimentos de áreas como arqueologia, história, geografia e

antropologia. Trabalhar o patrimônio em sala de aula, especialmente em temas que dialogam com a lei sobre culturas indígenas e afro-brasileiras, permite aos professores criarem atividades que incentivem os estudantes a refletirem sobre a relação entre paisagem, práticas culturais e identidade local. Para Tolentino (2016), essa construção coletiva do patrimônio, fundamentada em diálogo e negociação, não só oferece uma compreensão acadêmica dos temas, mas também contribui para o fortalecimento do pertencimento cultural e para uma consciência crítica sobre o papel dos jovens na sociedade e na preservação do seu patrimônio cultural.

Destaca-se, ainda, que a educação brasileira busca, cada vez mais, uma abordagem integrada e interdisciplinar, fundamentada em documentos normativos e em iniciativas como o NEM. Com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017), por exemplo, o Brasil estabeleceu um marco curricular que define competências e habilidades essenciais, almejando não só o desenvolvimento acadêmico, mas também o preparo do aluno para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Essa proposta educacional é baseada na promoção da inclusão e no reconhecimento da diversidade cultural do país, alinhando-se ao Plano Nacional de Educação (PNE) (Brasil, 2014) e às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) (Brasil, 2010).

Ou seja, a implementação de temáticas transversais e a valorização de áreas antes pouco exploradas, como a história e cultura afro-brasileira e indígena, ampliam o escopo dos currículos escolares e buscam combater a invisibilidade social desses grupos. Nesta perspectiva, as leis nº 10.639 (Brasil, 2003) e nº 11.645 (Brasil, 2008) inseriram obrigatoriamente esses conteúdos nos currículos escolares, promovendo uma educação que reconhece a pluralidade cultural e a importância de uma formação histórica abrangente. Desse modo, essa valorização da diversidade é essencial para construir um sistema educacional inclusivo e democrático, que permite aos alunos se identificarem com os conteúdos aprendidos e com a cultura regional e nacional.

Nesse sentido, com o passar dos anos, a divisão do conhecimento em disciplinas isoladas, tratadas como “caixinhas”, tem sido questionada, já que essa visão segmentada muitas vezes se mostra distante da realidade local e da experiência do aluno. Edgar Morin argumenta que essa abordagem fragmentada precisa ser superada, defendendo que os estudantes deveriam compreender o mundo de uma maneira mais integrada e holística. Assim, esse pensamento vai ao encontro da proposta da BNCC (Brasil, 2017) que valoriza uma visão transdisciplinar e global do conhecimento. Logo, a transdisciplinaridade, assim, não apenas ultrapassa as barreiras entre disciplinas, mas também conecta o aprendizado à vida cotidiana dos estudantes, promovendo uma educação que vai além dos limites formais de cada área de estudo. Isso é essencial para que a educação atue como um agente transformador na sociedade, permitindo

que os estudantes desenvolvam um senso de responsabilidade e solidariedade com o meio em que vivem (Morin, 2003).

Ou seja, a adoção de uma abordagem transdisciplinar, exemplificada nos itinerários formativos do NEM, oferece uma resposta a essa demanda, incentivando uma aprendizagem contextualizada. Logo, essa metodologia conecta saberes de ciências humanas, cultura digital, práticas de linguagem e outros campos, promovendo uma formação crítica e reflexiva que prepara os jovens para uma vida cidadã. Ao valorizar o multiculturalismo e desenvolver competências integradas, a educação brasileira caminha para a construção de uma sociedade mais equitativa e plural. Assim, o currículo escolar se torna um importante veículo de transformação social, capacitando os jovens a enfrentarem os desafios globais e locais com criatividade, empatia e responsabilidade.

Aponta-se, a partir de agora, que a presente pesquisa foi realizada no município de Araranguá, localizado no sul de Santa Catarina, conforme ilustrado na Figura 1. Araranguá é uma região de rica ocupação histórica, evidenciada por mais de 29 sítios arqueológicos. Esses sítios abrigam registros de ocupações indígenas pré-coloniais, como os povos sambaquieiros, guaranis e Laklãno (Jês), além de traços da colonização luso-brasileira e açoriana. A cidade de Araranguá se destaca também por seu potencial turístico, que inclui atrativos naturais, trilhas e turismo de sol e mar.

Conseqüentemente, a área costeira de Morro dos Conventos e balneário de Ilhas destacam-se pela rica diversidade natural e histórica, combinando ecossistemas e elementos culturais, como dunas, o Rio Araranguá, sítios arqueológicos, praias e formações rochosas, tornando-se um importante local para o estudo e preservação do patrimônio arqueológico regional. Nesse sentido, a pesquisa concentrou-se no Balneário Morro dos Conventos, onde há uma grande quantidade de sítios sambaquis e um complexo lagunar que guarda vestígios da ocupação dos povos originários. Assim, o objetivo do estudo é observar a realidade dos sítios de sambaquis locais e propor estratégias de socialização que contribuam para a preservação desses remanescentes culturais e desenvolver práticas educativas para os sítios Sambaquis situados no Balneário Morro dos Conventos e Balneário de Ilhas, no município de Araranguá/SC.

Face ao exposto, assumimos o seguinte problema de pesquisa:

Como as práticas de preservação dos sítios arqueológicos Sambaquis no Morro dos Conventos podem ser aprimoradas por meio de estratégias educativas e de socialização para garantir sua proteção a longo prazo?

## **1.1 Objetivos**

### 1.1.1 Objetivo geral

Analisar estratégias de preservação e metodologias interativas aplicáveis em práticas educativas para os sítios Sambaquis localizados no Balneário Morro dos Conventos e Balneário de Ilhas, município de Araranguá/SC.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os sítios arqueológicos sambaquis que ocorrem na área de estudo;
- b) Indicar estratégias de preservação dos sítios arqueológicos presentes na região;
- c) Propor ações educativas – metodologias interativas aplicáveis – voltadas para os sítios arqueológicos identificados, promovendo a sensibilização e valorização do patrimônio cultural.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

### 2.1 Natureza da pesquisa e seus instrumentos

A presente pesquisa se caracteriza com um estudo de caráter exploratório. Utilizando instrumentos como entrevistas, documentos e dados de pesquisas anteriores, busca-se na pesquisa qualitativa flexibilidade, fundamental para os processos de análises acerca da valorização e identificação de possíveis ameaças ao patrimônio arqueológico. Bauer e Gaskell (2017) afirmam que a pesquisa qualitativa é uma forma de investigação baseada na interpretação das interações sociais, permitindo a compreensão de fenômenos em sua profundidade e singularidade. Da mesma forma, Flick (2009) corrobora a importância da pesquisa qualitativa, enfatizando sua flexibilidade metodológica, que possibilita ao pesquisador ajustar suas técnicas conforme as especificidades do campo de estudo, assegurando uma maior aproximação à realidade investigada.

Inicialmente, a pesquisa foi orientada por uma revisão bibliográfica, que, segundo Rauen (2002, p. 65) “consiste na busca de informações bibliográficas relevantes para a tomada de decisão durante toda a pesquisa”. Logo, para compreender a complexidade do processo de ocupação da área, foram consultadas fontes bibliográficas primárias e secundárias. Aliás, o levantamento incluiu artigos acadêmicos obtidos por meio de bases de dados, documentos públicos e relatórios de pesquisas arqueológicas, resultantes de estudos realizados por instituições acadêmicas e no âmbito do licenciamento ambiental. Além disso, foram utilizadas informações do banco de dados do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN), do Sistema Eletrônico de Informação (SEI/IPHAN) e do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG/IPHAN).

Desse modo, foram realizadas visitas às áreas com potencial arqueológico, utilizando-se técnicas como caminhamento e diagnóstico não interventivos, que consistiram na busca por evidências arqueológicas em superfície ou em áreas com solo exposto, indicando ocupação pré-colonial. Para o registro dos sítios arqueológicos, foi utilizado o modelo de Ficha de Registro de Sítios Arqueológicos, sendo coletados os pontos de coordenadas geográficas Universal Transverse Mercator (UTM) com o auxílio do Sistema de Geolocalização (GPS), realizado o levantamento fotográfico da área e preenchida a ficha de cadastro do CNSA/IPHAN. A ficha de cadastro incluiu informações sobre localização, topografia, vegetação, proprietário do terreno, uso atual do terreno, tipo e categoria do sítio, grau de integridade, além dos fatores antrópicos e naturais de degradação.

Na sequência, com intuito de propor medidas educativas que contribuíssem para a preservação dos bens arqueológicos, foi realizada uma investigação sobre a legislação educacional brasileira, consultando documentos oficiais, tais como: a Constituição Federal (Brasil, 1988) que estabelece a educação como um direito de todos, garantindo a universalização do ensino básico e a valorização dos profissionais da educação; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), instituída pela Lei nº 9.394 (Brasil, 1996), organiza os níveis de ensino e define normas gerais para seu funcionamento; o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005 (Brasil, 2014), estabelece metas para melhorar a qualidade da educação e ampliar o acesso ao ensino em diversas etapas; além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2010), a Lei nº 11.645 (Brasil, 2008) que estabelece a obrigatoriedade do ensino da cultura afrobrasileira e indígena e a BNCC (Brasil, 2017) orientam os currículos e as competências essenciais a serem desenvolvidas na educação básica.

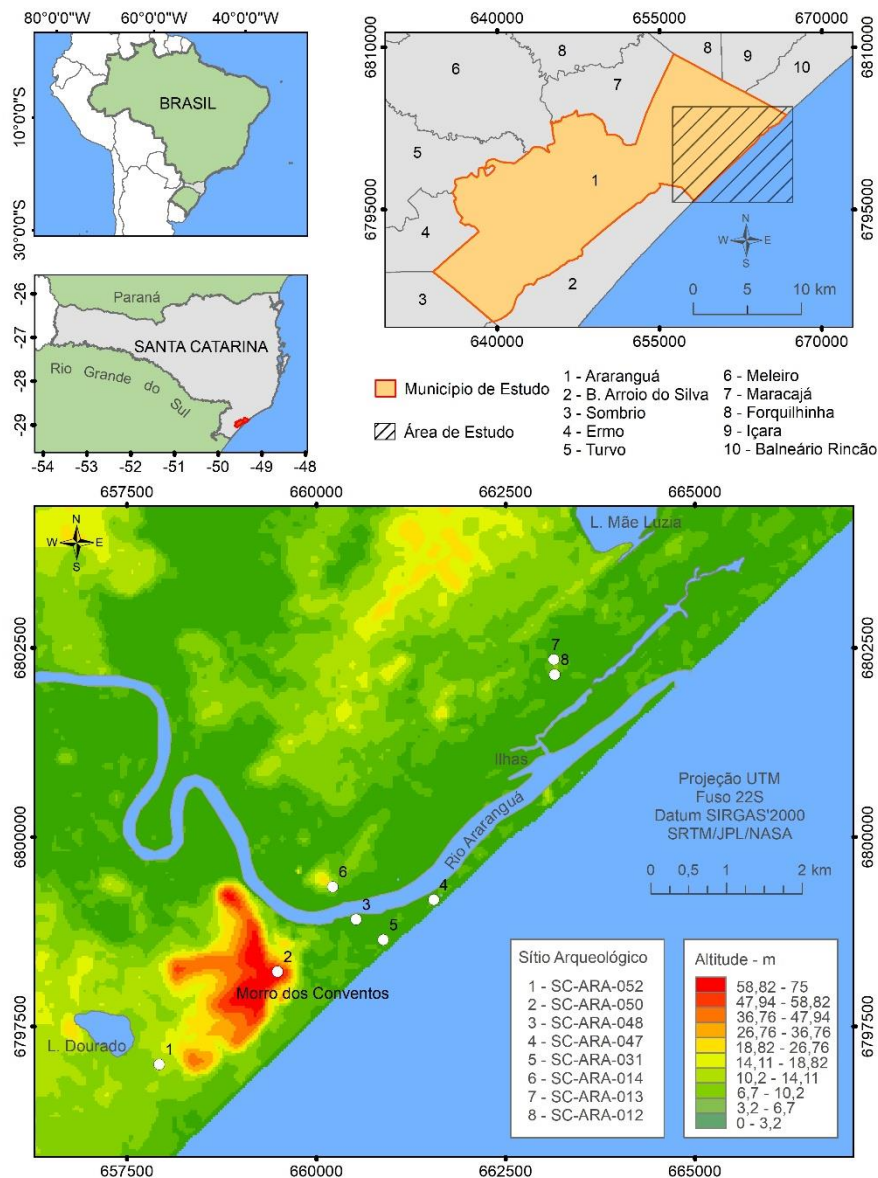
Em suma, foram realizadas pesquisas na base de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que oferece publicações relevantes sobre a preservação do patrimônio e ações educativas, como a Cartilha de EP, que destaca a trajetória histórica e iniciativas voltadas para a preservação cultural. Além disso, a Portaria nº 137 (IPHAN, 2016) estabelece diretrizes para as ações educativas, reconhecendo a educação como fundamental para engajar a sociedade na valorização do patrimônio.

Por fim, foram realizadas visitas in loco aos sítios arqueológicos para observar os fatores que precisam ser destacados sobre o patrimônio, bem como analisar os impactos que devem ser mitigados. A observação direta proporcionou uma abordagem mais realista sobre as possibilidades e viabilidade de estratégias de preservação e integração desse bem com a comunidade, permitindo a formulação de práticas educativas intencionais para sensibilizar a valorização do bem arqueológico, sua difusão e preservação.

## **2.2 Localização e descrição da área de estudo**

A presente pesquisa foi realizada no município de Araranguá, localizado no sul do estado de Santa Catarina, conforme Figura 1. Araranguá é uma região historicamente marcada por um longo processo de ocupação territorial, evidenciado a partir do registro de mais de 30 sítios arqueológicos, distribuídos entre diferentes categorias, como concheiros, cerâmicos, aldeias, líticos e abrigo sob rocha que envolve diversos movimentos e ocupações indígenas, como os povos sambaquieiros, guaranis, jês, além de fluxos migratórios de imigrantes açorianos e luso-brasileiros.

Figura 1 - Localização da área de pesquisa



Fonte: A autora (2024). Elaborado por Edénir Bagio Perin (2024).

O processo de colonização intensificou-se no início do século XIX, com a chegada de famílias de origem açoriana, que buscavam terras agricultáveis no território catarinense (Piazza, 1994). A cidade foi oficialmente fundada em 3 de abril de 1880, quando foi elevada à categoria de freguesia, desenvolvendo-se como um importante centro econômico impulsionado pela agricultura, pecuária e exploração de carvão (Miguel, 2001).

Conseqüentemente, no século XX, Araranguá consolidou-se como um polo regional, beneficiado pela construção de infraestrutura rodoviária, o que facilitou a conexão com outros centros catarinenses e o restante do país. O município de Araranguá destaca-se por sua economia baseada na agricultura, indústria e comércio. Cerca de 16% da população vive na área

rural, com cultivos importantes como arroz, mandioca, feijão, fumo e milho. No setor industrial, as principais atividades incluem metalurgia, cerâmica, indústria moveleira e confecções. Araranguá também se sobressai na produção de mel, sendo o maior exportador do país (Araranguá, 2024).

Conforme informações publicadas pelo Sebrae (2013), Araranguá é reconhecida por sua diversidade de atrativos turísticos, com destaque para o ecoturismo e o comércio local. O centro da cidade, com suas amplas avenidas, abriga um comércio vibrante, além de bares, restaurantes e residências. A região é rica em belezas naturais, incluindo praias, lagoas, dunas, restingas, furnas e a foz do Rio Araranguá.

Em relação à população, o Censo de 2022 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) indicou que Araranguá conta com 71.922 habitantes, com uma densidade demográfica de aproximadamente 238,30 habitantes por km<sup>2</sup>. O município apresentou um crescimento populacional expressivo nos últimos anos, registrando um aumento de 17% em relação ao censo anterior. Quanto aos dados escolares, em 2023, havia 9.150 matrículas no ensino fundamental e 2.699 matrículas no ensino médio. A rede de ensino do município conta com 544 docentes no ensino fundamental e 256 no ensino médio, distribuídos em 35 escolas de ensino fundamental e 10 instituições de Ensino Médio. Próximo aos sítios sambaquis, em um raio de 3 km, localiza-se a Escola Estadual de Ensino Fundamental Pe. Antônio Luiz Dias, situada na rua José Sérgio, é a escola mais próxima no bairro Morro dos Conventos.

Nesta perspectiva, a pesquisa abordou o Balneário Morro dos Conventos como uma área com maior concentração de sítios destruídos sambaquis, delimitando-o para análise e propostas de socialização e preservação dos patrimônios culturais. Ou seja, o Morro dos Conventos possui uma série de atrativos naturais, como a Barra do Rio Araranguá, a Lagoa dos Bichos (conhecida como Lago Dourado), dunas, furnas, restingas, falésias, o Rio Araranguá e o Oceano Atlântico. Um dos marcos históricos do local é o farol, construído na década de 1950, e um mirante que oferece vistas panorâmicas da região. O local é ideal para atividades como voo livre, *sandboard* e *off-road*. Entre o mar, o Rio Araranguá e as dunas, destaca-se um paredão rochoso de 50 metros, formado pela erosão marítima. No topo, além do farol, há uma pista de voo para parapente, sendo também um ponto de observação de baleias francas entre julho e novembro. Outro atrativo é o Balneário de Ilhas, uma comunidade pesqueira com forte influência açoriana, reconhecida pelo artesanato local. O balneário é acessível por balsa e está localizado a aproximadamente 10 km do Morro dos Conventos.

No balneário Morro dos Conventos localizam cerca de cinco sítios sambaquis, sendo um grande complexo lagunar com presença de sítios arqueológicos sambaquis, um abrigo sob rocha, dois sítios guaranis. Somando ao complexo da região há mais três sítios sambaquis próximos ao rio Araranguá localizados em Balneário de Ilhas, conforme exposto na Figura 3 (p. 59).

### **3 ENTRE CONCHAS E HORIZONTES: EDUCAÇÃO, PESQUISA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO**

#### **3.1 O patrimônio arqueológico legado da ocupação pré-colonial regional**

A pré-história de Santa Catarina tem os primeiros registros de ocupação humana datados de cerca de 11 mil anos (Santos, 2018; Lourdeau *et al.*, 2016), período marcado por mudanças climáticas entre o final do período Pleistoceno e início do Holoceno a aproximadamente 11.700 anos (Walker *et al.*, 2009). As populações mais antigas a chegarem na região são os povos caçadores-coletores, relacionados aos sítios líticos da Tradição Umbu. Na sequência, por volta de 8 mil anos AP (Antes do Presente), os grupos sambaquieiros, e por fim, em torno de 1500 AP chegam à região os povos ceramistas filiados ao tronco linguístico Macro Jê, associados aos sítios cerâmicos da Tradição Taquara-Itararé e ainda mais recentemente, próximo do advento do descobrimento, os ceramistas Tupiguarani (Campos, 2015).

Os primeiros povos a chegarem no território catarinense, tinham sua subsistência baseada na caça de animais de médio porte e coleta de frutos das árvores e quiçá, da pesca. Esses grupos caçadores-coletores, são conhecidos e relacionados sobretudo a sítios líticos, resultantes do processo de produção de artefatos com persistência temporal de elementos tecnológicos, denominada como Tradição Umbu, conforme proposto por Willey e Phillips (1953). A Tradição Umbú tem como fóssil-guia as pontas de projéteis, que aparecem acompanhadas de um conjunto de outros objetos e instrumentos como raspadores, furadores, núcleos e lascas, lascados geralmente sobre quartzo, calcedônia, arenito silicificado e rochas básicas.

Posteriormente, ocupando a região litorânea temos os povos sambaquieiros, que deixaram como registro e marcos na paisagem os sambaquis. O termo sambaqui deriva do Tupi: (tamba: concha/marisco e ki: amontoado) que significa literalmente “montes de conchas”, são sítios arqueológicos constituídos principalmente de conchas calcárias, ossos de fauna marinha e terrestre, materiais líticos diversos, intercalados ou cobertos por estratos arenosos e terrosos (Bendazzoli, 2007).

Todavia, a partir de 1500 anos chegam as populações do tronco linguístico Jê, de tradição tecnológica Taquara-Itararé, associadas atualmente às etnias Kaingang e Laklaño. A dinâmica cultural e ecológica dos povos Jês está ligada diretamente à distribuição da floresta com Araucária. Os povos da etnia Jê foram os primeiros grupos ceramistas e horticultores a chegarem na região sul, migrando da região central do Brasil (Robinson *et al.*, 2018).

Portanto, as peculiaridades cerâmicas da Tradição Taquara podem ser caracterizadas pela ocorrência de pequenos recipientes (entre 20 e 30 cm de diâmetros), com profundidade de até 40cm e paredes das vasilhas mais abertas, superfícies lisas e coloração escura ou marrom. As técnicas decorativas são diagnósticas dessa cultura apresentando vários padrões plásticos, como o ponteadado; combinações de ungulado, pinçado e inciso. A cerâmica da Tradição Itararé apresenta recipientes com bases arredondadas, plana ou côncava, relacionados a tigelas ou jarros; apresenta formas simples, lisas, de cor marrom-avermelhada a cinza-escura (Brochado *et al.*, 1969). Revisões posteriores sugerem que essas diferenças morfológicas e decorativas não são significativas, propondo sua junção e identificação como uma única tradição arqueológica denominada de Taquara-Itararé (Miller, 1971; Araujo, 2007).

Relacionado aos jês do planalto sul catarinense, evidencia-se os sítios habitacionais, chamados de casas subterrâneas. São estruturas de tamanho variado, de formato circular a ovalado, que ocorrem isoladas, aos pares, ou em grupos que ultrapassam uma centena. O solo escavado era usado ao redor das depressões para desviar as águas, no centro da habitação se instalava um poste central coberto com folhas, formando a cobertura das casas subterrâneas. Dentro dessas áreas é possível observar fogueiras, pedras, ferramentas, cerâmicas e sementes carbonizadas (Prous, 2006).

Por fim, ainda no período do Brasil pré-colonial, chegam os povos Guarani, de filiação cultural Tupi, caracterizados por sociedades mais estáveis e hierarquizadas. Os principais sítios guaranis encontrados na região do extremo sul, caracterizam-se por áreas a céu aberto e manchas escuras no solo, resultante das ações antrópicas no meio, como: queima e pisoteio. Os vestígios cerâmicos são abundantes nos sítios guarani, estando associadas ao uso cotidiano, como também à prática funerária, no caso das urnas funerárias. A alimentação dos Guarani era baseada no plantio e consumo de plantas de origem tropical, como milho, mandioca, feijão, amendoim e batata doce. Além da prática da caça e pesca. Sendo uma população de grande densidade e longevidade, conhecida por incursões expansionistas pelos vales dos grandes rios e pelo litoral meridional (Schmitz, 2013).

Nesta perspectiva, a história pré-colonial de Santa Catarina é marcada por uma riqueza de culturas e sítios arqueológicos que evidenciam a ocupação e uso do território por diferentes povos ao longo desses 12 mil anos. Os sítios arqueológicos são considerados como patrimônio arqueológico e cultural. A preservação do patrimônio no Brasil tem um histórico marcado por esforços variados ao longo dos séculos, refletindo as transformações sociais, políticas e culturais do país. Assim, o movimento de preservação do patrimônio brasileiro começou a se

consolidar na primeira metade do século XX, com a crescente conscientização sobre a importância de proteger os bens culturais e históricos da nação.

Ou seja, o marco inicial do movimento de preservação no Brasil ocorreu em 1937, com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje conhecido como Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). O Decreto-Lei nº 25 (Brasil, 1937) foi o instrumento jurídico que estabeleceu os critérios para o tombamento de bens de valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e etnográfico, reconhecendo oficialmente a necessidade de proteger o patrimônio nacional. Este decreto define o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: “O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (Brasil, 1937).

Diante disso, nas décadas de 1960 e 1970, o conceito de patrimônio começou a se expandir, indo além de edifícios e monumentos históricos para incluir também sítios arqueológicos e paisagens culturais. No entanto, o desenvolvimento urbano acelerado e a industrialização apresentaram desafios importantes para a preservação do patrimônio, levando à destruição de vários bens históricos. Durante esse período, surgiram movimentos de resistência e defesa do patrimônio, muitas vezes liderados por acadêmicos, arquitetos e membros da sociedade civil.

Logo, a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) representou um avanço significativo na proteção do patrimônio cultural brasileiro, ao incluir a cultura como um direito fundamental dos cidadãos e um dever do Estado. A Carta Magna ampliou a definição de patrimônio cultural para abranger bens de natureza material e imaterial, incluindo formas de expressão, modos de criar, fazer e viver, e manifestações culturais.

Enfatiza-se, ainda, que a Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu artigo 215, estabelece como responsabilidade do Estado a proteção e tutela do patrimônio, atribuindo-lhe o dever de garantir o acesso de todos os cidadãos à cultura, além de apoiar e promover a valorização e a difusão da cultura brasileira. Este artigo garante a proteção das manifestações culturais populares, indígenas, afro-brasileiras e de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Para ampliar as diretrizes do artigo 215, foi incluída, em 10 de agosto de 2005, a Emenda Constitucional nº 48 (Brasil, 2005), que instituiu o Plano Nacional de Cultura. Esse plano tem como objetivo o desenvolvimento cultural do país e a integração das ações do poder público, pautando-se nos seguintes princípios:

- I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V - valorização da diversidade étnica e regional (Brasil, 2005).

De acordo com o artigo 216 da Constituição Federal (Brasil, 1988), o patrimônio cultural brasileiro compreende os bens de natureza material e imaterial, tanto individualmente quanto em conjunto, que representam a identidade, a ação e a memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. Isso abrange as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e outros espaços destinados às manifestações artísticas e culturais. Além disso, inclui os conjuntos urbanos e sítios com valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 1988).

Nesse viés, no início do século XXI, o Brasil adotou medidas sérias para a preservação do patrimônio cultural imaterial. Em 2000, com a instituição do Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, pelo Decreto nº 3.551 (IPHAN, 2000), o país passou a reconhecer e proteger formalmente as tradições, celebrações, saberes e práticas que compõem a diversidade cultural brasileira. Apesar dos avanços, a preservação do patrimônio no Brasil enfrenta desafios contínuos, como a falta de recursos financeiros, a pressão do desenvolvimento urbano e a necessidade de maior conscientização pública sobre a importância do patrimônio cultural. Além disso, questões relacionadas à inclusão de comunidades locais nos processos de preservação e a proteção contra a degradação ambiental e urbana permanecem como pontos críticos.

Ou seja, o histórico de preservação do patrimônio no Brasil revela um caminho de crescente reconhecimento e valorização da riqueza cultural e histórica do país. Embora haja muito a ser feito, o fortalecimento das políticas públicas, o engajamento da sociedade civil e a EP são fundamentais para assegurar que as futuras gerações possam continuar a desfrutar e se identificar com esse legado.

Portanto, os sítios arqueológicos são considerados patrimônios brasileiros, devendo, portanto, serem preservados e valorizados. Mesmo a legislação prevendo a proteção dos bens arqueológicos, está não é uma realidade para o patrimônio regional. Os sítios sambaquis são alvos de grande destruição desde o início do processo de colonização do país, inicialmente o principal fator de destruição foi a mineração do material conchífero pelas indústrias caieiras e o uso das conchas para aterros, construção de estradas e edificações. Com o desenvolvimento dos núcleos urbanos, o aumento das linhas férreas e das rodovias, as jazidas de produção de cal

e estradas intensificaram suas atividades a partir da segunda metade do século XX, sendo responsáveis pela destruição parcial e até mesmo total de muitos sítios arqueológicos monumentais do sul de Santa Catarina (Guimarães; Farias; Zamparetti, 2021).

Sendo assim, é somente em 1961 que os sítios Sambaquis passam a ser protegidos pela Lei nº 3.924 (Brasil, 1961), em que reconhece os Sambaquis como patrimônio e proíbe todo aproveitamento econômico, destruição e mutilação deles. Após a criação desta lei, que trata da proteção aos bens arqueológicos, fica definido que:

Artigo 1 - Os monumentos arqueológicos ou pré-históricos de qualquer natureza existentes no território nacional e todos os elementos que neles se encontram ficam sob a guarda e proteção do Poder Público, de acordo com o que estabelece o art. 180 da constituição Federal [...] Artigo 3 - São proibidos em todo território nacional o aproveitamento econômico, a destruição ou mutilação, para qualquer fim, das jazidas arqueológicas ou pré-históricas conhecidas como sambaquis, casqueiros, concheiros, birbigueiros ou sernambis (Brasil, 1961).

Assim, no ano de 1998 o IPHAN publicou a Portaria nº 007 (IPHAN, 1998), a respeito do licenciamento arqueológico e suas diretrizes para a realização da pesquisa arqueológica, para autorização de execução de projetos que interfiram direta ou indiretamente nos sítios arqueológicos. Dentro dos seguimentos do licenciamento está:

[...] Artigo 11 - Os relatórios técnicos devem ser redigidos em língua portuguesa e entregues à SPHAN acompanhados das seguintes informações:  
I - cadastro, segundo formulário, dos sítios arqueológicos encontrados durante a pesquisa em campo;  
II - meios utilizados durante os trabalhos, medidas adotadas para a proteção e conservação e descrição do material arqueológico, indicando a instituição responsável pela guarda e como será assegurado o desenvolvimento da proposta de valorização do potencial científico, cultural e educacional; [...] (IPHAN, 1998).

Sem ignorar que com o processo de urbanização, construção de estradas e empreendimentos, o licenciamento ambiental e arqueológico foi responsável pelo grande número de cadastro de sítios arqueológicos. Destaca-se que em 2002 foi elaborada a Portaria nº 230 (IPHAN, 2002), em que consta as seguintes fases: fase de obtenção de licença prévia – Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), em que prevê a contextualização arqueológica e etnohistórica da área, bem como levantamento prospectivo em área de influência direta; avaliação de impacto do empreendimento ao sítio arqueológico; a partir do diagnóstico elaboração de Programas de Resgate e prospecção visando a integridade do patrimônio cultural. Seguido da Fase de obtenção de licença de instalação, o objetivo nessa etapa é quantificar os sítios presentes na área afetada direta ou indiretamente pelo empreendimento, identificando diversidade cultural e grau de preservação dos sítios

arqueológicos. Por fim, fase de obtenção da licença de operação, momento de implantação do programa de resgate arqueológico.

Em 2015, a partir da Portaria Interministerial nº 60 (IPHAN, 2015), o IPHAN regulamenta as atividades de licenciamento ambiental e arqueológico, criando um setor específico de fiscalização, nas esferas municipais, estaduais e federais. A Instrução Normativa nº 001 (IPHAN, 2015) estabelece as categorias dos empreendimentos, as instâncias passam a ter um caráter personalizado com o empreendimento e seu impacto apresentado através da “Ficha de Caracterização de Atividade”; e prevê um plano de trabalho especificando as metodologias em consonância com o cronograma geral de execução das atividades (Campos, Santos; Milheira, 2017, p. 340).

Ainda naquele ano, a Portaria GAB-IPHAN/IPHAN nº 25 (IPHAN, 2021), estabelece as diretrizes de operacionalização do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP) e os critérios para análise manual da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) no âmbito dos processos de licenciamento ambiental em que o Iphan participe. Dentre as disposições preliminares apresentam os seguintes artigos:

Art. 2º Para os fins desta Portaria, consideram-se:

I - Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio - SAIP: Sistema do Iphan para realização de análises e emissão de manifestações no âmbito dos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. O SAIP é responsável pelo recebimento das informações dos interessados, análise das Fichas de Caracterização de Atividades - FCA e expedição dos Termos de Referência Específicos - TRE do Iphan;

II - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG: Sistema do Iphan para cadastro, consolidação e gestão das informações geoespaciais, textuais e midiáticas dos bens culturais acautelados pelo Iphan;

III - Ficha de Caracterização de Atividade - FCA: documento a ser preenchido pelo interessado no SAIP, visando à manifestação do Iphan no âmbito dos processos de licenciamento ambiental dos quais participe (IPHAN, 2021).

Assim, apesar da existência de leis de proteção ao patrimônio, os sambaquis continuam a ser ameaçados, especialmente devido à expansão turística e à urbanização desordenada das áreas balneárias, que muitas vezes ocorrem sem o devido planejamento e sem o licenciamento arqueológico necessário. Como ressalta Ab’Sáber (2005), a especulação imobiliária tem transformado o espaço costeiro em simples mercadoria, agravando a degradação ambiental e cultural. Essa especulação desordenada representa uma ameaça constante aos patrimônios naturais e culturais de diversas regiões, como exemplificado no litoral de Santa Catarina, onde áreas como o Morro dos Conventos, em Araranguá, sofreram grande impacto.

Se tratando de uma região com pouca densidade de sítios cadastrados ao IPHAN, a preservação desses remanescentes culturais se torna uma realidade ainda mais difícil. Mesmo

reconhecidos como patrimônio cultural brasileiro, esses sítios continuam a ser depredados e descaracterizados, apesar das medidas protetivas estabelecidas. Assim, a combinação de especulação imobiliária e falta de proteção efetiva coloca em risco esses patrimônios históricos, que deveriam ser preservados para as gerações futuras (Luiz *et al.*, 2021).

No momento em que este estudo acontece, a área de pesquisa é caracterizada por uma paisagem cultural altamente modificada pela ação humana, principalmente devido à agricultura, urbanização e à expansão imobiliária. A ecologia da paisagem, como ciência interdisciplinar, estuda os diversos fatores que moldam as paisagens, integrando aspectos geográficos, ecológicos e sociais. Segundo Ab'Saber (2005), a paisagem é uma herança composta por elementos do passado e do presente, resultante do acúmulo ao longo do tempo de processos fisiográficos, biológicos e culturais das comunidades que habitam e interagem com o território. Não podemos dissociar o ser humano do ambiente em que vive; a ecologia da paisagem aborda a paisagem como uma combinação de aspectos naturais e culturais, buscando métodos para entender a vida em suas diversas formas. A paisagem está profundamente ligada à sociedade, refletindo a interação entre natureza e cultura. Historicamente, o ser humano conectou-se com a natureza e aprendeu a manipulá-la para atender às suas necessidades materiais e espirituais. A paisagem é um patrimônio coletivo, legado aos povos como o território onde suas comunidades atuam.

Reforça-se que a arqueologia da paisagem está em sintonia com a Geoarqueologia e as geotecnologias, utilizando técnicas que permitem registrar, gerenciar e interpretar a paisagem. A implementação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) com dados georreferenciados será uma ferramenta fundamental para compreender o processo de ocupação dessas áreas. Esse sistema possibilita, através de análises de informações especializadas, identificar áreas com potencial para sítios arqueológicos e seus arredores. Assim, o mapeamento, registro e cadastramento dos sítios arqueológicos tornam-se ferramentas essenciais para compreender a realidade, dar visibilidade e apoiar a gestão dos patrimônios culturais.

No que se refere a preservação, salvaguarda, difusão e valorização de um patrimônio, as ciências trabalham juntas e alinhadas para compor medidas que não sejam apenas arbitrárias, mas medidas que visem trazer à população junto a seu patrimônio, conhecendo, criando laços de identidade e história dos povos ancestrais que viveram nesse ambiente e deixaram suas marcas. Em síntese, a arqueologia alinhada com a educação, com o geoprocessamento, com a geografia, com a ecologia da paisagem e com as mais diversas ciências tem o papel de sensibilizar, viabilizar as informações, tornar as informações acessíveis, auxiliar na gestão e difusão dos bens arqueológicos, para assim preservá-los.

### 3.2 Explorando caminhos: encontros entre paisagens e patrimônio arqueológico

As populações sambaquieiras ocuparam a costa do litoral brasileiro, aos arredores de lagoas, rios e baías. Na região litorânea sul catarinense, a ocupação varia entre um longo período de aproximadamente 8.000 até 900 anos AP Se tratando de uma população de grande densidade, porte demográfico e com grande estabilidade territorial (Deblasis *et al.*, 2018).

“Os Sambaquieiros construíram uma paisagem para ser observada principalmente das águas, delas retiravam seu sustento e os materiais que combinados e recombinados integravam suas festividades” (Silva; Gaspar, 2022, p. 208).

Observa-se que nas sociedades pescadoras-caçadoras-coletoras a água é um território de relações sociais, relações de produção, relações espirituais, religiosas, simbólicas e afetivas. Ao refletir sobre o sentido da água, estamos falando além de seu estado líquido, sólido e gasoso, ou suas alterações de acidez e alcalinidade. Discute-se a água como um ambiente ritualizado, ou melhor dizendo, a água enquanto oceano, mares, rios e lagoas que além de suas funções de abastecer cidades e comunidades, abastece a espiritualidade e a ancestralidade (Klokler, 2016).

Nestes ambientes de sociabilidade, os pescadores se apropriam dos espaços, constroem seu território e concretizam seus conhecimentos nas vivências com objetos, seres e lugares. Parte desse conhecimento se estabelece na relação entre o peixe, o material de pesca e a paisagem. A partir de seu engajamento prático, o pescador conhece boa parte das dinâmicas que envolvem os fenômenos climáticos, a água, os peixes e seus hábitos e, a partir deles, confeccionam materiais adequados para suas capturas (Wagner; Silva; Hilbert, 2020).

Conseqüentemente, o território às margens das lagoas, rios e mares é um local de sociabilidade, de colaboração e compartilhamento. Para as populações sambaquieiras, esse território foi intensamente utilizado, era das águas que eles retiravam a principal fonte de alimentação, matéria-prima para confecção de ferramentas e para construção de espaços para seus rituais. Além de ser espaço de discussão sobre modos de pesca, captura de seus pescados, reconhecimento das espécies e troca de conhecimentos; território em que passavam ao longo das gerações sua cultura (Silva; Gaspar, 2022).

Sambaquis foram construídos para serem vistos a partir da água, de embarcações e de outros sítios. Os grandes montículos reafirmam a mensagem que seus ancestrais residem nestas estruturas e são os soberanos da região. Sambaquis memorializam territorialidades, tradição e ligações ancestrais, personificam uma ponte entre o mundo dos vivos e dos mortos, entre mar e terra, e os vestígios animais contidos e formadores destas estruturas foram os transmissores destas mensagens tão importantes (Klokler, 2016, p. 32).

Neste sentido, percebe-se que os sítios sambaquis tem uma grande variabilidade de tamanho, com presença marcante na paisagem litorânea, no centro-sul catarinense encontram-se sambaquis que vão desde sítios de pequenas dimensões até os monumentais, como o sítio Garopaba do Sul, localizado no município de Jaguaruna, que possui atualmente cerca de 28 metros de altura. Os sítios concheiros, inicialmente no século XIX, eram considerados como montes com restos deposicionais de alimentação, ou até mesmo como montes de acúmulo do dilúvio. Pesquisas do período tratavam essas populações como grupos de alta mobilidade e padrões simplórios de organização social. Ao longo de muitas pesquisas e análises sobre os padrões construtivos dos montes concheiros, concluiu-se que mesmo as conchas sendo fontes de proteínas e minerais, não eram a base da alimentação sambaqueira. E sim, utilizadas como material construtivo dos sambaquis, através de uma escolha cultural (Deblasis; Gaspar, 2009).

Conchas de bivalves e gastrópodes, em diferentes populações no mundo, têm significados simbólicos associados a divindade, profecia, realeza, música, imortalidade, morte, longevidade, fertilidade, entre outros. [...] A ligação de moluscos com ambientes aquáticos pode ter garantido a atenção de grupos sambaqueiros para aspectos não-nutricionais de bivalves e gastrópodes (Klokler, 2016, p. 27).

Logo, os sítios concheiros, apresentam um padrão uniforme de assentamento, estando presentes, preferencialmente em solo dunar, na formação litológica Laguna Barreira IV Holocênica (Santos; Pavei; Campos, 2016). Conforme Wagner (2009), as formações dos cordões de dunas, caracterizam-se pelos diferentes momentos de estabilização do nível do mar, em que se formaram as restingas – isolando lagoas alongadas. As sucessivas regressões do nível do mar resultaram pelas feições da superfície litorânea, definindo a quarta barreira holocênica.

“O recuo progressivo da linha de praia proporcionou o acúmulo de enormes volumes de areias transportadas e depositadas sobre a barreira pelo agente eólico, constituindo boa parte dos extensos campos de dunas atualmente ativos” (Wagner, 2009, p. 109).

Para o litoral norte do Rio Grande do Sul, região que se avizinha a área de estudo, compreende-se que com base no aumento do nível do mar e seus recuos ao longo do período Pleistocênico e holocênico, definiu-se para a região, conforme apresenta Wagner (2009), quatro sistemas deposicionais do tipo laguna-barreira. O sistema mais antigo é o Sistema Laguna-Barreira I, inicia no primeiro ciclo transgressivo-regressivo pleistocênico há 400.000 anos atrás. O Sistema Laguna-Barreira II foi o segundo ciclo de transgressão e regressão do pleistocênico, em aproximadamente 325.000 AP O Sistema Laguna-Barreira III, ocorreu a partir do processo de transgressão- regressão marinha em aproximadamente 125.000 AP, no litoral norte os resultados estão presentes nas superfícies elevadas com processos de erosão e deposição; uma

das características é a superfície terraceada, com relevo homogêneo, sem apresentar mudanças no relevo. Por fim, o mais recente sistema deposicional é o Sistema Laguna-Barreira IV, que ocorreu no período Holocênico, consequência da última transgressão pós-glacial, há cerca de 5000 anos A.P (Wagner, 2009).

[...] a paisagem do litoral norte era marcada por um conjunto de amplas lagoas separadas do oceano por um cordão arenoso que se estendia paralelamente à linha de costa por dezenas de quilômetros. [...] A Barreira IV apresenta uma largura que varia entre 2km e 8km, separando o Sistema Lagunar IV do Oceano Atlântico (Wagner, 2009, p. 121).

Ou seja, o sistema lagunar IV é formado por um conjunto de ambientes, como: corpos lagunares costeiros – lagos e lagunas, sistemas paludiais – pântanos, banhados e turfeiras e sistemas aluviais – rios meandantes e canais interlagunares (Wagner, 2009). Com o aumento de pesquisas sistemáticas sobre os sítios sambaquis, como por exemplo, o Projeto “Sambaquis e Paisagem” que investigou os sambaquis dos municípios de Laguna, Jaguaruna e Tubarão apresentam um complexo lagunar, conhecido como Laguna de Santa Marta, que possui grande adensamento de sítios sambaquieiros de destaque na paisagem. Diversas pesquisas associadas ao maior número de datações, mostra grande longevidade e estabilidade na ocupação sambaquieira da região sul catarinense (Deblasis; Gaspar, 2008; Deblasis; Kneip; Farias, 2018).

No diálogo com a Ecologia da Paisagem pode-se aprofundar o debate acerca da área de estudos. Essa é uma ciência que auxilia a compreensão do espaço a partir das diferentes relações do ser humano com o meio, visando analisar as interações e mudanças da paisagem pela ação antrópica. A compreensão do território não se dá apenas pela compreensão de seus usos, mas sim pela compreensão da dinâmica das relações sociais, as relações socioeconômicas, urbanas e ambientais que ocorrem a partir do território e seus impactos ao longo do tempo (Campos, 2015).

Assim, a ecologia da paisagem em conjunto com a arqueologia, visa identificar o processo de ocupação e a forma de uso do território pelas comunidades pré-coloniais, bem como, compreender o processo de ocupação atual e seus impactos aos patrimônios culturais e arqueológicos. O uso das geotecnologias, como: sistemas de sensoriamento remoto, imagens de satélites, fotografias aéreas, imagens terrestres, georreferenciamento, SIG e banco de dados; facilitou a gestão de dados e registro de informações importantes para a tomada de decisão, uma vez que, o cruzamento de diversas informações espacializadas, georreferenciadas, facilitam a compreensão da dinâmica territorial, controle de áreas e seus entornos e manejo dos dados e uso do território (Lucca, 2012).

Sem esquecer que o litoral catarinense é uma área de grande ocupação, inicialmente pelos povos pré-coloniais e posteriormente pelo processo de colonização e urbanização do litoral. A política expansionista de Portugal para o extremo sul do Brasil inicia a partir do século XVII, com objetivo de criar núcleos de povoamento. A ocupação seguiu alinhada com a expansão agrícola, engenhos de farinha de mandioca, fumo, cerâmica, atividade pesqueira e a mineração do carvão (Silveira *et al.*, 2022).

Aliás, o litoral sul brasileiro, a partir do Cabo de Santa Marta ao Chuí, apresentam, conforme Wagner e Silva (2021) uma relação direta do pescador e a agricultura.

Durante décadas, a produção socioantropológica entendeu a existência de um modo de vida pescador regido pelos aspectos produtivos, observando questões sobre a divisão do trabalho, a sazonalidade, centrada na dualidade da pesca e da agricultura. [...] Foi apenas com a crescente pressão imobiliária dos anos 1950 e a disputa pelos mares costeiros, em razão do turismo de lazer, que o pescador se viu alijado de suas terras de plantio e territórios tradicionais de pesca, impulsionando-se inevitavelmente para a pesca industrializada no ‘mar de fora’ (Wagner; Silva; 2021, p. 3-4). Portanto, a partir da década de 50, com a rodovia BR- 101 e o incentivo ao turismo de sol e mar, há um estímulo para a urbanização do litoral e expansão imobiliária, principalmente pelas construções de segunda residência, crescendo de forma desordenada os centros urbanos, estradas, rodovias e loteamentos que foram (e em alguns lugares continuam sendo) realizados sem planejamento e licenciamento ambiental, colocando em risco o patrimônio cultural e natural da linha costeira (Luiz *et al.*, 2021, p. 85).

Logo, a exploração imobiliária nas áreas costeiras tem provocado impactos profundos, tanto ambientais quanto sociais, especialmente nas regiões litorâneas mais valorizadas. Outrossim, a ausência de uma fiscalização ambiental rigorosa e a exclusão das comunidades locais de debates sobre a sustentabilidade e o futuro dessas áreas agrava ainda mais a situação. Todavia, em muitos casos, o foco é unicamente o retorno econômico, tratando a terra como mercadoria e negligenciando tanto a sustentabilidade quanto a valorização da memória e identidade locais. Esse processo resulta na degradação de importantes patrimônios naturais e culturais, enfraquecendo laços comunitários e destruindo ecossistemas que carregam significados históricos e ambientais. Segundo Ab’Sáber (1977, p. 24):

[...] Mais para o Sul, na área costeira de Santa Catarina, o que se fez com a faixa litorânea, e, sobretudo com a belíssima região do Morro dos Conventos, em Araranguá, foi um absurdo total. Houve ali uma predação de quase toda a beleza rústica do cenário natural local, em favor dos modelos de loteamentos especulativos e de muito mau gosto.

Acredita-se assim, que a falta de diálogo sobre práticas de uso sustentável e preservação desses espaços impede a criação de soluções que equilibrem o desenvolvimento e a proteção do meio ambiente. Esse exemplo ilustra como a ausência de um planejamento sustentável e a

falta de proteção do patrimônio ambiental têm levado à destruição de paisagens naturais, comprometendo o equilíbrio ecológico e cultural dessas regiões.

Dessa forma, visando a preservação dos patrimônios culturais, se faz necessário pensar em medidas de visibilidade aos bens presentes na região litorânea do extremo sul catarinense. O geoprocessamento, alinhado com a ecologia da paisagem e o uso do SIG são ferramentas que contribuem para a compreensão da dinâmica territorial da área de pesquisa e preservação dos patrimônios culturais. O cadastramento dos sítios arqueológicos é o ponto de partida, enquanto os sítios arqueológicos não são registrados, eles seguem invisibilizados e a margem da sociedade, aumentando ainda mais o risco de depredação e perda do patrimônio.

### **3.3 Cultura, memória e pertencimento: conexões entre passado e presente**

A valorização e preservação do patrimônio são expressões de um desejo profundo de manter a estabilidade e a continuidade cultural, essa busca pela preservação da memória surgiu especialmente à luz das grandes transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX, impulsionadas pela industrialização e crescente urbanização. Essas mudanças drásticas impactaram significativamente a rotina das pessoas e alteraram a percepção do tempo e da vida em comunidade. Em resposta a esses desafios, surgiram instituições dedicadas à proteção das memórias reais e imaginadas, desempenhando um papel essencial na formação do patrimônio coletivo e na construção da identidade cultural (D'Alessio, 2012).

Nesse sentido, a ideia moderna de patrimônio ganhou destaque durante a Revolução Francesa de 1789, quando a busca por reformar a nação levou à necessidade de preservar os monumentos e símbolos históricos que representavam a herança cultural e histórica. Ou seja, preocupada com a perda desses bens valiosos, a elite e os intelectuais apoiaram movimentos voltados para a preservação e conservação, reconhecendo esses bens como patrimônio histórico essencial para a memória coletiva. A concepção de patrimônio, portanto, surgiu como uma resposta ao contexto da Revolução e à necessidade de proteger e valorizar o legado histórico e artístico. Esse processo não apenas garantiu a preservação das heranças culturais, mas também desempenhou um papel fundamental na construção e afirmação da identidade nacional (Fonseca, 2017).

Corroborando com a ideia, Tolentino (2012) diz que cultura e patrimônio estão ligados intrinsecamente, pois o patrimônio se define pela cultura. É o que desenvolvemos enquanto comunidade, aprendendo e ensinando ao longo das gerações que definem nossos patrimônios. Os patrimônios são caracterizados enquanto sua materialidade, como os objetos, vestimentas,

obras de arte, monumentos históricos, edificações e sítios arqueológicos. E são considerados patrimônios imateriais aqueles bens intangíveis, como, saberes passados ao longo das gerações, modo de fazer, danças, celebrações, linguagem, culinária. Os patrimônios existem por que expressão a identidade de uma comunidade.

Choay (2006, p. 11) define os patrimônios históricos como:

[...] um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos.

Ou seja, o termo monumento vem da origem do latim *monumentum*, que deriva de *monere*, que significa recordar. Os monumentos (e demais patrimônios históricos materiais e imateriais) existem porque possuem em si uma memória viva, e essa memória dá sentido a quem somos hoje e nossa identidade, essa memória tem a capacidade de emocionar. Um patrimônio nunca é um elemento neutro no espaço, é um lugar que está além do tempo, é uma garantia do passado e da origem (Choay, 2006, p. 11).

Logo, a especificidade do monumento prende-se então, preciosamente, com o seu modo de ação sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da afetividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas, esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, diretamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar (Choay, 2006, p. 18).

Assim, o patrimônio é resultado das interações sociais, das formas de expressão, modo de criar, modo de viver e nas impressões que deixamos nos ambientes, nas modificações que consciente ou inconsciente realizamos sobre o meio. O patrimônio existe porque faz sentido para a sociedade. Dessa forma, uma maneira de garantir a preservação dos bens de valores culturais é a partir da sensibilização e reconhecimento da população. O patrimônio não pode estar a margem da sociedade, isolado, ele deve fazer parte do cotidiano das comunidades. Dessa forma, o poder público possui a responsabilidade de criar medidas de proteção a esses bens culturais, que são de interesse coletivo, criando além de medidas arbitrárias, medidas que integrem a comunidade a (re)conhecer, se sensibilizar e se identificar com o patrimônio, para assim protegê-lo (Tolentino, 2012).

Salienta-se ainda que ao abordar a EP, é essencial discutir as ideias relacionadas à cultura e como esse conceito nos revela ações pessoais, identitárias e políticas. Stuart Hall

(1997, p. 15) propõe que a cultura deve ser compreendida como “um processo de produção de significados”. Sendo assim, discute como a cultura é dinâmica, com significados que são gerados, produzidos e reproduzidos, mas que também são contestados e negociados. Além de tudo a cultura tem que ser de representação de sua comunidade, ela existe por ser portadora de uma memória, carregada de simbologia, de rituais, de esperança, perspectivas e histórias (Hall, 1997).

Neste sentido, Laraia (1986) define cultura como a capacidade de aprendizagem e realização de feitos humanos. Em seu sentido, estão as relações sociais, conhecimentos, comunicação, crenças, moral, arte, leis e costumes.

O homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. Ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (Laraia, 1986, p. 45).

Ou seja, conforme argumenta Laraia (1986), essa visão é complementada pelas reflexões de José de Souza Martins, que entende a cultura como um conjunto de práticas profundamente enraizadas em contextos históricos e sociais. Para Laraia (1986), a cultura não deve ser vista apenas como um acervo de bens culturais ou artísticos, mas como um fenômeno ativo. Ela não é herdada de forma passiva, mas aprendida e constantemente construída. Trata-se de um processo de construção de saberes, no qual a cultura popular desempenha um papel crucial na afirmação da identidade, sendo utilizada por indivíduos e grupos para contestar e negociar significados em suas vidas cotidianas. Desse modo, as reflexões sobre o que é cultura nunca acabarão, pois, “uma compreensão exata do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema perene da incansável reflexão humana” (Laraia, 1986, p. 63).

Outro aspecto que não deve ser ignorado é o cultural é uma construção contínua e coletiva, que se manifesta nas escolhas silenciosas e nas práticas diárias das relações sociais. Toda via, ao longo do tempo, ela vai sendo moldada pelos hábitos, valores e significados que as pessoas atribuem às suas experiências compartilhadas, estabelecendo o que será preservado, transmitido e valorizado em uma sociedade. A cultura, nesse sentido, pode ser vista como um processo de cultivo, onde as interações sociais fazem florescer a identidade coletiva e individual. Complementando essa visão, Marilena Chauí (2003, p. 55) explica a origem do termo cultura:

Vinda do verbo latino colere, na origem cultura significa o cultivo, o cuidado. Inicialmente, era o cultivo e o cuidado com a terra, donde agricultura, com as crianças, donde puericultura, e com os deuses e o sagrado, donde culto. Como cultivo, a cultura era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios.

Assim, o ato de cultivar a cultura, seja através da educação, do convívio social ou das tradições, é essencial para o desenvolvimento humano e social. Percebemos que a cultura é fruto das relações humanas e principalmente da nossa relação com o passado e com a memória. Ao falar de cultura enquanto identidade de uma nação, observa-se uma teia de exaltações e esquecimentos, em que se escolhe quais patrimônios e histórias são exaltados, lembrados, comemorados e glorificados e quais são esquecidos e anulados. Assim, cultura está intimamente ligada a memória, e como afirma Carsalade (2015, p. 186) “a memória refere-se ao passado, portanto, não pode ser alterada, devendo, ao contrário, ser requisitada para referenciar o nosso presente e servir como sólida base para as nossas ações futuras”.

Por muito tempo, o patrimônio cultural refletiu apenas as narrativas das classes dominantes, glorificando heróis da elite e perpetuando uma visão colonial e hierárquica da história. Essa dinâmica se alinha à afirmação de Jacques Le Goff (1990, p. 410), de que “a memória é um instrumento e um objeto de poder”, uma vez que a exaltação de um patrimônio busca enaltecer um povo, suas políticas públicas e sua história.

A observação de acontecimentos históricos contribui para a percepção da dinâmica do poder e da construção e fortalecimento de identidades. A Revolução Francesa (1789) marca uma nova perspectiva de valorização do patrimônio cultural e da identidade nacional, evidenciando o papel dos monumentos como símbolos de poder. Nesse contexto, a ruptura com os emblemas da aristocracia e da Igreja trouxe à tona preocupações entre a elite e intelectuais sobre a preservação dos monumentos históricos. Esse cenário impulsionou movimentos de preservação e conservação, compreendendo os bens culturais como memória coletiva essencial para a história da França (D’Alessio, 2012). Nesse período, a noção de patrimônio cultural e a ideia de nação foram consolidadas, utilizando o histórico e o artístico como ferramentas para construir a representação nacional (Fonseca, 2017).

Paraizo (2015, p. 108), citando Malpas (2006), ressalta que o valor do patrimônio cultural está na sua capacidade de revelar aspectos sobre nós mesmos, permitindo ao visitante identificar algo que, de certa forma, já lhe pertence. Assim, o patrimônio cultural contribui para a construção de um referencial de valores identitários no presente, proporcionando elementos estáveis e compartilhados de comunicação simbólica dentro de uma comunidade. A interseção entre os conceitos de cultura discutidos por teóricos como Stuart Hall, Le Goff e Laraia nos

permite entender como o patrimônio cultural vai além de uma simples preservação de bens materiais. Esses aspectos dialogam diretamente com os princípios da EP, que visa não apenas a conservação do patrimônio, mas também a construção de saberes e a valorização ativa da herança cultural pelas comunidades.

Logo, não se pode ignorar que os patrimônios culturais representam a história de uma comunidade, preservando suas memórias e marcas, que formam a identidade social. De acordo com Florêncio (2014), a maneira mais efetiva de preservação dos bens é incorporá-los ao cotidiano, compreendendo-os como parte de um processo contínuo de criação simbólica e troca de significados entre as histórias e memórias criadas e a comunidade em constante transformação. Nas últimas três décadas, a EP evoluiu, deixando de se concentrar exclusivamente em acervos e estruturas isoladas, para adotar uma perspectiva mais ampla que reconhece os territórios como documentos vivos, suscetíveis de serem compreendidos e interpretados através de múltiplas estratégias educativas.

Florêncio (2014) também destaca que a EP deve ser capaz de articular diferentes saberes, presentes tanto no ensino formal quanto em práticas de educação não formal. Além disso, ela enfatiza a importância de reconhecer o caráter político da EP, lembrando que a memória e o esquecimento são produtos sociais. No contexto brasileiro, o desafio central é enfrentar a desconexão que muitas vezes existe entre a população e os elementos oficialmente reconhecidos como patrimônio cultural nacional. A preservação desses bens está diretamente relacionada à implementação de políticas públicas eficazes, que não apenas mantenham e salvaguardem o patrimônio, mas também o integrem à comunidade, garantindo sua relevância e perpetuação.

Assim, para entender a história de uma sociedade ou região, é essencial conhecer seus patrimônios, os significados e memórias associados a esses bens, bem como o legado deixado, intencionalmente ou não. Conforme Horta (1999), uma preservação sustentável dos patrimônios culturais exige estratégias que envolvam a comunidade, fortalecendo seu vínculo de identidade e apropriação com esses bens. Esse processo de engajamento mútuo resulta na proteção e valorização dos patrimônios culturais.

Ao falar-se sobre a preservação do patrimônio, é essencial refletir sobre o propósito dessa preservação. O patrimônio deve existir para representar a história e a memória de uma comunidade, e, portanto, não há verdadeira preservação se a própria comunidade não o reconhece como algo de valor simbólico. No que se refere a patrimônios arqueológicos pré-coloniais, essa busca por identidade é um processo mais complexo, de buscar sensibilidade a

uma memória ancestral de ocupação da paisagem e de saberes da terra adquiridos e aprimorados ao longo das gerações.

Logo, para que o patrimônio seja verdadeiramente inclusivo, é fundamental que ele esteja integrado à comunidade. Uma das principais estratégias para essa integração e para a socialização do conhecimento é por meio da rede escolar.

A Educação patrimonial, em primeiro lugar, deve considerar que a preservação dos bens culturais deve ser compreendida como prática social, inserida nos contextos culturais, nos espaços da vida das pessoas. Ela não tem que se utilizar de práticas que enaltecem e reificam coisas e objetos sem submetê-los a um universo de ressignificação dos bens culturais. [...] Outro aspecto importante é o de que a educação patrimonial deve contribuir para a criação de canais de interlocução com a sociedade e com os setores públicos responsáveis pela política de patrimônio cultural, por meio de mecanismos de escuta e observação que permitam acolher e integrar as singularidades, identidades e diversidades locais. Dessa forma será possível a identificação e fortalecimento dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural, o que pode potencializar a articulação de ações educativas de valorização e proteção do patrimônio cultural. É preciso, portanto, identificar e promover ações que tenham como referência as expressões culturais locais e territoriais, contribuindo, dessa maneira, para a construção de mecanismos junto à sociedade com vistas a uma melhor compreensão das realidades locais (Florêncio, 2014, p. 25).

Percebe-se que a EP consiste em ações contínuas e progressivas que visam promover o conhecimento sobre o patrimônio cultural, criando uma aprendizagem mútua e fortalecendo as memórias locais e o sentimento de identidade em relação à comunidade e seus bens culturais. De acordo com Horta (1999), trata-se de um processo sistemático que utiliza o patrimônio como base central para o desenvolvimento do conhecimento e o enriquecimento tanto individual quanto coletivo. Através do contato direto com diversas manifestações culturais, esse processo busca engajar crianças e adultos na apropriação ativa e na valorização de sua herança cultural. Além de capacitar as pessoas para usufruírem de forma mais consciente desses bens, também estimula a criação de novos saberes e o fortalecimento da identidade e cidadania.

Zamparetti (2023) ressalta que os patrimônios indígenas, especialmente os sambaquieiros, muitas vezes são negligenciados e silenciados pelas comunidades que os cercam, dificultando uma preservação baseada na identificação com esses povos. Essa falta de reconhecimento histórico e cultural impede que as populações contemporâneas desenvolvam uma relação identitária com o patrimônio. No entanto, uma estratégia para reverter esse cenário é buscar uma conexão por meio da ocupação do espaço e da interação com o ambiente e a paisagem. Como aponta Zamparetti (2023), o território é um elo poderoso que pode unir as gerações atuais aos povos antigos. A preservação, então, pode ser sustentada não pela identidade com os construtores do patrimônio, mas pela relação simbólica e prática com o

espaço, onde o uso comum e a construção da territorialidade promovem a valorização e a continuidade desse legado.

O lugar em que vivo, hábito, construo relações, recheado de memórias do lugar, possui um passado. Se a conexão não se dá por meio da identidade com o grupo construtor do espaço patrimonializado, pode se dar por meio da relação do uso do espaço em comum. Esse é o nosso entendimento acerca da relação entre preservação e identidade; esta última, não com relações étnicas com povos sambaqueiros, mas com algo que os une, o território e a construção da territorialidade (Zamparetti, 2023, p. 66).

Dialogando com a citação anterior, acredita-se que a apropriação crítica do patrimônio pelas comunidades é fundamental para garantir sua preservação sustentável, enquanto a investigação e exploração dos objetos e expressões culturais transformam-se em conceitos que enriquecem o processo pedagógico. Assim, é fato que o ambiente escolar é um espaço de construção do saber, de troca de conhecimentos e experiências, e de formação integral dos jovens, que atuam como agentes ativos, críticos e históricos dentro da sociedade. Sendo um dos espaços mais importantes para refletir a história e memória local, sendo a diversidade cultural um dos temas de grande relevância para ser discutido de forma transdisciplinar, abrangendo diversas abordagens e concepções de problemas reais do cotidiano e valorização do bem comum.

### **3.4 Formando cidadãos: a educação como ferramenta para a preservação do patrimônio cultural**

A educação no Brasil é orientada por um conjunto de documentos legais e normativos que estabelecem diretrizes, objetivos e princípios para o sistema educacional, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior. Esses documentos visam garantir o direito à educação de qualidade, promover a equidade e orientar a formação integral dos estudantes. A Constituição Federal (Brasil, 1988), em seu artigo 205, estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da família, com o objetivo de assegurar o pleno desenvolvimento da pessoa, preparar para o exercício da cidadania e qualificar para o trabalho. Em 1996, a LDBEN – Lei nº 9.394 (Brasil, 1996) – regulamentou o sistema educacional brasileiro, definindo princípios fundamentais como a valorização dos profissionais da educação, a gestão democrática do ensino, a garantia de padrões de qualidade e a valorização da diversidade cultural.

Nesse sentido, entre os avanços relacionados à educação e aos currículos escolares, destacam-se os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (Brasil, 1998), elaborados pelo Ministério da Educação (MEC) na década de 1990. Publicados entre 1997 e 1998, os PCNs foram concebidos para orientar e padronizar os currículos do ensino fundamental, servindo como referência para professores e gestores na implementação de práticas pedagógicas mais adequadas às necessidades dos alunos e da sociedade. Uma das inovações mais significativas dos PCNs foi a introdução dos temas transversais, que são questões sociais relevantes integradas às diversas disciplinas, como ética, meio ambiente, saúde, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho/consumo. A inclusão desses temas visa contribuir para a formação cidadã dos estudantes e o desenvolvimento de valores e atitudes.

Apointa-se também que ao longo dos anos, com o objetivo de garantir uma educação plural e culturalmente diversa, e para promover de maneira mais eficaz o conhecimento e o intercâmbio cultural sobre a história e a cultura dos povos que formam a população brasileira, foi necessária uma resposta à invisibilidade e ao preconceito histórico enfrentados pela população negra. Assim, em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.639 (Brasil, 2003), que alterou a LDBEN (Brasil, 1996) para incluir o ensino da história e da cultura afro-brasileira no currículo da educação básica. Em 2008, a Lei nº 11.645 (Brasil, 2008) ampliou essas determinações ao estabelecer também a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura dos povos indígenas no currículo escolar. Essa ampliação visa reconhecer a importância das culturas indígenas na formação da identidade nacional e combater a discriminação e o desconhecimento em relação a esses povos.

Destaca-se ainda que por muitas décadas, a educação no Brasil foi organizada de forma disciplinar ou multidisciplinar, em que as áreas do conhecimento eram tratadas de maneira isolada e os temas transversais abordados de modo fragmentado. No entanto, com o avanço das discussões sobre a educação integral, que busca formar o estudante como um agente crítico e autônomo na construção do saber, o sistema educacional brasileiro passou a adotar um modelo interdisciplinar. Nesse novo modelo, as disciplinas estão interconectadas, e os temas transversais são trabalhados de maneira mais integrada, oferecendo uma compreensão mais ampla e coesa do conhecimento.

Aliás, um documento fundamental para fortalecer essa abordagem foi a BNCC (Brasil, 2017). Ao estabelecer competências e habilidades, este documento tem o objetivo de expandir as noções de saber, oferecendo uma base comum de currículo para todos os alunos, enquanto permite a adaptação dos conteúdos conforme as especificidades de cada contexto escolar. Vale destacar que a BNCC (Brasil, 2017), com sua estrutura que articula um currículo comum e

componentes diversificados, foi um pilar essencial para a implementação prática do NEM, tópico que será discutido no próximo subcapítulo.

A BNCC (Brasil, 2017) é um documento normativo que define as aprendizagens essenciais para todos os estudantes da Educação Básica no Brasil, alinhado aos princípios do PNE (Brasil, 1998) e das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN) (Brasil, 2010). Além de padronizar o ensino, a BNCC (Brasil, 2017) desempenha um papel crucial na promoção da inclusão e no reconhecimento da pluralidade cultural do país. É fundamental que o documento inclua a educação indígena e a valorização do patrimônio cultural, integrando essas temáticas ao currículo escolar. Essa inclusão não só assegura o direito à educação para os alunos indígenas, mas também fortalece o respeito e a valorização da rica diversidade cultural brasileira, contribuindo para uma sociedade mais equitativa e inclusiva. Assim, ao promover a educação indígena e a valorização do patrimônio, a BNCC (Brasil, 2017) apoia uma formação integral que reconhece e celebra as diversas identidades presentes na sociedade brasileira.

Desta forma, ao longo da Educação Básica, as aprendizagens essenciais estabelecidas pela BNCC (Brasil, 2017) visam garantir que os estudantes desenvolvam dez competências gerais, que representam, no contexto pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento. O documento define competência como a capacidade de mobilizar conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para lidar com as complexidades da vida cotidiana, o pleno exercício da cidadania e o mundo do trabalho (Brasil, 2017).

Consequentemente, ao estipular essas competências, a BNCC (Brasil, 2017) reconhece que a educação deve afirmar valores e incentivar ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e comprometida com a preservação do meio ambiente. Essa visão está alinhada à Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), que apresenta os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como metas globais estabelecidas em 2015 para enfrentar os principais desafios da humanidade, como erradicar a pobreza, proteger o meio ambiente e promover a paz, igualdade e bem-estar. Esses objetivos servem como um guia universal para alcançar um desenvolvimento sustentável e inclusivo em escala global.

Contextualizado ao objeto de pesquisa e relacionado a problemática da memória, educação e preservação, não se pode esquecer que a ONU (2015) tem promovido várias iniciativas voltadas à valorização da educação e à preservação do patrimônio, com destaque para o ODS 4 que tem como objetivo assegurar uma educação inclusiva e de qualidade, além de promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. A meta 4.1 destaca

que, “até 2030, é necessário garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes” (ONU, 2015). Isso implica não apenas o acesso à educação, mas que essa seja significativa e capaz de preparar os alunos para os desafios futuros. Da mesma forma, metas como a 4.3 reforçam a importância da igualdade de acesso ao ensino superior e técnico, garantindo que “todos os homens e mulheres tenham acesso à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade” (ONU, 2015). O foco também se expande para a formação de professores (4.c), aumento de bolsas de estudo (4.b) e a promoção de ambientes inclusivos e seguros (4.a), assegurando que a educação seja uma força de transformação social, capaz de reduzir desigualdades e promover o desenvolvimento sustentável.

O ODS 11 também valoriza o patrimônio, ao buscar “Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015), e inclui a proteção do patrimônio cultural e natural. O ODS 11.4, em particular, destaca a necessidade de intensificar os esforços para preservar o patrimônio cultural e natural mundial, reforçando o papel da educação na conscientização e na preservação desses bens para as futuras gerações. A inclusão dos ODS no contexto educacional é de extrema importância, pois permite que os alunos conectem sua aprendizagem aos desafios globais contemporâneos. Incorporar os ODS no currículo escolar ajuda a formar cidadãos críticos e engajados, capazes de compreender seu papel na construção de um futuro mais sustentável. Essa abordagem incentiva o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade e da colaboração.

Ao integrar os ODS no ensino, os professores podem explorar temas interdisciplinares como igualdade de gênero, justiça social, redução de desigualdades, proteção ambiental e diversidade cultural. Isso enriquece o conteúdo pedagógico e capacita os estudantes a se tornarem agentes de mudança, promovendo ações que vão além do ambiente escolar e impactam positivamente a sociedade. Ensinar sobre os ODS torna a educação mais relevante e motivadora, conectando o aprendizado aos desafios do século XXI. Ao entenderem a importância de metas como o combate à fome, o acesso à educação de qualidade, a promoção da saúde e o cuidado com os ecossistemas, os alunos estarão mais preparados para participar ativamente na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Dessa forma, ao integrar discussões sobre patrimônios culturais, medidas de inserção na comunidade e preservação, estamos praticando um exercício de cidadania. Passamos de uma abordagem meramente técnica de preservação para uma ação de sensibilização, envolvendo os jovens como agentes ativos no processo de conscientização sobre o bem comum. Além disso,

atividades educativas sobre o patrimônio arqueológico e a cultura indígena oferecem um novo olhar sobre a região, incentivando a população a conhecer e reconhecer que o patrimônio arqueológico faz parte da nossa história e da localidade. Com essa relação de identidade e afetividade em relação ao patrimônio, as pessoas desenvolvem a consciência de preservar e valorizar os bens culturais.

### **3.5 Novo Ensino Médio: uma proposta transdisciplinar**

Em 2017 entrou em vigor a Lei nº 13.415 (Brasil, 2017), alterando a Lei nº 9.394 (Brasil, 1996). Sendo alterada novamente pela Lei nº 14.945 (Brasil, 2024), que dispõe sob as diretrizes da educação nacional.

Art. 24 I - a carga horária mínima anual será de 800 (oitocentas) horas para o ensino fundamental e de 1.000 (mil) horas para o ensino médio, distribuídas por, no mínimo, 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver; § 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do caput deste artigo será ampliada de forma progressiva para 1.400 (mil e quatrocentas) horas, considerados os prazos e as metas estabelecidos no Plano Nacional de Educação.

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo temas transversais que componham os currículos de que trata o caput deste artigo (Brasil, 2024).

Logo, é de extrema importância perceber que a ampliação progressiva da carga horária no NEM reflete uma tendência de expandir o ensino em tempo integral para os estudantes do período diurno, mas deixa em aberto a aplicabilidade para os estudantes do período noturno, que, em sua maioria, já estão inseridos no mercado de trabalho durante o dia. Para que o NEM seja efetivamente viável, é fundamental aumentar a infraestrutura das escolas, criando espaços adequados para projetos, pesquisa, lazer e socialização, considerando que a permanência dos estudantes no ambiente escolar será significativamente ampliada. Sem esses investimentos, a implementação do ensino em tempo integral pode se tornar insustentável e desigual, especialmente diante das restrições orçamentárias impostas pela emenda.

Outra medida do NEM é a implementação dos Itinerários Formativos, que consistem em um aprofundamento das áreas gerais do conhecimento, abordando-as de acordo com a escolha dos estudantes. Isso é evidenciado no artigo 35 da Lei nº 14.945 (Brasil, 2024), conforme descrito a seguir:

Art. 35-B. O currículo do ensino médio será composto de formação geral básica e de itinerários formativos.

§ 1º Os estabelecimentos que ofertem ensino médio estruturarão suas propostas pedagógicas considerando os seguintes elementos:

I - promoção de metodologias investigativas no processo de ensino e aprendizagem;  
II - conexão dos processos de ensino e aprendizagem com a vida comunitária e social em cada território;

III - reconhecimento do trabalho e de seu caráter formativo; e

IV - articulação entre os diferentes saberes com base nas áreas do conhecimento e, quando for o caso, no currículo da formação técnica e profissional.

§ 2º Serão asseguradas aos estudantes oportunidades de construção de projetos de vida, em perspectiva orientada pelo desenvolvimento integral, nas dimensões física, cognitiva e socioemocional, pela integração comunitária no território, pela participação cidadã e pela preparação para o mundo do trabalho, de forma ambiental e socialmente responsável.

§ 3º O ensino médio será ofertado de forma presencial, admitido, excepcionalmente, ensino mediado por tecnologia, na forma de regulamento elaborado com a participação dos sistemas estaduais e distrital de ensino.

§ 4º Para fins de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio em regime de tempo integral, excepcionalmente, os sistemas de ensino poderão reconhecer aprendizagens, competências e habilidades desenvolvidas pelos estudantes em experiências extraescolares, mediante formas de comprovação definidas pelos sistemas de ensino e que considerem:

I - a experiência de estágio, programas de aprendizagem profissional, trabalho remunerado ou trabalho voluntário supervisionado, desde que explicitada a relação com o currículo do ensino médio;

II - a conclusão de cursos de qualificação profissional, desde que comprovada por certificação emitida de acordo com a legislação; e

III - a participação comprovada em projetos de extensão universitária ou de iniciação científica ou em atividades de direção em grêmios estudantis.

Antes de iniciarmos a discussão sobre como aplicar a temática de diversidade cultural dentro das disciplinas eletivas, se faz necessário trazer um olhar cético ao NEM, apesar de sua proposta construtivista, que oferece aos estudantes a possibilidade de escolher seus itinerários formativos e se engajar em uma educação mais conectada às demandas contemporâneas. A implementação dessa proposta tem se distanciado do ideal construtivista. Conforme Azevedo (2021), a reforma foi realizada de maneira verticalizada, sem a participação efetiva da comunidade escolar, o que prejudicou a consideração das realidades locais e a adequação das propostas às diferentes regiões do país. Lima (2019) ressalta que a falta de formação adequada para os professores contribuiu para que a aplicação da reforma fosse limitada, a falta de infraestrutura que suporte as demandas, além da limitação de períodos de planejamento integrado dos professores dificulta a adaptação pedagógica e inibe o potencial de inovação que o NEM poderia trazer.

Além disso, o estado de Santa Catarina exemplifica as dificuldades na implementação do ensino integral, que gradualmente foi substituído por um modelo de ensino a distância, mediado pela plataforma Google Classroom. Conforme ampara a Resolução CNE/CEB nº 3 (CNE, 2018) vinculada ao NEM.

§ 15. As atividades realizadas a distância podem contemplar até 20% (vinte por cento) da carga horária total, podendo incidir tanto na formação geral básica quanto, preferencialmente, nos itinerários formativos do currículo, desde que haja suporte tecnológico – digital ou não – e pedagógico apropriado, necessariamente com acompanhamento/coordenação de docente da unidade escolar onde o estudante está matriculado, podendo a critério dos sistemas de ensino expandir para até 30% (trinta por cento) no ensino médio noturno (CNE, 2018)

Embora o ensino híbrido tenha surgido como uma substituição do ensino integral, e já tenha sido amplamente utilizado na pandemia de COVID-19, a prática não está sendo exitosa, pois as aulas apresentam experiências menos dinâmicas, com pouca interação e diálogo entre professores e alunos. O ensino tornou-se predominantemente expositivo, focado na visualização de materiais, leitura e execução de atividades, o que vai em direção oposta aos princípios de uma educação participativa e dialógica, promovidos pelo Novo Ensino Médio. Diante disso, é essencial refletir sobre como incluir uma discussão crítica sobre a história local e os patrimônios culturais dentro da abordagem do NEM. Os itinerários formativos podem ser uma oportunidade para socializar os bens culturais e fomentar debates sobre sua preservação, integrando esses temas ao cotidiano escolar e promovendo uma maior conscientização sobre a importância da cultura e da memória coletiva na formação dos estudantes.

Os Itinerários Formativos de Santa Catarina se dividem nos seguintes temas: Estudos e Práticas em Ciências Humanas, Diálogos Contemporâneos das Juventudes, Pesquisa de Campo e Intervenção Local, Estudos e Projetos Culturais, Conhecimentos Científicos, Experimentação e outras práticas Investigativas, Saúde, Sociedade e Meio Ambiente, Cultura Digital, Pensamento computacional, Educação tecnológica, Estudos dirigidos, Educação empreendedora, Projeto de Intervenção, Práticas Corporais: Cultura Corporal de Movimento, Práticas de Linguagens Artísticas, Prática em libras, Práticas de Linguagem no Campo Jornalístico-midiático, Práticas de Linguagens e intervenção sociocultural, Práticas de Letramento literário com ênfase na Literatura local, Práticas de multiletramentos no Campo Artístico-literário, Educação financeira, Educação Fiscal, Jogos de raciocínio Lógico matemático, Matemática Aplicada, Projeto de pesquisa e iniciação científica e Eficiência energética.

Os Itinerários alinhados com a discussão sobre Diversidade Cultural estão listados na tabela abaixo, organizados por tema central, objetivos e objetos de estudo relacionados às ciências humanas e discussão de diversidade cultural.

Quadro 1 - Itinerários Formativos relacionados à diversidade cultural

<b>Estudos e práticas em Ciências Humanas</b>
---

<b>Objetivos de aprendizagem</b>	<p>Questionar os fenômenos sociais, formular hipóteses, considerar a mudança de variáveis e sustentar o raciocínio com observação, pesquisa, modelos ou teorias. Analisar e explicar como as evidências sustentam argumentos e afirmações, identificando informações falsas, falhas de raciocínio e diferenças de pontos de vista.</p> <p>Vivenciar o contraditório de maneira a experienciar o conflito de ideais e o reconhecimento do outro, sendo este outro: um indivíduo, a turma, o conhecimento e/ou o mundo.</p> <p>Comparar, agrupar e sintetizar informações de diversas fontes, inclusive as próprias ideias ou as do(a) colega, para elaborar uma explicação ou um argumento coeso e embasado, relacionando-o com os conceitos da Área de Conhecimento e os Processos Cognitivos de Assimilação, garantindo uma abordagem mais ampla e uma análise crítica, criativa e aprofundada dos dados disponíveis.</p> <p>Elaborar questões-problema para garantir uma base sólida para a investigação de um problema ou desafio e interpretar dados e informações de maneira embasada, considerando o contexto em que foram produzidos, para se posicionar criticamente com base em critérios científicos, estéticos e éticos.</p> <p>Identificar a contribuição dos métodos, práticas e conhecimentos das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na compreensão das suas individualidades, do mundo em que vivem, e auxiliar no desenvolvimento da cidadania, nas suas práticas cotidianas e no mundo do trabalho.</p> <p>Questionar e problematizar, a partir de um olhar crítico, as ideias existentes e criar soluções inovadoras (inclusive tecnológicas e digitais), elaborando planos de investigação para pesquisar uma questão ou solucionar um problema que afete sua vida ou a da comunidade em que vivem.</p>
<b>Objetos de conhecimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tempo, Memória e Mentalidades.</li> <li>- Espaços, Territórios e Natureza.</li> <li>- Ética, Estética, Ciência, Política e Cidadania.</li> <li>- Sociedade, Indivíduo e Relações Sociais.</li> <li>- Cultura, Linguagens, Diversidade e Identidade.</li> <li>- Urbanização, Relações de Produção.</li> <li>- Tecnologia, Trabalho e Economia.</li> </ul>
<b>Estudos e projetos culturais</b>	
<b>Objetivos de aprendizagem</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhecer o papel da diversidade cultural na formação identitária do território catarinense, bem como fomentar o diálogo entre as diversas culturas existentes.</li> <li>- Analisar de forma crítica, histórica e com embasamento científico o discurso da suposta formação europeia de Santa Catarina, questionando o senso comum racista e xenofobo que se instala na cultura do Estado, ignorando sistematicamente as heranças culturais diversas e apagando a violência colonial imputada às populações indígenas e afrobrasileiras do território.</li> <li>- Pesquisar a diversidade cultural que forma as cidades catarinenses atualmente, valorizando a contribuição das diversas culturas que convivem em cada comunidade e destacando o caráter multicultural do Estado, com foco específico na comunidade em que a escola se situa.</li> <li>- Refletir sobre a ideia de etnocentrismo e dialogar com esse conceito, apropriando-se de referenciais teóricos e dados empíricos, com o objetivo de romper com os estigmas e preconceitos instaurados pelo senso comum.</li> </ul>
<b>Objetos de conhecimento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O que é cultura? Um conceito polissêmico.</li> <li>- Cultura e ideologia.</li> <li>- Etnocentrismo, relativismo cultural e cultura-valor.</li> <li>- Perspectivismo/Multinaturalismo.</li> <li>- Diversidade cultural e pluralidade.</li> <li>- Direito à diferença.</li> <li>- Identidade e identidades.</li> <li>- Movimentos migratórios e ocupação territorial, demografia e características da população local, Direitos Humanos.</li> <li>- Concepções filosóficas que norteiam valores e características da cultura local, alteridade, diversidade e pluralidade cultural.</li> <li>- Valores, estilos e formas da expressão artística local e regional.</li> <li>- Educação para o multiculturalismo.</li> </ul>

<b>Sugestões de estratégias metodológicas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Análise de discursos (ciclo de debates, rodas de conversa, júri simulado, etc.).</li> <li>- Análise de produções (filmes, músicas, imagens, textos, dados estatísticos, etc.).</li> <li>- Comunicação (produção de textos, tirinhas, desenhos, vídeos, podcasts, flipbooks, elaboração de documentários, relatórios).</li> <li>- Cooperação (trabalhos em grupo, equipes de pesquisas, etc.).</li> <li>- Uso de redes sociais como fonte de pesquisa (WhatsApp, Facebook, Instagram, etc.).</li> <li>- Uso de instrumentos (GPS, bússola, mapeamento por aplicativos de mapas ou AutoCad, softwares de Geoprocessamento, pluviômetros, etc.).</li> <li>- Aplicação de técnicas (restauro e conservação de documentos, fotografias, pinturas, objetos; reciclagem, separação de resíduos, etc.).</li> <li>- Pesquisa bibliográfica e documental.</li> <li>- Pesquisa de campo (entrevista estruturada, semiestruturada, livre, etc.).</li> <li>- Inserções e experiências de imersões (em empresas, universidades, comunidades, instituições públicas, etc.).</li> </ul>
---	--

Fonte: Adaptado de Santa Catarina (2021).

Em um cenário educacional onde os currículos nos oferecem oportunidades para a transdisciplinaridade e para uma escola ancorada na multidisciplinaridade ou interdisciplinaridade, é essencial recorrer a Edgar Morin. Este, faz reflexões relevantes sobre o modelo fragmentado de educação que prevalece tradicionalmente, onde os temas são tratados de forma isolada, desconsiderando a complexidade e a transdisciplinaridade fundamentais para o mundo contemporâneo. Embora vivamos em um contexto de especialização e constante fluxo de informações, há uma necessidade crescente de pessoas capazes de integrar diversos saberes, enxergar o todo e propor soluções de forma holística. Não podemos mais restringir o potencial dos estudantes, especialmente considerando o vasto leque de ferramentas tecnológicas disponíveis. É necessário distinguir entre informação e conhecimento e desenvolver formas de analisar as informações de maneira transdisciplinar, com uma visão global. Como afirma Morin (2003), a educação deve superar a fragmentação e abordar o conhecimento de forma integrada e conectada.

Contrariamente à opinião hoje difundida, o desenvolvimento das aptidões gerais da mente permite o melhor desenvolvimento das competências particulares ou especializadas. Quanto mais desenvolvida é a inteligência geral, maior é sua capacidade de tratar problemas especiais. A educação deve favorecer a aptidão natural da mente para colocar e resolver os problemas e, correlativamente, estimular o pleno emprego da inteligência geral (Morin, 2003, p. 21-22).

Exemplificando para melhor compreensão da discussão, pode-se dizer que o NEM, ao promover a interdisciplinaridade, não se trata apenas de juntar materiais, mas de trazer a vida real dos alunos para dentro da escola. Ele busca conectar o conhecimento com as experiências sociais, econômicas e culturais dos estudantes, permitindo que eles se tornem pensadores críticos, capazes de enfrentar e resolver os desafios que enfrentam no dia a dia. Dessa forma, a educação deve estimular o uso pleno da inteligência, não apenas focando em competências

específicas, mas incentivando os estudantes a ligarem diferentes áreas do saber para compreender o mundo de forma mais amplo e integrado.

Quando bem implementado, o NEM tem o poder de superar a fragmentação do ensino tradicional, oferecendo uma formação que faz mais sentido para a realidade interconectada em que vivemos. O currículo flexível, ao trazer esse olhar global, enxerga o aluno como um ser pensante e ativo, alguém que tem um papel importante na sociedade e que, mais do que decorar fórmulas, deve entender como o conhecimento pode ser aplicado para solucionar problemas reais. A proposta transdisciplinar rompe com as divisões entre as disciplinas, propondo um ensino que valoriza a construção conjunta de um futuro mais inclusivo, onde o conhecimento é múltiplo, complexo e carrega as marcas da história, cultura e contexto social e econômico em que está inserido.

Outrossim, nos objetos de conhecimento acima temos diferentes formas de discuti-los com abordagem transdisciplinar que vai além das fronteiras tradicionais entre as disciplinas, permitindo uma integração rica e significativa do conhecimento. Ao nos perguntarmos “O que é cultura?”, percebemos que esse conceito é polissêmico e múltiplo e pode ser explorado por meio de diferentes áreas do saber, como filosofia, sociologia e antropologia. Por exemplo, ao investigar as relações entre cultura e ideologia, podemos abordar questões como etnocentrismo e relativismo cultural, proporcionando aos estudantes uma visão crítica e reflexiva sobre a complexidade das culturas e seus valores. Relacionando a realidade da cultura local, “O que eu considero como patrimônio representativo da minha cultura?”, instigando os educandos a pensar “por que devemos preservar os patrimônios da minha comunidade?”, “Qual valor damos a memória das comunidades do meu município?”, entre tantas outras indagações que levam o estudante a refletir além dos conceitos e trazê-lo a vida real.

Essa perspectiva também se aplica a temas como movimentos migratórios, ocupação territorial e direitos humanos, onde aspectos demográficos, sociais e culturais se entrelaçam. Essa abordagem holística nos permite entender melhor o impacto dessas dinâmicas em nossa sociedade. Como bem aponta Edgar Morin, esses fenômenos não devem ser analisados de forma isolada, mas em diálogo com concepções filosóficas sobre valores, alteridade e pluralidade cultural. Na citação abaixo Morin nos leva a refletir sobre a comodidade e o distanciamento político que as abordagens disciplinares e fragmentadas exercem. Além disso, a valorização das expressões artísticas locais e regionais conecta a educação ao contexto social e histórico, promovendo uma educação que celebra e respeita a diversidade cultural.

O enfraquecimento de uma percepção global leva ao enfraquecimento do senso de responsabilidade – cada um tende a ser responsável apenas por sua tarefa especializada –, bem como ao enfraquecimento da solidariedade – ninguém mais preserva seu elo orgânico com a cidade e seus concidadãos (Morin, 2003, p. 18).

Dessa maneira, ao adotar uma abordagem transdisciplinar, estamos preparando os alunos para uma compreensão mais profunda e interconectada da realidade, capacitando-os a pensar e agir de forma integrada e complexa em um mundo contemporâneo que exige cada vez mais flexibilidade e empatia.

### **3.6 Patrimônio em diálogo com a interdisciplinariedade e transdisciplinariedade**

Desejo antigo de nossa sociedade, é que a educação busque promover uma formação integral do estudante, desde a infância até o ensino fundamental, valorizando uma abordagem que considere o conhecimento como algo construído de forma colaborativa, por meio de análise, dúvidas e discussões. Essa perspectiva é reforçada pela BNCC (Brasil, 2017), que destaca a importância de o estudante ser um agente ativo no processo de aprendizagem, enquanto o professor atua como mediador, facilitando caminhos para a construção de saberes. Segundo Edgar Morin (2003), o ensino precisa incentivar o pensamento complexo, promovendo a inter-relação entre diversas áreas do conhecimento para uma compreensão mais profunda do mundo. O ensino das Ciências Humanas, por exemplo, contribui para que os alunos, ao longo da Educação Básica, desenvolvam uma visão crítica sobre questões sociais, políticas e éticas, fortalecendo sua autonomia intelectual e sua participação como cidadãos críticos em uma sociedade democrática (Brasil, 2017).

Logo, essa abordagem, ao integrar aspectos sociocognitivos, afetivos e lúdicos, proporciona uma educação que ultrapassa a simples transmissão de conteúdos, promovendo experiências significativas sobre a pessoa e o mundo social, e preparando o estudante para uma atuação ética, crítica e orientada por valores democráticos, conforme proposto também por autores como Paulo Freire, que defende a educação como prática de liberdade. A BNCC (Brasil, 2017) divide o processo de formação do estudante durante o ensino fundamental em quatro eixos, sendo eles: Eixo 1 - Letramentos e capacidade de aprender; Eixo 2 - Leitura do mundo natural e social; Eixo 3 - Ética e pensamento crítico; Eixo 4 - Solidariedade e sociabilidade. Observamos abaixo os objetivos de formação para os anos finais de acordo com os seus eixos.

Quadro 2 - Objetivos gerais de formação da área de Ciências Humanas para os anos finais do Ensino Fundamental em relação aos eixos de formação

Objetivos	Eixos			
	Letramentos e capacidade para aprender	Leitura do mundo natural e social	Ética e pensamento crítico	Solidariedade e sociabilidade
(EFF2CH01) Relacionar identidades e organizações da vida em sociedade em diferentes tempos e espaços, percebendo, acolhendo e valorizando semelhanças e diferenças culturais.		x	x	x
(EFF2CH02) Analisar suas experiências cotidianas em relação a aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos, em diferentes temporalidades e espacialidades.		x		x
(EFF2CH03) Analisar transformações e processos sociais, espaciais, culturais e históricas, constituídos a partir da relação do ser humano em sociedade, com a natureza, na produção, na manutenção e no cuidado com a vida.	x	x	x	x
(EFF2CH04) Desenvolver e sistematizar procedimentos de estudo e de investigação, usando conhecimentos das ciências humanas para interpretar e expressar saberes, sentimentos, crenças e dúvidas na descoberta de si mesmo e na relação com outras pessoas.	x		x	

Fonte: BNCC (Brasil, 2017).

Nesse sentido, a educação contemporânea enfrenta o desafio de formar indivíduos capazes de lidar com a complexidade crescente do mundo moderno, e a pedagogia das competências surge como uma resposta a esse cenário. Ao contrário de abordagens tradicionais que se concentram na memorização de conteúdos, essa metodologia promove o desenvolvimento integral dos estudantes, focando em competências que envolvem o saber fazer, o saber ser e o saber conviver, como destacada na Teoria da Aprendizagem Significativa de Ausubel e na Teoria Sociocultural de Vygotsky. Conforme Freire (1996) sugere, a educação deve ser um processo ativo e dinâmico, onde o aluno é estimulado a refletir criticamente sobre sua realidade e a transformar o mundo à sua volta. Assim, o currículo escolar, estruturado sob essa perspectiva, tem como propósito preparar os jovens para enfrentar os desafios do século XXI, promovendo a capacidade de adaptação, inovação e resolução de problemas em um mundo em constante mudança.

Nesse contexto, as metodologias de interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e transdisciplinaridade emergem como formas eficazes de integrar o currículo escolar, promovendo uma aprendizagem que abrange não apenas o conhecimento teórico, mas também

habilidades práticas e sociais. No quadro abaixo podemos ver diferentes abordagens pedagógicas e epistemológicas sobre multidisciplinaridade, transdisciplinaridade, interdisciplinaridade, disciplinaridade e transversalidade.

Quadro 3 - Abordagens didático pedagógica e seus conceitos

Abordagem	Conceito
<b>Multidisciplinaridade</b>	A multidisciplinaridade ocorre quando diferentes disciplinas são abordadas em conjunto, mas sem a integração de seus conhecimentos. As áreas permanecem independentes, cada uma contribuindo com seu próprio saber para a compreensão de um fenômeno comum. Piaget, Jean (1972): discute a multidisciplinaridade como um esforço de cooperação entre disciplinas, sem que haja uma real interação entre elas.
<b>Transdisciplinaridade</b>	A transdisciplinaridade transcende as fronteiras das disciplinas, integrando-as em um nível superior. Ela busca criar novas formas de conhecimento, combinando saberes disciplinares e não disciplinares para solucionar problemas complexos de maneira holística. Morin, Edgar (1999): também explora a transdisciplinaridade em <i>Os sete saberes necessários à educação do futuro</i> , defendendo que ela é fundamental para enfrentar os desafios do século XXI, pois permite a conexão entre diferentes áreas de conhecimento, incluindo a ciência, filosofia e arte. Com abordagem que envolve a integração do conhecimento de várias disciplinas e a inclusão do conhecimento cotidiano e da experiência humana.
<b>Interdisciplinaridade</b>	A interdisciplinaridade se refere à colaboração entre disciplinas diferentes, que se conectam e interagem para criar um entendimento mais integrado e profundo de determinado fenômeno. Morin, Edgar (1999): em <i>A cabeça bem-feita</i> , o autor enfatiza que a interdisciplinaridade é essencial para lidar com a complexidade do mundo contemporâneo, unindo os saberes para alcançar uma compreensão mais global.
<b>Disciplinaridade</b>	Disciplinaridade se refere à organização do conhecimento em áreas específicas e isoladas, com foco em aprofundar o estudo em um único campo. Essa abordagem é fundamental na tradição acadêmica. Silva, José A. (2017): em <i>Educação e conhecimento: diálogo entre disciplinaridade e interdisciplinaridade</i> , o autor discute que a disciplinaridade é um elemento crucial na estrutura educacional, permitindo que os alunos desenvolvam uma compreensão profunda de um único campo de estudo antes de considerar abordagens mais integradas.
<b>Transversalidade</b>	A transversalidade se refere à prática de integrar diferentes conteúdos e áreas de conhecimento, promovendo uma visão holística e interconectada da aprendizagem. Moran (2000): em <i>Novas tecnologias e mediação pedagógica</i> , aborda a importância da transversalidade no currículo escolar, destacando como ela pode enriquecer a aprendizagem ao conectar diferentes disciplinas e contextos de vida dos alunos, inserindo um conteúdo de forma concreta e observando seus múltiplos aspectos.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Autores como Paulo Freire (1996) ressaltam a relevância de uma educação que estimule a reflexão crítica e a construção de saberes, preparando os estudantes para serem cidadãos ativos e responsáveis em uma sociedade em constante transformação. Assim, ao abordar temas como patrimônio cultural, identidade e cidadania, a educação se torna um espaço onde o saber é vivido, discutido e contextualizado, contribuindo para a formação de indivíduos conscientes de seu papel no mundo.

Nesse viés, integrar o estudo do patrimônio cultural nas disciplinas escolares, desde o sexto ano do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio, é uma das formas de trabalhar diferentes objetos dos eixos temáticos, como: identidade, ocupação do espaço e sociedade em diferentes tempos históricos, paisagem natural e cultural, cidadania e políticas públicas, diferentes relações de ocupação, extração, manutenção e uso do ambiente, além de discutir as relações simbólicas nas diferentes sociedades. Adotar uma abordagem Inter ou transdisciplinar permite que os estudantes enxerguem o patrimônio cultural não como algo distante, ligado apenas ao passado, mas como parte viva e influente de sua identidade e do mundo atual. Ao conectar diferentes áreas do conhecimento, como história, geografia, artes, sociologia e filosofia, os professores oferecem uma perspectiva mais ampla e profunda, incentivando os alunos a refletirem criticamente sobre a preservação do patrimônio e seu impacto nas questões sociais, políticas e ambientais do presente.

Edgar Morin (2000) ressalta que é fundamental, na educação, estimular o pensamento complexo, permitindo aos alunos entenderem as interconexões entre os diferentes saberes e os fenômenos que compõem o mundo. Essa forma de ensino promove uma visão mais integrada da realidade, essencial em tempos de rápidas mudanças e desafios globais. Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2003), a educação desempenha um papel central na preservação do patrimônio cultural, pois fomenta o respeito à diversidade e contribui para a construção de uma cidadania global, elementos importantes para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável.

### **3.7 Espaço de aprender, ensinar e compartilhar**

Quando nos referimos a espaço, devemos lembrar que é um termo polissêmico, ou seja, pode ser interpretado de diferentes maneiras, dependendo do contexto em que é utilizado. Essa multiplicidade de significados inclui conceitos como “território”, que se refere a um espaço delimitado com características específicas; “lugar”, que implica uma relação afetiva e simbólica que os indivíduos desenvolvem com um determinado espaço; e “paisagem”, que abrange tanto a dimensão física do espaço quanto a forma como ele é percebido e interpretado culturalmente.

Milton Santos (1988), um dos mais renomados geógrafos brasileiros, transformou a nossa compreensão sobre o espaço ao afirmar que este vai muito além de uma simples extensão física. Para ele, o espaço é um reflexo das interações sociais, culturais e econômicas que moldam a vida das pessoas. Em sua visão, o espaço é um “sistema de relações” que integra aspectos materiais e sociais, evidenciando sua natureza dinâmica e em constante evolução.

Santos (1988) argumenta que, para entender o espaço, é necessário adotarmos a “dialética da totalidade”, que considera as múltiplas interações e relações de poder que o constituem.

Neste contexto, nossa pesquisa se concentra em como podemos relacionar patrimônios, ambiente escolar e socializar, em uma perspectiva de valorização e preservação dos sítios arqueológicos. Com isso, buscamos enfatizar teorias educacionais que promovem uma aprendizagem cada vez mais autônoma e ativa, colocando o estudante como protagonista em sua construção do conhecimento. Quando falamos sobre ambientes de aprendizado, é essencial reconhecer tanto o espaço interno da escola quanto o seu entorno. Estes ambientes, conforme conceitua Milton Santos (1988), são impregnados de totalidade, abrangendo características históricas, culturais e econômicas.

Assim, o espaço de aprendizagem pode ser classificado em duas categorias: formal e não formal. O espaço formal é aquele que se encontra em instituições tradicionais, como escolas e universidades, onde o conhecimento é transmitido de maneira estruturada e sistemática, seguindo um currículo estabelecido por normas e diretrizes. Em contrapartida, o espaço de aprendizagem não formal engloba contextos que vão além das instituições tradicionais, como oficinas, atividades extracurriculares e interações sociais do dia a dia. Esse último tipo de espaço permite uma aprendizagem mais espontânea, influenciada pelas experiências e relações que os indivíduos estabelecem com seus ambientes. A educação não formal ocorre no cotidiano, sendo mediada por processos de compartilhamento de experiências. Esses espaços proporcionam uma aprendizagem prática e contextualizada, baseada na vivência e no engajamento coletivo (Gohn, 2006).

A educação não-formal designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação dos indivíduos para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos cotidianos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem aos indivíduos fazerem uma leitura do mundo do ponto de vista de compreensão do que se passa ao seu redor; a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica etc (Gohn, 2006, p. 28).

Olhando-se para a educação em dimensão que ultrapassa nossa legislação educacional e nossos itinerários formativos, fica-se sabendo que a UNESCO (2003) ressalta que “a aprendizagem não formal é um componente essencial do sistema educativo, contribuindo para a formação integral do cidadão”. Portanto, é fundamental considerar tanto os espaços formais quanto os não formais no desenvolvimento educacional, uma vez que ambos são essenciais para a compreensão completa do processo de ensino e aprendizagem.

Paulo Freire nos convida a repensar a educação como um processo amplo, integrando ensino e pesquisa de forma inseparável. Ele afirma que “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino” (Freire, 1996, p. 29), sugerindo que o verdadeiro aprendizado acontece quando essas duas práticas estão interligadas, seja em espaços formais, como escolas e universidades, ou em ambientes informais, onde as interações cotidianas também enriquecem o processo educativo. Nesse sentido, o ato de educar não se limita a ambientes tradicionais, mas se estende para todos os contextos em que o aluno está inserido.

Freire também defende que o papel do professor vai além de transmitir conteúdos prontos. Para ele, “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1996, p. 47). Colocando o aluno como protagonista de seu aprendizado. Isso significa que o entorno do estudante – sua realidade social, cultural e histórica – deve ser visto como uma ferramenta pedagógica. A educação precisa estar profundamente conectada à vida cotidiana, promovendo uma formação crítica e transformadora, onde o aluno é capaz de interpretar o mundo ao seu redor. Como Freire (1987, p. 58) pontua, “a educação, como prática, precisa estar conectada com a vida cotidiana”.

Aliás, essa visão é complementada por Bittencourt (2009, p. 168), que destaca a importância da história local no processo educativo e que “a história local tem sido indicada como necessária para o ensino por possibilitar a compreensão do entorno do aluno”. Ao conectar os eventos históricos com o cotidiano dos estudantes, o aprendizado se torna mais significativo, permitindo que eles vejam a relevância de suas vivências na história global. Isso facilita a compreensão de questões históricas e sociais não apenas no ambiente escolar, mas também nas interações comunitárias, no trabalho e no lazer, fortalecendo a formação de cidadãos críticos e atuantes.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 4.1 Identificação e integridade dos sítios

No município de Araranguá, encontra-se na Base Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA/IPHAN) o registro de 29 sítios arqueológicos, sendo eles classificados como: sambaqui, abrigo sob rocha e sítios cerâmicos da Tradição Tupi-Guarani. Nesta pesquisa o foco são os sítios concheiros sambaquis, em especial a concentração de sítios que há entorno do Morro dos Conventos. A seguir, apresentamos uma descrição dos 5 sítios sambaquis que estão localizados no Balneário Morro dos Conventos e 3 sítios localizados no Balneário de Ilhas utilizando como fonte os dados obtidos na plataforma CNSA/IPHAN, Campos (2010; 2015) e em dados obtidos durante o projeto com pesquisas *in loco*.

Figura 2 - Localização dos sítios concheiros em Morro dos Conventos e Balneário de Ilhas



Fonte: A autora (2024). Elaborado por Edenir Bagio Perin (2024).

Abaixo estão listados detalhes sobre os 8 sambaquis presentes na região e suas características geológicas e ambientais, o uso atual do terreno, além de informações sobre as medidas de preservação para proteger essa importante formação arqueológica pré-colonial

#### 4.1.1 Sítio SC-ARA-052

O quadro a seguir apresenta uma visão detalhada das características do Sítio Arqueológico SC-ARA-052, também conhecido como Lagoa dos Bichos ou Sambaqui do Camping Lago Dourado. Localizado no município de Araranguá, Santa Catarina, o sítio é uma formação do tipo sambaqui, situada em uma propriedade privada próxima ao Morro dos Conventos, a aproximadamente 15 metros acima do nível do mar e a 439 metros da Lagoa dos Bichos.

Quadro 4 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-052

<b>Nome do sítio</b>	SC-ARA-052, Lagoa dos Bichos, ARA 001, Sambaqui do Camping Lago Dourado.
<b>Outras designações</b>	
<b>Número do sítio no CNSA</b>	SC 0394
<b>Município</b>	Araranguá - Santa Catarina
<b>Localidade</b>	Balneário Morro dos Conventos, Araranguá – SC
<b>Coordenadas UTM</b>	22J 657931E/6796997N
<b>Descrição sumária</b>	Sambaqui situado à margem de área alagadiça, próximo à margem da Lagoa dos Bichos. Possui as dimensões de aproximadamente 80 x 80 metros, com mata de restinga preservada em sua superfície apresentando denso material malacológico.
<b>Endereço</b>	Balneário Morro dos Conventos
<b>Comprimento</b>	80m
<b>Largura</b>	80m
<b>Área</b>	1.600m <sup>2</sup>
<b>Compartimento topográfico</b>	Planície litorânea
<b>Altitude</b>	10m
<b>Água mais próxima</b>	Lagoa dos Bichos
<b>Distância</b>	430m
<b>Bacia</b>	Rio Araranguá
<b>Vegetação atual</b>	Área antropização – pastagem
<b>Uso atual da área do sítio</b>	Pastagem e camping
<b>Propriedade da terra</b>	Área privada
<b>Categoria</b>	Unicomponencial - Pré-colonial

Fonte: Adaptado de Campos (2010; 2015) e CNSA/IPHAN (2024).

Abaixo segue o registro do estado atual do sítio arqueológico SC-ARA-052, em que se observa a vegetação de mata de restinga preservada, o sítio exibe em sua superfície uma densa camada de material malacológico e encontra-se vulnerável à expansão urbana.

Figura 3 - Sítio arqueológico SC-ARA-052



Fonte: A autora (2024). Captada por Campos (2024).

#### 4.1.2 Sítio SC-ARA-050

O sítio arqueológico SC-ARA-050, com uma área de 1.200m<sup>2</sup>, está localizado em uma região rica em patrimônios, tanto culturais quanto naturais, oferecendo uma paisagem que permite observar as lagoas, as dunas, falésias e a foz do rio Araranguá. Contudo, a área está sujeita a riscos de destruição, principalmente devido às atividades agrícolas e à expansão urbana em curso. O quadro a seguir detalha as características físicas, topográficas e o uso atual do sítio, assim como os principais fatores de ameaça e as propostas de preservação sugeridas para garantir a proteção deste importante patrimônio cultural.

Quadro 5 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-050

<b>Nome do sítio</b>	SC-ARA-050
<b>Número do sítio no CNSA</b>	SC 01715
<b>Município</b>	Araranguá - SC
<b>Localidade</b>	Balneário Morro dos Conventos, Araranguá - SC
<b>Coordenadas UTM</b>	22 J 659484E/6798218N

<b>Descrição sumária</b>	Sítio localizado próximo ao Farol Morro dos Conventos, em propriedade particular. No momento utilizado como pastagem para gado bovino, mas próximo a área de loteamento em expansão.
<b>Sítios relacionados</b>	Próximo a aproximadamente 500 metros do sítio SC-ARA- 057, associado à tradição ceramista Guarani, 1200 metros do sítio sambaqui SC-ARA-048 e 1.500 metros do sítio sambaqui SC-ARA-031.
<b>Endereço</b>	Rua Atlântica, Balneário Morro dos Conventos, Araranguá - SC
<b>Comprimento</b>	30m
<b>Largura</b>	40m
<b>Área</b>	1.200m <sup>2</sup>
<b>Compartimento topográfico</b>	Topo
<b>Altitude</b>	52m
<b>Água mais próxima</b>	Rio Araranguá
<b>Distância</b>	760m
<b>Bacia</b>	Rio Araranguá
<b>Vegetação atual</b>	Área antropização - Pastagem
<b>Uso atual da área do sítio</b>	Área de pastagem, criação de gado bovino e atividade de urbanização
<b>Propriedade da terra</b>	Área privada
<b>Categoria</b>	Unicomponencial - Pré-colonial
<b>Exposição</b>	céu aberto
<b>Contexto de deposição</b>	Em profundidade e exposto em superfície
<b>Tipo</b>	Sambaqui
<b>Forma</b>	Elipsoidal
<b>Tipo de solo</b>	Arenoso
<b>Grau de integridade</b>	75%
<b>Fatores de destruição</b>	Atividades agrícolas e expansão urbana (loteamento)
<b>Medidas para preservação</b>	O sítio está localizado próximo a um importante ponto turístico da cidade. Uma das medidas de preservação sugeridas é a instalação de painéis informativos e materiais educativos na área turística do Farol Morro dos Conventos. Nesses painéis, seria relevante incluir a localização do sítio, permitindo que os visitantes o observem através da luneta do Farol. Essa iniciativa ajudaria a disseminar o conhecimento sobre o patrimônio cultural, incentivando a conscientização e valorização do sítio tanto pelos moradores quanto pelos turistas.
<b>Relevância do sítio</b>	Alta

Fonte: Adaptado de Campos (2010; 2015) e CNSA/IPHAN (2024).

O sítio, situado aproximadamente a 72 metros acima do nível do mar, está assentado geologicamente sobre o Sistema Laguna-Barreira Holocênica (QHb), em Neossolos de areia Quartzosa (AQd) (Campos, 2015). Em sua superfície, observa-se uma densa concentração de fauna malacológica. Conforme demonstram as figuras abaixo e o Quadro 6, o sítio SC-ARA-050 localiza-se em uma propriedade privada e dentro de uma área agrícola com criação de gado. Dessa forma, medidas de preservação, como a instalação de placas ou a musealização para visitação pública, tornam-se inviáveis. Além disso, o sítio encontra-se próximo a um loteamento em expansão, que avança em sua direção.

Figura 4 - Sítio arqueológico SC-ARA-050



Fonte: Registrado pela autora (2024).

Figura 5 - Loteamento expandindo próximo a área do sítio SC-ARA-050



Fonte: Registrado pela autora (2024).

Figura 6 - Localização do Sítio SC-ARA-050 próximo ao Farol Morro dos Conventos



Fonte: Registrado pela autora (2024).

Destaca-se, que o fato do sítio estar localizado próximo a outros sítios arqueológicos e ao Farol do Morro dos Conventos, ponto turístico importante, pode ser um fator positivo para difusão deste patrimônio cultural. Ou seja, pode-se criar medidas de preservação pautadas na valorização desses bens, através de painéis informativos e materiais educativos, a fim de promover a conscientização sobre o valor histórico e cultural da área e mitigar os impactos das ações humanas. Além disso, iniciativas desse tipo podem transformar a região em um espaço de maior integração entre turismo e preservação, mitigando os impactos negativos da urbanização descontrolada e do uso inadequado do solo, ao mesmo tempo que reforçam a relevância histórica do sítio arqueológico.

#### 4.1.3 Sítio SC-ARA- 048

Abaixo, no Quadro 6, está exposta uma descrição detalhada do sítio arqueológico SC-ARA-048, um sambaqui inserido em uma área de dunas, próximo a 122 metros do Rio Araranguá. O sambaqui destaca-se pela sua localização próxima a outros sítios arqueológicos

e por sua significativa relevância histórica, além de que está dentro de um complexo de sítios que atua junto a uma paisagem que preserva as (paleo) lagoas e uma diversa biodiversidade.

Quadro 6 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-048

<b>Nome do sítio</b>	SC-ARA-048
<b>Número do sítio no CNSA</b>	SC 01713
<b>Município</b>	Araranguá - SC
<b>Localidade</b>	Balneário Morro dos Conventos, Araranguá - SC
<b>Coordenadas UTM</b>	22J 660540E/6798905N
<b>Descrição sumária</b>	Sítio localizado próximo a 122 metros do Rio Araranguá em meio as dunas. E próximo a 600 metros do mar
<b>Sítios relacionados</b>	Próximo a 500 metros do sítio sambaqui SC-ARA-031 e 1200 metros do sítio SC-ARA-050.
<b>Endereço</b>	Balneário Morro dos Conventos, Araranguá - SC
<b>Comprimento</b>	150m
<b>Largura</b>	100m
<b>Área</b>	1.5000m <sup>2</sup>
<b>Compartimento topográfico</b>	Planície de inundação
<b>Altitude</b>	0m
<b>Água mais próxima</b>	Rio Araranguá
<b>Distância</b>	122m
<b>Bacia</b>	Rio Araranguá
<b>Vegetação atual</b>	Campo antrópico
<b>Uso atual da área do sítio</b>	Via pública
<b>Propriedade da terra</b>	Área privada
<b>Categoria</b>	Unicomponencial - Pré-colonial
<b>Exposição</b>	Céu aberto
<b>Contexto de deposição</b>	Em profundidade e exposto em superfície
<b>Tipo</b>	Sambaqui
<b>Forma</b>	Elipsoidal
<b>Tipo de solo</b>	Arenoso
<b>Grau de integridade</b>	Entre 25 a 75%
<b>Fatores de destruição</b>	Fatores naturais como erosão eólica e fluvial e fatores antrópicos como vandalismo (prática de esportes, pisoteio e retirada de material)
<b>Medidas para preservação</b>	A instalação de cercas ou placas nos sítios arqueológicos em áreas de dunas ou propriedades privadas é inviável devido à fragilidade ecológica e restrições de acesso. Como alternativa, painéis informativos em pontos turísticos, como o Farol Morro dos Conventos e os decks da praia, permitiriam aos visitantes localizar e observar os sítios. Isso promoveria a conscientização sobre o valor histórico dos sambaquis e incentivaria a preservação do patrimônio cultural.
<b>Relevância do sítio</b>	Alta

Fonte: Adaptado de Campos (2010; 2015) e CNSA/IPHAN (2024).

A preservação do sítio arqueológico SC-ARA-048, localizado no Balneário Morro dos Conventos em Araranguá, SC, é essencial devido à sua relevância histórica e cultural. Situado em uma região de grande atratividade turística, próximo ao Rio Araranguá e ao mar, ele sofre com fatores naturais, como a erosão, e com a intervenção humana. Por estar em uma área

privada e exposta ao público, práticas como vandalismo e atividades esportivas ameaçam sua integridade, que já está comprometida em 25 a 75%.

Figura 7 - Sítio arqueológico SC-ARA-048



Fonte: Fonte: A autora (2024). Captada por Campos (2024).

Aponta-se, que uma proposta eficaz para sua preservação seria a instalação de painéis informativos no Farol Morro dos Conventos, um ponto turístico próximo, que possibilitem aos visitantes observarem o sítio por meio da luneta do farol. Além de promover a proteção física do local, essa medida educativa incentivaria a valorização e conscientização sobre o patrimônio arqueológico entre turistas e moradores. Os materiais informativos não só destacariam a localização e importância do sítio, mas também ajudariam a combater práticas prejudiciais ao sensibilizar o público quanto à sua fragilidade. A integração da visita ao Farol com o conhecimento do sítio SC-ARA-048 fortaleceria o vínculo entre turismo e preservação do patrimônio, garantindo que as gerações futuras possam conhecer e apreciar a rica herança cultural da região.

## 4.1.4 Sítio SC-ARA-047

O sítio arqueológico SC-ARA-047 é composto por cinco montes de conchas separados, de tamanhos variados, que apresentam sinais de alteração e contêm vestígios cerâmicos associados à tradição guarani, além de materiais líticos e conchas. Situado a apenas 80 metros do Rio Araranguá e próximo a outros sítios arqueológicos da região, como SC-ARA-031 e SC-ARA-048, o sítio SC-ARA-047 ocupa uma área de 8.000 m<sup>2</sup> em uma planície de inundação.

Quadro 7 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-047

<b>Nome do sítio</b>	SC-ARA-047
<b>Número do sítio no CNSA</b>	SC 01712
<b>Município</b>	Araranguá – SC
<b>Localidade</b>	Balneário Morro dos Conventos, Araranguá - SC
<b>Coordenadas UTM</b>	22J 661554E/6799175N
<b>Descrição sumária</b>	O sítio é composto por 5 montes de conchas separados, de tamanhos distintos e bastante alterados, contendo a presença de cerâmica associada a tradição guarani, lítico e conchas.
<b>Sítios relacionados</b>	Próximo a 800 metros do sítio sambaqui SC-ARA-031 e 1.200 metros do sítio SC-ARA-048.
<b>Endereço</b>	Balneário Morro dos Conventos, Araranguá - SC
<b>Comprimento</b>	100m
<b>Largura</b>	80m
<b>Área</b>	8.000m <sup>2</sup>
<b>Compartimento topográfico</b>	Planície de inundação
<b>Altitude</b>	0m
<b>Água mais próxima</b>	Rio Araranguá
<b>Distância</b>	80m
<b>Bacia</b>	Rio Araranguá
<b>Vegetação atual</b>	Campo antrópico
<b>Uso atual da área do sítio</b>	Via pública
<b>Propriedade da terra</b>	Área privada
<b>Categoria</b>	Unicomponencial - Pré-colonial
<b>Exposição</b>	Céu aberto
<b>Contexto de deposição</b>	Em profundidade e exposto em superfície
<b>Tipo</b>	Sambaqui
<b>Forma</b>	Elipsoidal
<b>Tipo de solo</b>	Arenoso
<b>Grau de integridade</b>	Entre 25 e 75%
<b>Fatores de destruição</b>	Fatores naturais como erosão eólica e fluvial e fatores antrópicos como vandalismo (prática de esportes, pisoteio e retirada de material).
<b>Medidas para preservação</b>	Uma alternativa eficiente para preservar e promover a conscientização sobre os sítios arqueológicos é a colocação de painéis informativos em locais turísticos, como o Farol Morro dos Conventos e os decks da praia, possibilitando aos visitantes identificar e visualizar os sítios através de lunetas ou de pontos de observação estratégicos.
<b>Relevância do sítio</b>	Alta

Fonte: Adaptado de Campos (2010; 2015) e CNSA/IPHAN (2024).

O sítio está exposto a diversos fatores de degradação, tanto naturais, como erosão eólica e fluvial, quanto humanos, incluindo vandalismo e pisoteio. A implementação de um

cercamento não é viável devido à sua localização e extensão. Na Figura 8, abaixo, podemos observar o estado atual do sítio, que é parte de um complexo arqueológico de cinco sambaquis próximos.

Figura 8 - Sítio arqueológico SC-ARA-047



Fonte: Fonte: A autora (2024). Captada por Campos (2024).

Percebe-se, pela descrição e análise da condição e localização do sítio, que painéis educativos instalados em pontos turísticos poderiam divulgar a existência do sítio, destacando sua relação com a ocupação da área e incentivando a preservação por meio da conscientização sobre seu valor histórico e cultural. Além disso, percebe-se que a implementação de cercas ou placas iria expor ainda o patrimônio a depredação, bem como impactar a fauna e flora costeira.

#### 4.1.5 Sítio SC-ARA-031

O sítio arqueológico SC-ARA-031, é definido por um pequeno concheiro, uma diminuta concentração de conchas em meio ao campo de dunas entre a praia e a falésia do Morro dos Conventos. A concentração de conchas, conforme identificada em campo mede poucos metros

de raio, onde podem ser identificados fragmentos de fauna malacológica, material lítico (placas de arenito) possivelmente rochas quebradas pelo fogo e também vestígios de cerâmica Guarani. O sítio SC-ARA-031 encontra-se a 360 metros do Rio Araranguá e 230 metros próximo da praia, o que evidencia a interação das populações antigas com o ambiente costeiro e fluvial. Essa proximidade aos corpos d'água foi essencial para a subsistência e organização social dos grupos que habitaram a área.

Quadro 8 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-031

<b>Nome do sítio</b>	SC-ARA-031
<b>Número do Sítio no CNSA</b>	SC 01708
<b>Município</b>	Araranguá – SC
<b>Localidade</b>	Balneário Morro dos Conventos, Araranguá – SC
<b>Descrição sumária</b>	O sítio é composto por um pequeno monte de conchas em meio ao campo de dunas. Em sua superfície aparece denso material malacológico, e fragmentos cerâmicos Guarani.
<b>Coordenadas UTM</b>	660900E/6798650N
<b>Endereço</b>	Balneário Morro dos Conventos, Araranguá – SC
<b>Comprimento</b>	5m
<b>Largura</b>	5m
<b>Área</b>	25m <sup>2</sup>
<b>Compartimento topográfico</b>	Campo de dunas móveis
<b>Altitude</b>	0m
<b>Água mais próxima</b>	Rio Araranguá
<b>Distância</b>	360m
<b>Bacia</b>	Rio Araranguá
<b>Vegetação atual</b>	Campo antrópico
<b>Uso atual da área do sítio</b>	Área devoluta – Área de acréscimo de marinha
<b>Propriedade da terra</b>	Área privada
<b>Categoria</b>	Unicomponencial - Pré-colonial
<b>Exposição</b>	Céu aberto
<b>Contexto de deposição</b>	Em profundidade e exposto em superfície
<b>Tipo</b>	Sambaqui - concheiro
<b>Forma</b>	Elipsoidal
<b>Tipo de solo</b>	Arenoso
<b>Grau de integridade</b>	Entre 25 a 75%
<b>Fatores de destruição</b>	Fatores naturais como erosão eólica e fluvial e fatores antrópicos como vandalismo (prática de esportes, pisoteio e retirada de material).
<b>Medidas para preservação</b>	Uma medida eficiente para a preservação e conscientização do sítio arqueológico seria a instalação de painel informativo e materiais educativos em áreas turísticas, como o Farol Morro dos Conventos e os decks da praia. Esses painéis poderiam indicar a localização dos sítios, permitindo que os visitantes os visualizem através de lunetas no Farol ou de pontos estratégicos na praia.
<b>Relevância do sítio</b>	Alta

Fonte: Adaptado de Campos (2010; 2015) e CNSA/IPHAN (2024).

Na Figura 9, a seguir, observa-se o sítio arqueológico SC-ARA-031 com sua estrutura em um único monte de conchas e vestígios de material lítico e cerâmico, visíveis na superfície. A disposição dos montes reforça a importância do sítio como ponto de ocupação e descarte de materiais ao longo do tempo, enquanto a presença de fragmentos cerâmicos evidencia o contato com a tradição Guarani e a diversidade cultural da área.

Figura 9 - Superfície do sítio sambaqui SC-ARA-031



Fonte: Fonte: A autora (2024). Captada por Campos (2024).

Apesar de pequeno e de não passar de uma discreta aglomeração de material arqueológico em meio ao campo de dunas, o sítio SC-ARA-031 apresenta potencial educacional, no que tange ao estudo das interações entre populações guarani e sítios concheiros e correlatos.

#### 4.1.6 Sítio SC-ARA-014

O sítio arqueológico SC-ARA-014, conhecido como “Morro Agudo”, localizado a cerca de 5 metros acima do nível do mar, ele se destaca pela altura de aproximadamente 10 metros e por ocupar uma área de 40 x 40 metros, totalizando 1.600 metros quadrados. O SC-ARA-014 está assentado sobre o Sistema Laguna-Barreira Holocênica, em solo arenoso de Neossolo Quartzoso. Parte do sítio é utilizado para cultivo e outra parte para habitações.

Quadro 9 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-014

<b>Nome do sítio</b>	SC-ARA-014 ou Morro Agudo
<b>Número do sítio no CNSA</b>	SC01710
<b>Município</b>	Araranguá – SC
<b>Localidade</b>	Balneário Morro dos Conventos, Araranguá – SC
<b>Descrição sumária</b>	Encontra-se em bom estado de conservação, sendo que parte do sítio é utilizada para plantação e parte por construção.
<b>Coordenadas UTM</b>	22J 660316E/6799534N
<b>Endereço</b>	Estrada Geral Morro Agudo – Ilhas
<b>Comprimento</b>	40m
<b>Largura</b>	40m
<b>Área</b>	1.600m <sup>2</sup>
<b>Compartimento topográfico</b>	Planície de inundação
<b>Altitude</b>	10m
<b>Água mais próxima</b>	Rio Araranguá
<b>Distância</b>	1.000m
<b>Bacia</b>	Rio Araranguá
<b>Vegetação atual</b>	Campo antrópico
<b>Uso atual da área do sítio</b>	Atividade urbana, pasto, plantio
<b>Propriedade da terra</b>	Área privada
<b>Categoria</b>	Unicomponencial - Pré-colonial
<b>Exposição</b>	Céu aberto
<b>Contexto de deposição</b>	Em profundidade e exposto em superfície
<b>Tipo</b>	Sambaqui
<b>Forma</b>	Elipsoidal
<b>Tipo de solo</b>	Arenoso
<b>Grau de integridade</b>	Entre 25 a 75%
<b>Fatores de destruição</b>	Fatores antrópicos: no passado o sítio já foi explorado como jazida de cal, atualmente fatores como urbanização (loteamento e construção de moradias). Fatores naturais como erosão eólica e fluvial.
<b>Medidas para preservação</b>	Uma medida eficiente para a preservação e conscientização dos sítios arqueológicos seria a instalação de painéis informativos e materiais educativos em áreas turísticas, como o Farol Morro dos Conventos e os decks da praia. Esses painéis poderiam indicar a localização dos sítios, permitindo que os visitantes os visualizem através de lunetas no Farol ou de pontos estratégicos na praia.
<b>Relevância do sítio</b>	Alta

Fonte: Adaptado de Campos (2010; 2015) e CNSA/IPHAN (2024).

A Figura 10, a seguir, exibe uma vista do SC-ARA-014, evidenciando a sua elevação, estrutura elipsoidal e o contexto de ocupação mista do terreno. A figura facilita a compreensão espacial do sítio, ressaltando o uso atual da área como pastagem e pela instalação de galpões de apoio a essa atividade

Figura 10 - Sítio arqueológico SC-ARA-014



Fonte: Fonte: A autora (2024). Captada por Campos (2024).

#### 4.1.7 Sítio SC-ARA-013

O sítio arqueológico SC-ARA-013, também chamado de “Ilhas 2”, é um sambaqui com aproximadamente 5 metros acima do nível do mar. Com 50 metros de comprimento, 20 metros de largura e altura de 2 metros, este sítio arqueológico possui características semelhantes ao SC-ARA-012, do qual está localizado a cerca de 200 metros de distância. Encontrando-se sobre depósitos flúviolagunares e em solo arenoso de neossolos, o SC-ARA-013 representa um testemunho das práticas culturais e de ocupação das antigas populações costeiras. Ele também foi explorado, no passado, para a extração de matéria-prima destinada à produção de cal, uma prática que gerou impactos antrópicos na área ao longo dos anos.

Quadro 10 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-013

<b>Nome do sítio</b>	SC-ARA-013 ou Ilhas 2
<b>Número do sítio no CNSA</b>	-
<b>Município</b>	Araranguá – SC
<b>Localidade</b>	Balneário de Ilhas
<b>Descrição sumária</b>	Está localizado aproximadamente a 5 metros acima do nível do mar e possui características semelhantes ao sítio Sambaqui SC-ARA-012, do qual dista cerca de 200 metros.
<b>Sítios relacionados</b>	Próximo ao sítio Sambaqui SC-ARA-012
<b>Coordenadas UTM</b>	22J 663187E/6802388N
<b>Endereço</b>	Estrada Geral Morro Agudo – Ilhas
<b>Comprimento</b>	50m
<b>Largura</b>	20m
<b>Área</b>	100m <sup>2</sup>
<b>Compartimento topográfico</b>	Planície de inundação
<b>Altitude</b>	5 m
<b>Água mais próxima</b>	Rio Araranguá
<b>Distância</b>	1.000m
<b>Bacia</b>	Rio Araranguá
<b>Vegetação atual</b>	Campo antrópico
<b>Uso atual da área do sítio</b>	Pastagem
<b>Propriedade da terra</b>	Área privada
<b>Categoria</b>	Unicomponencial - Pré-colonial
<b>Exposição</b>	Céu aberto
<b>Contexto de deposição</b>	Em profundidade e exposto em superfície
<b>Tipo</b>	Sambaqui
<b>Forma</b>	Elipsoidal
<b>Tipo de solo</b>	Arenoso
<b>Grau de integridade</b>	Entre 25 e 75%
<b>Fatores de destruição</b>	Fatores antrópicos: no passado o sítio já foi explorado como jazida de cal, atualmente fatores como urbanização (loteamento e construção de moradias). Fatores naturais como erosão eólica e fluvial.
<b>Medidas para preservação</b>	Uma medida eficiente para a preservação e conscientização dos sítios arqueológicos seria a instalação de painéis informativos e materiais educativos em áreas turísticas, como o Farol Morro dos Conventos e os decks da praia. Esses painéis poderiam indicar a localização dos sítios, permitindo que os visitantes os visualizem através de lunetas no Farol ou de pontos estratégicos na praia.
<b>Relevância do sítio</b>	Alta

Fonte: Adaptado de Campos (2010; 2015) e CNSA/IPHAN (2024).

Na figura a seguir, é possível observar o sítio SC-ARA-013 a cobertura vegetal, além de contextualizar sua relação com as formações naturais e o entorno, é notório as marcas de passagem e formação de estrada sob o sítio arqueológico. Fator que pode resultar e perda do seu material conchífero e degradação.

Figura 11 - Sítio arqueológico SC-ARA-013



Fonte: Fonte: A autora (2024). Captada por Campos (2024).

Após a análise da Figura 11, reforça-se a importância de medidas de preservação e sensibilização para evitar a degradação deste patrimônio arqueológico. A instalação de painéis informativos em áreas turísticas próximas, como o Farol Morro dos Conventos e os decks da praia, poderia conscientizar a população local e visitantes sobre o valor histórico e cultural do SC-ARA-013, além de ajudar a mitigar impactos causados pela urbanização e erosão natural.

#### 4.1.8 Sítio SC-ARA-012

O sítio arqueológico SC-ARA-012, conhecido como “Ilhas 1”, é classificado como um sambaqui, o sítio está aproximadamente 5 metros acima do nível do mar e possui dimensões de 25 x 15 metros, com uma altura de 1,5 metros, caracterizando-se como de pequeno porte. O sítio está assentado sobre depósitos flúviolagunares (QHfl) e apresenta solo arenoso, típico dos neossolos da região.

Quadro 11 - Descrição do sítio arqueológico sambaqui SC-ARA-012

<b>Nome do sítio</b>	SC-ARA-012 ou Ilhas 1
<b>Número do sítio no CNSA</b>	-
<b>Município</b>	Araranguá – SC
<b>Localidade</b>	Balneário de Ilhas
<b>Descrição sumária</b>	Situado aproximadamente a 5 metros acima do nível do mar, com dimensões de 25 x 15 metros e altura de 1,5 metros, caracterizando-se como um sambaqui de pequeno porte.
<b>Sítios relacionados</b>	Próximo ao sítio Sambaqui SC-ARA-012
<b>Coordenadas UTM</b>	22J 663198E/6802183N
<b>Endereço</b>	Estrada Geral Morro Agudo – Ilhas
<b>Comprimento</b>	25m
<b>Largura</b>	15m
<b>Área</b>	375m <sup>2</sup>
<b>Compartimento topográfico</b>	Planície de inundação
<b>Altitude</b>	5 m
<b>Água mais próxima</b>	Rio Araranguá
<b>Distância</b>	1.000m
<b>Bacia</b>	Rio Araranguá
<b>Vegetação atual</b>	Campo antrópico
<b>Uso atual da área do sítio</b>	Pastagem
<b>Propriedade da terra</b>	Área privada
<b>Categoria</b>	Unicomponencial - Pré-colonial
<b>Exposição</b>	Céu aberto
<b>Contexto de deposição</b>	Em profundidade e exposto em superfície
<b>Tipo</b>	Sambaqui
<b>Forma</b>	Elipsoidal
<b>Tipo de solo</b>	Arenoso
<b>Grau de integridade</b>	Entre 25 a 75%
<b>Fatores de destruição</b>	Fatores antrópicos: no passado o sítio já foi explorado como jazida de cal, atualmente fatores como urbanização (loteamento e construção de moradias). Fatores naturais como erosão eólica e fluvial.
<b>Medidas para preservação</b>	Uma medida eficiente para a preservação e conscientização dos sítios arqueológicos seria a instalação de painéis informativos e materiais educativos em áreas turísticas, como o Farol Morro dos Conventos e os decks da praia. Esses painéis poderiam indicar a localização dos sítios, permitindo que os visitantes os visualizem através de lunetas no Farol ou de pontos estratégicos na praia.
<b>Relevância do sítio</b>	Alta

Fonte: Adaptado de Campos (2010; 2015) e CNSA/IPHAN (2024).

A Figura 12, a seguir, exhibe uma visão do sítio SC-ARA-012, destacando sua estrutura e características elipsoidais, típicas dos sambaquis da região. A visualização é especialmente relevante para entender a configuração espacial e os contextos de deposição desses sítios arqueológicos.

Figura 12 - Sítio arqueológico SC-ARA-012



Fonte: Fonte: A autora (2024). Captada por Campos (2024).

Observa-se que os sambaquis localizados no bairro das Ilhas foram mais expostos à destruição pela mineração de conchas calcárias e pela atividade de reflorestamento e, atualmente, são vítimas do pisoteio e da expansão urbana, especialmente em comparação aos sambaquis do Morro dos Conventos, que se encontram no melhor estado de conservação. Essa diferença ressalta a importância de minimizar o impacto humano para garantir a preservação desses patrimônios. A conscientização sobre a preservação do patrimônio histórico é fundamental para promover o reconhecimento da existência e do valor histórico dos sambaquis.

Assim, os sambaquis da região do Morro dos Conventos, em Araranguá, estão localizados estrategicamente em áreas de dunas, de restingas e zonas alagadas, o que ampliava a disponibilidade de recursos e justificava a escolha desses locais, em um ambiente rico em fauna, flora e recursos hídricos – incluindo o rio Araranguá e o mar – esses sítios apresentam dimensões classificadas como sítios de pequeno porte, o que segundo Campos (2023) é característico dos sítios da região do extremo sul de Santa Catarina em que destaca os sambaquis tardios do tipo raso. Outro fator relevante é a presença de cerâmica associada a algumas dessas ocupações, como o sítio SC-ARA-047, que sugere interações culturais com grupos ceramistas

locais, como os Guarani, no final do período de ocupação. Ou uma reutilização desses espaços pelos povos guaranis.

Consequentemente, o maior desafio atual para a conservação dos sítios degradados, contudo, parece estar associado à especulação imobiliária e ao desenvolvimento urbano crescente nas áreas balneárias. A expansão de loteamentos e o turismo em ascensão representam sérios riscos, seja pela pressão pela ocupação desses terrenos ou por ações irresponsáveis, como vandalismo ou orientações sem planejamento adequado. Esses fatores não só degradam o patrimônio cultural, mas também indicam a urgência de iniciativas educacionais que aumentem a conscientização da população e dos visitantes sobre a importância desses sítios históricos.

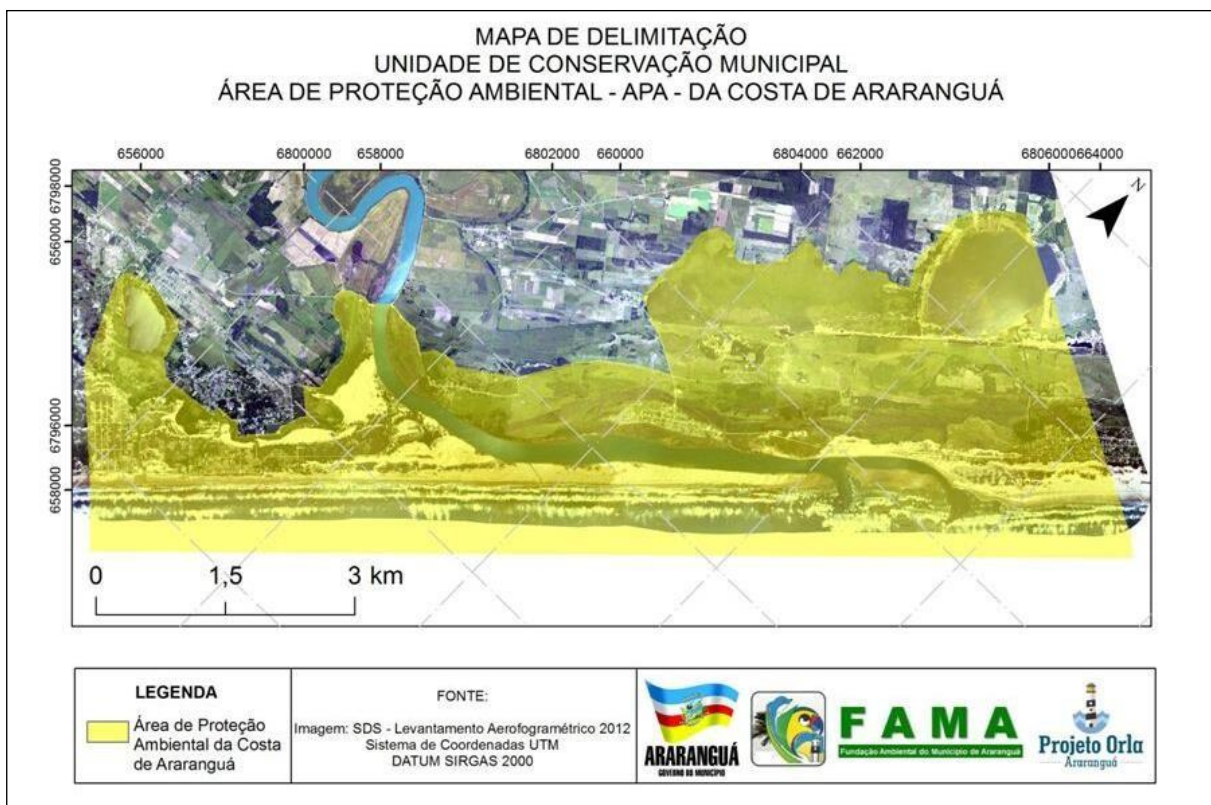
Além disso, as políticas públicas de preservação e fiscalização devem ser reforçadas para garantir a sustentabilidade do patrimônio e evitar que o crescimento econômico comprometa a integridade dos sambaquis. Assim, é essencial um equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a conservação dos sítios, para que estes possam continuar como marcos da história, da paisagem e da cultura local. A instalação de cercas ou placas de identificação nos sítios arqueológicos localizados em áreas de dunas ou propriedades particulares é inviável, tanto pela fragilidade ecológica dessas zonas quanto pela restrição de acesso imposta pela titularidade privada. As dunas, sendo ecossistemas delicados, podem ser prejudicadas pela introdução de estruturas físicas que, além de afetar a biodiversidade, alteram a dinâmica natural do local. Como aponta Zamparetti (2023), as cercas criam uma barreira entre o sítio e a comunidade, ampliando o distanciamento da população em relação ao patrimônio cultural.

Portanto, uma medida alternativa e eficiente para a preservação e sensibilização sobre o valor dos sítios arqueológicos seria a implementação de painéis informativos e materiais educativos em áreas de visitação turística, como o Farol Morro dos Conventos e os decks da praia. Esses painéis poderiam fornecer a localização dos sítios arqueológicos, permitindo que os visitantes os visualizem por meio de equipamentos como lunetas instaladas no Farol, ou a partir de pontos estratégicos na praia. Tal ação promoveria a disseminação de informações sobre o patrimônio cultural, elucidando o valor histórico dos sambaquis, os vestígios encontrados e a importância desses sítios para a compreensão das sociedades pré-coloniais que habitaram o litoral brasileiro. Dessa forma, a medida não só ajudaria a educar moradores e turistas sobre a relevância dos sambaquis como registros históricos de populações antigas, mas também incentivaria a preservação ativa, consolidando a relação entre patrimônio cultural e o turismo.

## 4.2 Morro dos Conventos: espaço de socialização

O bairro Morro dos Conventos está inserido na Área de Proteção Ambiental (APA) da Costa de Araranguá, conforme instituído pelo Decreto nº 7.828 (Brasil, 2016), devido ao seu significativo potencial geológico, de biodiversidade de fauna e flora e potencial arqueológico. Um dos pontos turísticos e de grande relevância científica, é o denominado Geomonumento Morro dos Conventos, este sítio é caracterizado por um morro em forma de falésia, com uma elevação de aproximadamente 60 metros, o morro é formado por rochas sedimentares da Formação Rio do Rastro, conforme Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM, 2024).

Figura 13 - Área de abrangência da Unidade de Conservação Municipal APA Costa de Araranguá



Fonte: FAMA Araranguá (2024).

Na Figura 13 pode-se observar a área de abrangência da APA que vai agregar tanto o bairro Morro dos Conventos, como o bairro Balneário de Ilhas. O Geomonumento Morro dos Conventos compõe a paisagem em que estão inseridos os sítios arqueológicos, juntamente com dunas, matas de restinga e furnas que são visitadas através de trilhas que atravessam a mata.

Um dos pontos importantes dos sítios estarem dentro da área de APA, que está sob proteção segundo o Decreto-Lei nº 7.828 (Araranguá, 2016), dentre as medidas destaca-se:

Ficam proibidas dentro dos limites da APA da Costa de Araranguá as seguintes atividades:

I - Supressão de fragmentos de vegetação nativa primária e secundária, em estágio médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica;

II - Degradação ou intervenção na vegetação de restinga; (Revogado pelo Decreto nº 8527/2018)

III - Movimentação ou remoção de dunas com ou sem cobertura vegetal, exceto para fins de utilidade pública e interesse social;

IV - Caça e captura de animais silvestres, exceto pescado;

V - Atividade de mineração; VI - Atividades industriais potencialmente poluidoras que impliquem em danos ao meio ambiente e afetem os recursos hídricos;

VII - Circulação de veículos automotores sobre as dunas e vegetação de restinga; VIII

- Ações de degradação do patrimônio geológico e arqueológico;

IX - Atividades que geram poluição sonora e perturbação da fauna (Araranguá, 2016)

Além dos objetivos da APA, que sustentam medidas de preservação, como:

- Disciplinar o processo de uso e ocupação do solo;

- Buscar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais;

- Assegurar a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas; IV - Garantir a conservação da paisagem costeira;

- Conservar e recuperar ecossistemas de Mata Atlântica;

- Promover o turismo sustentável e o lazer em espaços naturais; VII - Incentivar a pesquisa científica e a educação ambiental;

VIII - Proteger a fauna e a flora nativa (Araranguá, 2016)

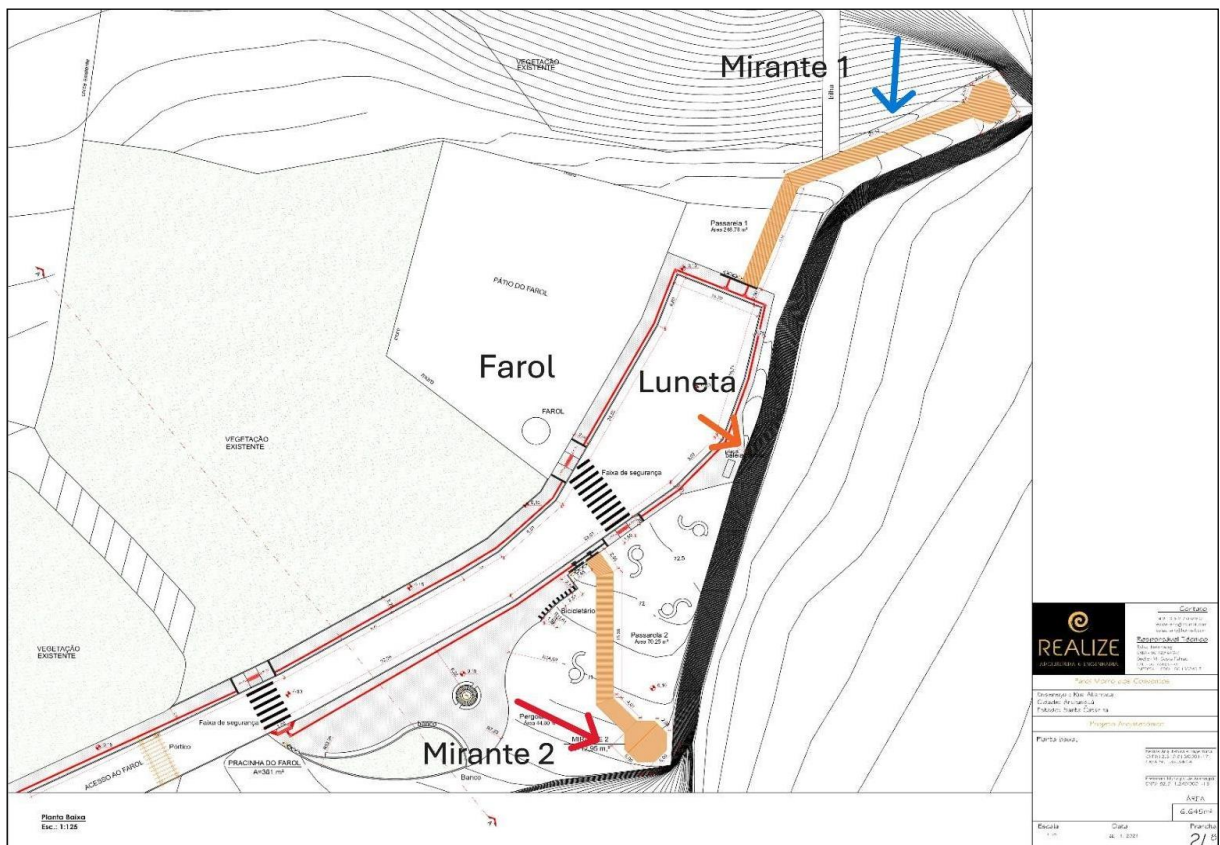
Todavia, para desenvolver estratégias sustentáveis em torno dos sítios arqueológicos, é essencial integrar a paisagem ao processo de preservação, envolvendo a comunidade na compreensão do patrimônio. O patrimônio não pode ser tratado de forma isolada, pois está diretamente ligado ao ambiente em que se insere. Nesse sentido, as palavras de Ab'Saber (1977) são esclarecedoras ao afirmar que “a paisagem é sempre uma herança”, sendo o resultado de processos naturais e biológicos, além de constituir um patrimônio coletivo das comunidades que a herdaram. Portanto, a preservação de sítios como o Morro dos Conventos deve ser encarada como um esforço compartilhado entre educadores, sociedade, órgãos competentes por meio de políticas públicas e ações que promovam o desenvolvimento de estratégias para garantir sua integridade.

Aliás, em Morro dos Conventos, em seu topo, destaca-se o farol de navegação construído em 1953. Durante os meses de julho a novembro, o local se torna um ponto estratégico para a observação das baleias francas, que migraram para a costa sul brasileira para se reproduzirem. O Farol é um dos grandes pontos turísticos, ao longo dos anos foram

construídas infraestruturas para acomodação, conforto e para atrair mais pessoas para visitar o local.

Outro destaque, é o espaço entorno do Farol, que oferece várias possibilidades para criação de um percurso expográfico sobre os sítios arqueológicos, além disso já há infraestrutura que nos possibilita visualizar a paisagem, por conseguinte, poderia ser adaptada para observar o complexo de sítios arqueológicos. Como podemos observar na Figura 5, o espaço do Farol em Morro dos Conventos tem dois decks utilizados como mirante e entre eles há uma luneta com alcance de 20 a 40x.

Figura 14 - Planta baixa do Farol Morro dos Conventos



Fonte: Adaptado de Araranguá (2024).

Nota-se que a partir do mirante 1 conseguimos observar (conforme Figura 15) a direita o extenso cordão de dunas e mata de restinga, o sítio sambaqui SC-ARA-049 e o abrigo Sob-Rocha Morro dos Conventos, além dos caminhos de trilhas, falésias e a praia. A frente do mirante 1 (exposto na Figura 17), temos uma visão que nos possibilita compreender a localização das paleo lagoas, hoje áreas alagadas em meio as dunas, e dos sítios SC-ARA-031, SC-ARA-047 e SC-ARA-048, além do Rio Araranguá, praia, dunas, mata de restinga e o balneário de Ilhas. Por fim, conforme Figura 18, podemos observar a esquerda uma vasta área

de dunas, a extensão do rio Araranguá, os morros que compõe esse complexo e a biodiversidade da área.

Figura 15 - Vista do Mirante 1 do Farol Morro dos conventos à direita



Fonte: Registrado pela autora (2024).

Figura 16 - Vista do Mirante 1 do Farol Morro dos Conventos à esquerda



Fonte: Registrado pela autora (2024).

Já no mirante 2, é possível ter uma visão panorâmica da faixa costeira e seu encontro com as dunas e os paredões rochosos e o rio, além dos sítios arqueológicos SC-ARA-049 que fica à direita do mirante (exposto na Figura 16) e à esquerda (Figura 17) se visualiza os sítios sambaquis SC-ARA-047, SC-ARA-048 E SC-ARA-031.

Figura 17 - Vista do Mirante 2 do Farol Morro dos Conventos à direita



Fonte: Registrado pela autora (2024).

Figura 18 - Vista do Mirante 2 do Farol Morro dos Conventos à esquerda



Fonte: Registrado pela autora (2024).

Aponta-se, ainda, que o Farol Morro dos Conventos oferece um cenário ideal para a criação de painéis informativos, que poderiam atuar como verdadeiros pontos de difusão do conhecimento sobre os sítios arqueológicos e geológicos da região. Inspirados pela visão de Gohn (2006), que destaca como os espaços educativos transcendem o ambiente escolar, esses painéis seriam ferramentas estratégicas para fomentar interações intencionais entre os visitantes e o ambiente.

Nesse sentido, a ideia é transformar o local em um ponto de conscientização, onde os visitantes possam, de forma acessível e didática, aprender sobre o valor cultural, histórico e natural da área. Ao utilizar recursos tecnológicos, como códigos de QR Code, os painéis não apenas exibiriam informações estáticas, mas também permitiriam que os visitantes acessassem mapas interativos, como o Google Maps, para localizar com precisão os sítios na paisagem, até mesmo com os códigos de QR Code podemos disponibilizar vídeos e materiais explicativos sobre a arqueologia regional, ampliando a experiência educacional.

Figura 19 - Espaço para socialização no Farol Morro dos Conventos, com áreas de acessos e bancos



Fonte: Registrado pela autora (2024).

Figura 20 - Espaço para socialização no Farol Morro dos Conventos, com bancos e mesas



Fonte: Registrado pela autora (2024).

Detalhe importante, é alertar que além de informar, os painéis, o espaço externo do Farol e o uso da paisagem como fonte de conhecimento podem contribuir para o fortalecimento da relação entre a comunidade e o patrimônio local, incentivando a preservação ativa e o sentimento de pertencimento ao território. Ao trazer a história e a geologia dos sítios para o cotidiano dos visitantes, a proposta visa transformar o Farol Morro dos Conventos em um centro de referência não só para o turismo, mas também para a educação ambiental e patrimonial, alinhando a experiência in loco com as facilidades das ferramentas digitais. Desta forma, a

paisagem e a tecnologia se unem para enriquecer o entendimento do patrimônio cultural e natural da região.

### **4.3 Abordagens pedagógicas e os patrimônios**

Prática que visa a melhoria e aperfeiçoamento dos profissionais da educação é a formação continuada de professores, uma prática fundamental para garantir o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos que vão ao encontro das necessidades pedagógicas e sociais de cada comunidade escolar, e principalmente para acompanhar os desafios e mudanças que surgem a cada ano. Este processo educativo contínuo permite que os educadores se atualizem em relação às práticas educacionais e às dinâmicas sociais que cercam os estudantes. No contexto dos componentes curriculares flexíveis, como os que tratam de temas como cultura, cidade e patrimônio local, essa formação se torna ainda mais importante, pois capacita os professores a articularem ao conteúdo formal com a vivência e a realidade dos estudantes, promovendo uma educação contextualizada e significativo.

Logo, a valorização do patrimônio local e o estudo da cultura regional, por exemplo, podem enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, pois permite que os alunos compreendam melhor seu entorno e criem uma relação de pertencimento com a comunidade onde vivem. Além disso, ao abordar temas de cultura e cidade, os professores podem estimular reflexões sobre identidade e cidadania, ajudando os alunos a desenvolverem uma consciência crítica em relação ao espaço urbano, histórico e cultural que os rodeia. Esses elementos, segundo Tardif (2014), são essenciais para a construção de uma educação que se preocupa em formar não apenas bons alunos, mas cidadãos conscientes e participativos.

Outro ponto importante é que a formação continuada permite que os professores troquem experiências, compartilhem práticas bem-sucedidas e adquiram novos conhecimentos, o que enriquece o trabalho pedagógico e melhora a qualidade do ensino. Ao tratar dos temas de cultura e patrimônio, essa troca de experiências pode ser particularmente benéfica, pois cada região possui características e patrimônios próprios, de modo que os educadores podem adaptar as abordagens para refletir a diversidade cultural de seus contextos locais e trabalhá-las de forma inter ou transdisciplinar. A partir das formações continuadas e principalmente dos espaços para planejamento integrado, conseguimos desenvolver metodologias integradas. Tolentino e Braga (2017, p. 9) afirmam que

A Educação patrimonial apresenta-se necessariamente inter e transdisciplinar. Se para criar esferas de sentido as experiências educativas devem fazer parte da concretude da vida das pessoas, a educação patrimonial também deve ser concebida como presente nas diferentes áreas do conhecimento. Por meio dela, é possível criar pontes entre as linhas tênues ou até mesmo perdidas que as separam. Concebido como tema transversal, o patrimônio cultural potencializa, no processo educativo, o uso dos espaços públicos e do território como espaços educativos, sempre atrelados à experiência cotidiana e aos referenciais identitários e culturais das pessoas.

Nesse viés, a EP, ao se apresentar como uma prática inter e transdisciplinar, amplia as possibilidades de compreensão e preservação do patrimônio cultural, integrando diversas áreas do conhecimento e contextos sociais. Essa abordagem considera o patrimônio não apenas como um conjunto de objetos e sítios a serem preservados, mas como uma dimensão viva da cultura que deve ser continuamente reinterpretada através das experiências cotidianas das pessoas.

Segundo Souza, Ferreira e Poloni (2017), a memória, assim como o patrimônio, é algo dinâmico e não pode ser confinada em limites rígidos e isolados. A preservação dos sítios arqueológicos, por exemplo, não deve se restringir à proteção física dos locais, mas deve também incentivar práticas educativas que integrem esses espaços à vida cotidiana, permitindo que a população crie vínculos afetivos e culturais com eles. Ao incorporar o patrimônio cultural como tema transversal na educação, torna-se possível transformar espaços públicos e territórios em ambientes de aprendizagem, onde o sentido de identidade e pertencimento é construído a partir das experiências e referências culturais locais, fortalecendo, assim, o papel dos indivíduos como agentes na preservação e reinterpretação do patrimônio.

Destarte, para promover a integração entre o patrimônio e a comunidade no contexto do Novo Ensino Médio, algumas atividades propostas podem enriquecer o aprendizado e fortalecer a valorização cultural entre os estudantes. A primeira sugestão é a criação de maquetes dos sítios arqueológicos, representando tanto o presente quanto o período de ocupação sambaquieira da região. A atividade pode ser feita com material reciclado e orientada pelo jogo “Sambaquis: Uma História Antes do Brasil”, que oferece um olhar sobre a paleo-região, estimulando o entendimento histórico e ambiental dos alunos. Outra proposta é o desenvolvimento de um podcast sobre patrimônio, onde os alunos possam organizar ciclos de debates ou rodas de conversa sobre identidade cultural, sobre os patrimônios que são destacados e lembrados pelos entrevistados, sempre pontuando a importância de preservar os patrimônios e refletir sobre a história local e nacional.

Além disso, um projeto de documentário em vídeo ou podcast, abordando o patrimônio histórico, pode ser realizado para discutir a formação da identidade cultural e a urgência da preservação histórica. Para aprofundar o contato direto com o patrimônio, uma pesquisa de

campo nos patrimônios da cidade, incluindo entrevistas com arqueólogos e historiadores, incentivando os alunos a explorarem a relação entre a ocupação territorial, a pesquisa e a cultura. Essas atividades transdisciplinares conectam o patrimônio às disciplinas eletivas do ensino médio, fortalecendo o pertencimento dos alunos e incentivando a participação ativa na preservação de sua cultura e história locais.

Com base nas disciplinas eletivas do NEM mencionadas acima, apresentamos algumas sugestões de atividades a serem trabalhadas de forma interdisciplinar sobre os sítios arqueológicos em Morro dos Conventos.

Quadro 12 - Proposta de atividades educativas sobre o patrimônio arqueológico de Morro dos Conventos em relação aos Objetos de estudos do Novo Ensino Médio

<b>Estudos e práticas em Ciências Humanas</b>	
<b>Objetos de Conhecimento</b>	<b>Atividade Proposta</b>
<p><b>Tempo, Memória e Mentalidades</b></p> <p><b>Ética, Estética, Ciência, Política e Cidadania</b></p> <p><b>Sociedade, Indivíduo e Relações Sociais</b></p> <p><b>Cultura, Linguagens, Diversidade e Identidade</b></p>	<p><b>- Debate e Simulação: A Preservação dos Sambaquis no Brasil Contemporâneo.</b></p> <p>Nessa proposta o objetivo principal é compreender o papel das políticas públicas e os avanços da legislação em prol do patrimônio cultural. Inicialmente será feita a contextualização do tema a ser discutido. Uma das possíveis situações desencadeadora de aprendizagem poderá ser a problematização sobre a importância de proteger esses locais e sobre quem seria o responsável por essa proteção, promovendo perguntas como: “Por que vocês acham que é importante proteger esses lugares?”, “Quem vocês acham que é responsável por proteger esse patrimônio?”, “Até que ponto as políticas públicas são eficazes na preservação do patrimônio cultural?”, “Qual o papel da sociedade na defesa do patrimônio cultural?”, “Como as políticas e a legislação podem ser aprimoradas para proteger melhor o patrimônio?”</p> <p>Estimular, assim, o interesse e a reflexão inicial sobre o papel da sociedade e do governo na preservação do patrimônio cultural. Na sequência, divididos a turma em grupos, por entidades representativas, como: arqueólogos, povos indígenas, ambientalistas, empresários e governo. Após os estudantes pesquisarem e entre si discutirem a importância da sua entidade, será organizado um debate, em que cada grupo deve argumentar sobre a importância da preservação dos sambaquis ou sobre os desafios dessa preservação, considerando as pressões sociais e econômicas. Eles podem explorar a importância histórica dos sambaquis para a memória cultural e ambiental do país. Após o debate, promovemos uma reflexão sobre os fatores de impacto e as possibilidades relacionadas a conservação desses patrimônios e a transmissão da memória histórica.</p>
<p><b>Espaços, Territórios e Natureza Urbanização, Relações de Produção e Tecnologia, Trabalho e Economia</b></p>	<p><b>- O que os Sambaquis nos contam? Análise de Cultura e Mentalidades.</b></p> <p>Nessa atividade o foco principal é refletir sobre o modo de vida dos povos sambaquieiros e comparar com as mentalidades e valores atuais. Comece a atividade com uma breve contextualização sobre o que são os sambaquis e a importância desses sítios para o estudo das civilizações litorâneas antigas no Brasil. Dividir os alunos em grupos e fornecer materiais sobre as práticas culturais e religiosas dos povos sambaquieiros, incentivando-os a analisar a relação desses povos com a natureza e o uso dos sambaquis como espaços sagrados. Peça que cada aluno escreva uma carta, poema ou reflexão como se fosse um membro do povo sambaquieiro, expressando sentimentos e valores relacionados aos sambaquis e à vida em sociedade. Realizar uma rodada de conversa onde os alunos reúnem suas criações e discutem as diferenças e semelhanças entre a mentalidade dos sambaquieiros e os valores atuais, abordando temas como rituais de morte e a relação com o meio ambiente. Concluir com uma reflexão em grupo sobre o que a preservação dos sambaquis representa para a memória cultural e a importância de manter viva a história desses povos.</p> <p><b>- Memórias em camadas: Como se construíram os Sambaquis?</b></p> <p>Nessa proposta o estudante através do jogo “Sambaquis Uma história Antes do Brasil”, será instigado a conhecer o dia a dia da população sambaqueira, seus hábitos de alimentação, instrumentos, rituais e a paisagem que o cerca. Após essa etapa inicial de identificação das características dessa população, os estudantes seriam convidados a visitar o Farol do Morro dos Conventos e observar os sítios e a paisagem ao seu entorno. Na sequência, os estudantes farão em grupos representações dos sítios arqueológicos da região e da paisagem que o cerca, atualmente ou no passado. Uma das formas de representação pode ser por maquetes feitas de material reciclado, mural de colagem ou dioramas virtuais. Por fim, peça aos alunos para apresentarem o que aprenderam sobre o modo de vida e a mentalidade dos povos que ali viviam e o que essas construções simbolizavam para eles.</p>

<p><b>O que é cultura? Um conceito polissêmico.</b></p> <p><b>Cultura e ideologia.</b></p> <p><b>Etnocentrismo, relativismo cultural e cultura-valor.</b></p> <p><b>Diversidade cultural e pluralidade.</b></p> <p><b>Direito à diferença.</b></p> <p><b>Identidade e identidades.</b></p>	<p>Para esses objetos de aprendizagens propõem-se a criação de um podcast em que os alunos organizem ciclos de debates sobre patrimônio cultural, refletindo sobre temas como cultura, diversidade, identidade e a preservação de sítios históricos, mesmo os destruídos. A atividade ocorre em quatro etapas.</p> <p>A ideia do podcast é por ser algo que envolve a parte midiática, presente no dia a dia dos jovens. E também é espaço para trabalhar diferentes habilidades, como: pesquisa, comunicação, design e escrita. Além disso, faz com que os jovens ampliem seus conhecimentos com a possibilidade de entrevistar diferentes atores sociais para discutir sobre cultura.</p> <p>Na primeira etapa, a turma é dividida em grupos, cada qual com um tema, como “conceito de cultura e identidade” ou “direitos e diferenças culturais”. Os alunos discutem os conceitos e planejam o podcast, incluindo a estrutura do roteiro e as perguntas de reflexão.</p> <p>Na segunda etapa, realizamos uma pesquisa sobre o tema e elaboramos o roteiro, onde conectamos o conceito ao contexto local e nacional. O professor incentiva o uso de exemplos locais e históricos.</p> <p>Na terceira etapa, cada grupo grava seu episódio de podcast, simulando uma roda de conversa. O professor orienta para que todos participem, utilizando os conceitos propostos de forma leve e educativa.</p> <p>Na quarta e última etapa, cada grupo apresenta seu podcast à turma, promovendo uma sessão de perguntas e reflexão coletiva sobre os pontos incluídos.</p> <p>Essa metodologia permite que os alunos compreendam e discutam a identidade cultural e o impacto do patrimônio na construção da cultura, ao mesmo tempo que desenvolvem habilidades de pesquisa, argumentação e trabalho em grupo.</p>
<p><b>Movimentos migratórios e ocupação territorial, demografia e características da população local, Direitos Humanos.</b></p> <p><b>Concepções filosóficas que norteiam valores e características da cultura local, alteridade, diversidade e pluralidade cultural.</b></p> <p><b>Valores, estilos e formas da expressão artística local e regional.</b></p> <p><b>Educação para o multiculturalismo.</b></p>	<p>A metodologia proposta é um projeto de pesquisa e criação de exposições em que os alunos exploram e apresentam aspectos do patrimônio arqueológico e da diversidade cultural local. A atividade ocorre em cinco etapas e envolve pesquisa, produção de conteúdo e discussão sobre temas culturais e históricos, promovendo reflexões sobre alteridade e valores culturais.</p> <p><b>Etapa 1:</b> Introdução ao Tema e Pesquisa Inicial O professor apresenta aos alunos os conceitos de movimentos migratórios, ocupação territorial, demografia, relacionando-os com o patrimônio arqueológico local e regional. Os alunos são incentivados a refletir sobre como a ocupação humana ao longo do tempo influenciou as características culturais e a população atual. Em grupos, escolhem um tema relacionado, como “direitos humanos e ocupação territorial”, “valores e diversidade cultural”, ou “expressões artísticas locais”.</p> <p><b>Etapa 2:</b> Pesquisa: Os alunos realizam uma pesquisa sobre o tema escolhido, utilizando fontes como textos históricos, visitas a museus, banco de imagens e entrevistas com membros da comunidade. Essa etapa ajuda os alunos a entender o contexto e a história cultural da região, enfatizando os valores e a expressão artística que compõem a cultura local e regional.</p> <p><b>Etapa 3:</b> Produção da Exposição - Com as informações coletadas, os alunos criam uma exposição interativa sobre o patrimônio destruído e cultural da região, incluindo itens como fotografias, depoimentos, objetos simbólicos e interpretações artísticas de elementos históricos. Eles destacam as influências de diferentes grupos e culturas ao longo do tempo, promovendo a educação para o multiculturalismo e a diversidade cultural.</p> <p><b>Etapa 4:</b> Apresentação e Discussão Cada grupo apresenta sua exposição à turma ou a outras turmas da escola. Durante a apresentação, eles refletem sobre questões de alteridade, direitos humanos e a importância da preservação cultural e arqueológica, explicando como esses temas se refletem na história e nas características da população local.</p> <p><b>Etapa 5:</b> Reflexão e Avaliação Ao final, os alunos participam de uma discussão sobre o impacto das descobertas e o que aprenderam sobre diversidade e pluralidade cultural. O professor orienta a reflexão sobre como o conhecimento do passado e das culturas diversas pode apoiar o respeito aos direitos humanos e à preservação cultural.</p> <p>Essa metodologia permite que os alunos compreendam a interconexão entre o patrimônio destruído e o multiculturalismo, promovendo uma educação inclusiva e respeitosa sobre as diversas identidades culturais locais.</p>

Observa-se que as propostas mencionadas acima são ideias que podem ser inseridas nas disciplinas eletivas ou até mesmo das disciplinas da base comum curricular. O objetivo é retomar maneiras de discutir a importância da valorização do patrimônio, entender como se dá o fenômeno de formação cultural e identitária, usar elementos digitais que estão tão presentes aos jovens para sala de aula, como ferramenta de construção de conhecimento.

Ou seja, a EP representa um campo dinâmico e interdisciplinar que promove o entendimento e a valorização do patrimônio cultural como elemento ativo e significativo no contexto social e educacional. Partindo desse princípio, as propostas de atividades aqui sugeridas se concentram na criação de vínculos entre o aprendizado formal e as experiências culturais locais, incentivando uma abordagem em que o patrimônio seja reconhecido e respeitado por meio de práticas cotidianas e de engajamento.

Como aponta Souza, Ferreira e Poloni (2017), a preservação do patrimônio vai além da simples conservação física dos sítios; envolve também o desenvolvimento de estratégias educativas que permitam à comunidade vivenciar e reinterpretar seu legado cultural. Por meio dessas atividades, pretende-se não apenas aprofundar o conhecimento dos estudantes sobre o patrimônio arqueológico de Morro dos Conventos, mas também promover o sentido de identidade e pertencimento, fortalecendo o papel da educação na construção de uma sociedade que valoriza sua história e cultura.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo (Freire, 1987, p. 84).*

Desde a graduação tive a experiência de trabalhar com a arqueologia, com projetos de extensão que tinham como objetivo levar o trabalho de laboratório e a realidade da pesquisa arqueológica para dentro das escolas. Com o passar dos anos, quando me distanciei do meio universitário e fui para a docência na rede pública de ensino, pude observar na prática que a pesquisa acadêmica está muito longe de adentrar os muros da escola. E que – embora se tenha uma visão inovadora e propostas transdisciplinares e inclusivas para a educação – os professores e estudantes são carentes de propostas que sejam tangíveis a infraestrutura das escolas hoje.

A monografia da minha graduação foi sobre EP, no contexto da pandemia, no município de Passo de Torres. Minha especialização também foi concluída com um estudo de caso acerca de atividades de EP no município de Balneário Gaivota. E agora, na dissertação busquei ampliar esse olhar sobre a EP e os sítios arqueológicos e em como as infraestruturas já existentes nas escolas e na cidade podem ser utilizadas para difundir conhecimentos e gerar nos estudantes, nos professores e na comunidade o senso de pertencimento e construção do saber mútuo sobre o patrimônio.

O objetivo de usar a valorização dos sítios arqueológicos, aliado com a percepção da paisagem, como propomos no Farol Morro dos Conventos, é pensar em estratégias viáveis, como a instalação de painéis informativos, e que não dispendem de grandes recursos, mas fazendo ajustes que auxiliam as pessoas a direcionar seu olhar para dentro do seu território. Quando se avista os sítios arqueológicos dentro de uma paisagem riquíssima em recursos, repleta de beleza e que, conseqüentemente também faz parte do nosso lugar, nos aproxima das populações que viveram ali, contemplavam e usufruíam desse mesmo ambiente. E a partir dessa sensibilização e do conhecimento acerca do patrimônio, aumenta a probabilidade de conscientização, valorização e respeito aos bens patrimoniais.

A valorização de sítios arqueológicos em conexão com a percepção da paisagem é um caminho estratégico para promover a preservação do patrimônio cultural e a conscientização comunitária. Essa abordagem parte da premissa de que os espaços culturais não existem de forma isolada, mas estão imersos em paisagens carregadas de significados históricos e simbólicos. Segundo Choay (2006) o patrimônio não é uma estrutura neutra, assim como a paisagem. Eles carregam as marcas de diferentes momentos da história e cultura dos povos que

ali habitaram, então trabalhar dentro da sala de aula na perspectiva da educação patrimonial, também é trabalhar a educação da cidade, da paisagem e da memória viva presente nos elementos do dia a dia.

Outro ponto essencial é a implementação de práticas educativas acessíveis, como a instalação de painéis informativos. Dessa forma, Horta (2008) defende que a EP deve estimular a comunidade a construir novos olhares para o seu entorno, inserindo o patrimônio dentro da vida da comunidade. Esses recursos simples são eficazes para sensibilizar o público sobre a importância do patrimônio, promovendo uma conexão emocional e intelectual. O envolvimento das comunidades locais, ao direcionar o olhar para os elementos culturais de seu próprio território, não apenas fortalece o senso de pertencimento, mas também contribui para a sustentabilidade das ações de preservação.

Visto que, a valorização do patrimônio arqueológico e da paisagem cultural pode contribuir para a construção de uma cidadania mais consciente e respeitosa, Santos (2002) argumenta que o território é um espaço onde as ações sociais e culturais se manifestam, sendo, portanto, uma plataforma para o exercício da cidadania e da memória. A paisagem cultural, ao conectar elementos materiais e imateriais, atua como um agente integrador que amplia o horizonte cultural das comunidades, permitindo que elas compreendam sua própria cultura como parte de uma narrativa maior. Nesse sentido, ao incluir os sítios sambaquis em propostas pedagógicas e comunitárias, estamos permitindo que os indivíduos compreendam o patrimônio como parte ativa de sua formação cidadã e cultural, promovendo a apropriação e o engajamento em sua preservação.

A interdisciplinaridade nas práticas de educação patrimonial permite integrar disciplinas como história, geografia, artes e ciências sociais, promovendo uma abordagem mais ampla e articulada do conhecimento. Essa perspectiva dialoga com as novas diretrizes curriculares nacionais, que incentivam uma visão global e interdisciplinar da educação, conectada a temas contemporâneos como políticas públicas, ações sociais e os ODS. Além disso, essa integração busca relacionar os conceitos presentes na BNCC (Brasil, 2017) com a realidade e a cultura local, valorizando as especificidades regionais e incentivando a construção de um aprendizado significativo e contextualizado.

Essa perspectiva não apenas expande os horizontes dos estudantes, mas também estimula uma compreensão crítica das dinâmicas culturais e sociais de seu território. Morin (2000) destaca que a transdisciplinaridade permite a construção de um conhecimento complexo e integrado, essencial para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo. Ao vivenciar o patrimônio em sua comunidade, os estudantes compreendem não apenas as heranças do

passado, mas também refletem sobre suas conexões com o presente e suas implicações para o futuro.

Outro aspecto relevante é o impacto da sensibilização comunitária na sustentabilidade das ações de preservação. Como aponta Horta (2008), a educação patrimonial deve ser inclusiva e dialogada, para que as comunidades se sintam participantes do processo de preservação e gestão do patrimônio. Nesse contexto, ferramentas simples, como trilhas interpretativas, expositores informativos e oficinas culturais, podem ser aliadas poderosas para promover o envolvimento ativo da comunidade, transformando-a em guarda de sua herança cultural.

Concluimos que os objetivos deste trabalho foram atingidos, pois conseguimos identificar os sítios arqueológicos sambaquis presentes na área de estudo, observar suas condições e propor ações educativas viáveis para garantir sua valorização e difusão. Além disso, sugerimos atividades pedagógicas que buscam integrar o patrimônio arqueológico ao currículo escolar de forma transdisciplinar, aproximando os alunos de sua história. Contudo, é importante ressaltar que este estudo não esgota o tema. Há muito a ser investigado, tanto no que diz respeito à preservação dos sítios arqueológicos como à implementação de práticas de EP de forma efetiva e contínua no NEM e na base comum curricular.

Por fim, reafirmo que a educação é a ferramenta mais poderosa para promover a transformação social. A valorização do patrimônio, quando integrada à educação, cria cidadãos mais conscientes, responsáveis e engajados com a preservação da sua história e do seu ambiente. Como Freire disse, é a educação que muda as pessoas, e as pessoas são as que têm o poder de transformar o mundo.

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. Diretrizes para uma política de preservação de reservas naturais do estado de São Paulo. **Boletim de Geografia e Planejamento**, São Paulo, Instituto de Geografia-USP, n. 30, p. 7-19, 1977. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001350042>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Ecosistemas do Brasil: manejo e conservação**. São Paulo: EDUSP, 2005.
- AB'SABER, Aziz Nacib. O tombamento da Serra do Mar no estado de São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 21, p. 7-20, 1986. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001439116>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ARARANGUÁ. **Decreto-Lei nº 7.828, de 27 de dezembro de 2016**. Dispõe sobre a criação da unidade de conservação da natureza municipal Área de Proteção Ambiental (APA) da costa de Araranguá, e dá outras providências. Araranguá: Prefeitura Municipal de Araranguá, 2016. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/a/ararangua/decreto/2016/783/7828/decreto-n-7828-2016-dispoe-sobre-a-criacao-da-unidade-de-conservacao-da-natureza-municipal-area-de-protecao-ambiental-apa-da-costa-de-ararangua-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ARARANGUÁ. **Plano Diretor Participativo**. Secretaria de Planejamento e Infraestrutura. Araranguá: Prefeitura Municipal de Araranguá, 2024.
- ARAÚJO, Astolfo Gomes de Mello. A tradição cerâmica Itararé-Taquara: características, área de ocorrência e algumas hipóteses sobre a expansão dos grupos Jê no sudeste do Brasil. **Revista de Arqueologia**, Belo Horizonte, n. 20, p. 9-38, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ra/article/view/1678>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- AUSUBEL, David P. **Aquisição e retenção de conhecimentos: uma perspectiva cognitiva**. Lisboa: Plátano, 2003.
- AZEVEDO, João. **Reforma do Ensino Médio e os desafios da implementação**. São Paulo: Cortez, 2021.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, figura e som: um manual prático**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BENDAZZOLI, Cíntia. **Processo de formação dos sambaquis: uma leitura estratigráfica do sítio Jabuticabeira II, SC**. 2007. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Emenda Constitucional nº 48, de 10 de agosto de 2005**. Acrescenta o § 3º ao art. 215 da Constituição Federal, instituindo o Plano Nacional de Cultura. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2048%2C%20DE,FEDERAL%2C%20nos%20termos%20do%20art](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc48.htm#:~:text=EMENDA%20CONSTITUCIONAL%20N%C2%BA%2048%2C%20DE,FEDERAL%2C%20nos%20termos%20do%20art). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a base. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF: MEC/SEB, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 15 out. 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 11, de 7 de julho de 2010**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 9 dez. 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10 & category\\_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6324-pceb011-10 & category_slug=agosto-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 mar. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1937. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0025.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.639.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113415.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.945, de 31 de junho de 2024.** Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília, DF: Presidência da República, 2024. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2024/lei-14945-31-julho-2024-796017-publicacaooriginal-172512-pl.html>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961.** Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos. Brasília, DF: Presidência da República, 1961. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/13924.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/13924.htm). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN). Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC.** Contexto Histórico e Pressupostos Pedagógicos. Brasília, DF: MEC/SEB/Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Básica/Coordenação-Geral de Temas Transversais da Educação Básica e Integral/Coordenação-Geral de Inovação e Integração com o Trabalho, 2019. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao\\_temas\\_conteporaneos.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/implementacao/contextualizacao_temas_conteporaneos.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Ensino Médio.** Brasília, DF: MEC/SEMT, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

BROCHADO, José Proenza; CALDERÓN, Valentin; CHMYZ, Igor; DIAS JR, Ondemar; EVANS, Clifford; MARANCA, Sílvia; MEGGERS, Betty J.; NÁSSER, Nássaro A. de S.; PEROTA, Celso; PIAZZA, Walter F.; RAUTH, José Wilson; SIMÕES, Mário Ferreira. Arqueologia brasileira em 1968: um relatório preliminar sobre o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, n. 12, p. 3-33, 1969. Disponível em: <https://repositorio.museu-goeldi.br/handle/mgoeldi/480>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CAMPOS, Juliano Bitencourt. **Arqueologia Entre Rios e Gestão Integrada do Território no Extremo Sul de Santa Catarina-Brasil.** 2015. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, Portugal, 2015.

CAMPOS, Juliano Bitencourt. **O uso da terra e as ameaças ao patrimônio arqueológico na região litorânea dos municípios de Araranguá e Içara, Sul de Santa Catarina**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; RODRIGUES, Marian Helen da Silva Gomes; FUNARI, Pedro Paulo Abreu. O patrimônio arqueológico no licenciamento cultural: legislação, políticas culturais e gestão integrada. **Oculum Ensaios**, Campinas, n. 14, v. 2, p. 331-347, 2017. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/3858>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; SANTOS, Josiel dos; MILHEIRA, Rafael Guedes. Entre rios, dunas, lagoa e o mar: arqueologia guarani no litoral sul de Santa Catarina. **Revista de Arqueologia**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/501>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CAMPOS, Juliano Bitencourt; SANTOS, Marcos César Pereira; ROSA, Rafael Casagrande da; ZOCHE, Jairo José. Arqueologia entre rios: do Urussanga ao Mampituba. Registros arqueológicos pré-históricos no extremo sul catarinense. **Cadernos do LEPAARQ** (UFPEL), Pelotas, n. 10, v. 20, p. 9-39, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/lepaarq/article/view/2127>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CAMPOS, Juliano; Bitencourt; DEBLASIS, Paulo; PERIN, Edenir Bagio; SCHNEIDER, Fernando; FERRASSO, Suliano; ARAÚJO, Adolfo Lino de; DAGOSTIM, Silvia Aline Pereira (2023). Muita comida, pouca gente: perspectivas acerca dos sítios rasos do litoral norte do Rio Grande do Sul. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, n. 18, v. 2, p. 1-25, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/X4JJXXdQtkJTrYXstnZJTzR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). **Ensaios da geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARSALADE, Flávio de Lemos. Instrumentos urbanísticos e preservação do patrimônio. *In*: FERNANDES JÚNIOR, Edesio; ARAÚJO, Rogério Palhares Zschaber de (org.). **Entre o urbano, o social e o ambiental: a práxis em perspectiva**. Belo Horizonte: Gaia Cultural-Cultura e Meio Ambiente, 2015.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Natureza, cultura, patrimônio ambiental**. São Paulo: EDUSP, 2003.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/Unesp, 2006.

COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS (CPRM). Serviço Geológico do Brasil. **Geossit**: cadastro de sítios geológicos. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/geossit>. Acesso em: 21 out. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CNE). Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 224, p. 21, 22 nov. 2018. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622). Acesso em: 20 mar. 2024.

D’ALESSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, São Paulo, v. 17, p. 269-280, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11150>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DEBLASIS, Paulo de; ROBINSON, Mark; SOUZA, Jonas Gregorio de; MAEZUMI, S. Yoshi; CARDENAS, Macarne; PESSENDA, Luiz; PRUFER, Keith; CORTELETTI, Rafael; FARIAS, Deise Scunderlick Eloy; MAYLE, Francis Edward; IRIARTE, José. Separando fatores humanos e climáticos na mudança de vegetação do holoceno tardio no sul do Brasil. **Scientific Reports**, [s. l.], v. 8, p. 1-10, 2018. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-018-24429-5>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DEBLASIS, Paulo; GASPAR, Maria D. Os sambaquis do sul catarinense: retrospectiva e perspectivas de dez anos de pesquisas. **Especiaria - Cadernos de Ciências Humanas**, Santa Cruz, v. 11-12, n. 20-21, p. 83-126, 2008-2009. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/download/693/653/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DEBLASIS, Paulo; KNEIP, Andreas; FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. Longa duração e territorialidade da ocupação da sambaqueira na lagoa de Santa Marta, Santa Catarina. **Revista de Arqueologia**, Belo Horizonte, v. 1, p. 25-51, 2018. Disponível em: <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/526>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DEBLASIS, Paulo; KNEIP, Andreas; SCHEEL-YBERT, Rita; GIANNINI, Paulo C.; GASPAR, Maria D. Sambaquis e paisagens: dinâmica natural e regional no litoral sul do Brasil. **Revista Arqueologia Sul-Americana**, Cauca/Catamarca, v. 3, n. 1, p. 29-61, 2007. Disponível em: <https://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/03/5-1-deblasis-p-kneip-a-scheel-ybert-r-giannini-p-c-gaspar-m-d-sambaquis-e-paisagem.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FARIAS, Deise Scunderlick Eloy de; KNEIP, Andreas. **Panorama Arqueológico de Santa Catarina**. Palhoça: Editora Unisul, 2010. 306 p.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Distribuição e padrão de assentamento**. Propostas para sítios da Tradição Umbu na Encosta de Santa Catarina. 2005. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Dossiê de preservação para o parque arqueológico do sul**. Tubarão, SC. Relatório técnico-científico, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLORENCIO, Sônia Rampim; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN/DAF/Cogedip/Ceduc, 2014.

FLORENCIO, Sônia Rampim. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial: reflexões e práticas**. João Pessoa: IPHAN-PB, 2012. (Caderno Temático 2).

FONSECA, Maria Cecília Londres. **Educação e patrimônio cultural no Brasil: teorias e práticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**. Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: MinC-Iphan, 2017.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Referências culturais: bases para novas políticas de patrimônio. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**, Brasília, DF, p. 111-120, 2012.

Disponível em:

[https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4775/1/bps\\_n.2\\_referencia\\_2.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4775/1/bps_n.2_referencia_2.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Mello e Silva. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 43. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FUNDAÇÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ (FAMA ARARANGUÁ). Conservação, 2024. Disponível em:

<https://fama.ararangua.sc.gov.br/unidade-de-conservacao/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GADOTTI, Moacir. **Educação e sustentabilidade: o desafio do século XXI**. São Paulo: Cortez, 2005.

GARDNER, Howard. **Estruturas da mente: a Teoria das Inteligências Múltiplas**. Nova York: Livros Básicos, 1983.

GASPAR, Maria Dulce; BUARQUE, Ângela; CORDEIRO, Jaqueline; ESCORCIO, Eliana. Tratamento dos mortos entre os sambaquieiros, Tupinambá e Goitacá que ocuparam a Região dos Lagos, Estado do Rio de Janeiro. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 17, p. 169-189, 2007. Disponível em:

<https://revistas.usp.br/revmae/article/view/89772>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GASPAR, Maria Dulce; PEIXE, Paulo; SCHEEL-YBERT, Rita; FIGUTI, Levy; KLOKLER, DM; KNEIP, Andreas; RIBEIRO, Liliane Brum; FARIAS, Deise Scunderlick; AFONSO, Marisa; KARL, Ricky; EGGERS, Sabine; DEBLASIS, Paulo. Padrão de assentamento e formação de sambaquis: Arqueologia e preservação em Santa Catarina. **Revista de Arqueologia do IPHAN**, Brasília, DF, v. 1, p. 57-62, 2002. Disponível em:

[https://www.academia.edu/3539987/Padr%C3%A3o\\_de\\_assentamento\\_e\\_forma%C3%A7%C3%A3o\\_de\\_sambaquis\\_arqueologia\\_e\\_preserva%C3%A7%C3%A3o\\_em\\_Santa\\_Catarina](https://www.academia.edu/3539987/Padr%C3%A3o_de_assentamento_e_forma%C3%A7%C3%A3o_de_sambaquis_arqueologia_e_preserva%C3%A7%C3%A3o_em_Santa_Catarina). Acesso em: 20 mar. 2024.

GIANNINI, Paulo C. F. Complexo lagunar centro-sul catarinense – valioso patrimônio sedimentológico, arqueológico e histórico. *In*: SCHOBENHAUS, Carlos; CAMPOS, Diogenes A.; QUEIROZ, Emanuel T.; WINGE, Manfredo; BERBERT-BORN, Milène (ed.). **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**. Brasília: DNPM, 2002. p. 213-222.

GIANNINI, Paulo C. F. **Sistemas deposicionais no Quaternário costeiro entre Jaguaruna e Imbituba, SC**. 1993. Tese (Doutorado em Geociências) - Programa de Pós-Graduação em Geociências, Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, 2006. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000100003&script=sci\\_abstract](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-40362006000100003&script=sci_abstract). Acesso em: 20 mar. 2024.

GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. **Recuperando a Arqueologia**: além dos tropos da modernidade. Londres: Routledge, 2013.

GUIMARÃES, Geovan Martins; ANJOS, Francisco Antonio; FARIAS, Deise Scunderlick Eloy de; ARNOLD, Marcos Júnior. Gestão do patrimônio e desenvolvimento turístico: ações e propostas. **RBTur - Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 3, p. 47-80, 2018. Disponível em: <https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1385>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GUIMARAES, Geovan Martins; FARIAS, Deise Scunderlick Eloy de; ZAMPARETTI, Bruna Cataneo. João Alfredo Rohr: registro e fiscalização dos processos destrutivos em sítios arqueológicos no litoral sul catarinense. p. 99-136. *In*: NIZZOLA, Liliane Janine; SOUZA, Margareth de Lourdes; MARQUES, Roberta Porto; KNEIP, Andreas *et. al* (org.). **A trajetória arqueológica de Pe. João Alfredo Rohr em Santa Catarina**. Florianópolis: IPHAN, 2021. 224 p.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2014.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. SOVIK, Liv (org.). Tradução de Adelaine La Guardiã Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALL, Stuart. **Representação**: representações culturais e práticas de significação. Rio de Janeiro: Apicuri, 1997.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; Grunberg, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. O Museu Imperial como narrativa nacional. *In*: **Memória e patrimônio ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. p. 132-140.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação patrimonial**: reflexões e práticas. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Museus latino-americanos, texto, discurso e significado em:** repensando culturas literárias – comparativamente. História Comparativa das Culturas Literárias Latino-Americanas. Reino Unido: Oxford University Press, 2004. v. II. p. 350-375.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. O cotidiano e os diários de Dom Pedro II: relendo as entrelinhas... *In: O Brasil como Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009, p. 184-217.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Os lugares da memória. *In: Cultura popular e Educação*. Brasília: Salto para o Futuro/TVESCOLA/SEED/MEC, 2008, p. 111-118.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico:** 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 13 out. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Portaria nº 07, de 1 de dezembro de 1988. Estabelece procedimentos necessários à comunicação prévia, quando do desenvolvimento de pesquisas de campo e escavações arqueológicas no País a fim de que se resguarde os objetos de valor científico e cultural localizados nessas pesquisas e dá outras providências. Brasília, DF: IPHAN, 1988. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B1hpT1pesZX6QlZ1aXJ3TWw1Y1U/view?pli=1&resourcekey=0-G93X2y5b60Yp09wpXyWutw>. Acesso em: 20 mar. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Cartilha de Educação Patrimonial:** histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Consulta sobre Sítios Arqueológicos/CNSA/SGPA. 2024. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa\\_resultado.php](http://portal.iphan.gov.br/sgpa/cnsa_resultado.php). Acesso em: 20 mar. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências. Brasília, DF: IPHAN, 2000. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=3551&ano=2000&ato=c86UTRE1kMNpWT739>. Acesso em: 20 mar. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Instrução Normativa nº 001, de 25 de março de 2015.** Estabelece procedimentos administrativos a serem observados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe. Brasília, DF: IPHAN, 2015. Disponível em: [https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/licenciamento-ambiental/Instrucao\\_normativa\\_01\\_2015.pdf](https://www.gov.br/iphan/pt-br/patrimonio-cultural/licenciamento-ambiental/Instrucao_normativa_01_2015.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). **Patrimônio Arqueológico - SC.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sc/pagina/detalhes/670>. Acesso em: 20 mar. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

**Portaria GAB-IPHAN/IPHAN nº 25, de 15 de junho de 2021.** Estabelece os critérios para fins de operacionalização do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP) e os critérios para análise manual da Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) no âmbito dos processos de licenciamento ambiental em que o Iphan participe. Brasília, DF: IPHAN, 2021. Disponível em: [www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gab-iphan/iphan-n-25-de-15-de-junho-de-2021-326188227](http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-gab-iphan/iphan-n-25-de-15-de-junho-de-2021-326188227). Acesso em: 20 mar. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

**Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016.** Estabelece diretrizes de Educação Patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Brasília, DF: IPHAN, 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria\\_n\\_137\\_de\\_28\\_de\\_abril\\_de\\_2016.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_n_137_de_28_de_abril_de_2016.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

**Portaria nº 230, de 17 de dezembro de 2002.** Estabelece compatibilizar as fases das licenças ambientais com os estudos preventivos de arqueologia, objetivando o licenciamento de empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico. Brasília, DF: IPHAN, 2002. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria\\_n\\_230\\_de\\_17\\_de\\_dezembro\\_de\\_2002.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Portaria_n_230_de_17_de_dezembro_de_2002.pdf). Acesso em: 20 mar. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).

**Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015.** Estabelece procedimentos administrativos que disciplinam a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal em processos de licenciamento ambiental de competência do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Brasília, DF: IPHAN, 2015. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/m/malaria/legislacao/portaria-interministerial-no-60-2015/view>. Acesso em: 20 mar. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar da Educação Básica: 2023. Disponível em:

[https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas\\_e\\_indicadores/resumo\\_tecnico\\_censo\\_escolar\\_2023.pdf](https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf). Acesso em: 13 out. 2024.

KLOKER, Daniela. Animal para toda obra: fauna ritual em sambaquis. **Habitus**, Goiânia, v. 14, n.1, p. 21-34. 2016. Disponível em:

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/5073>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão e Eliana Flores. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Carla. O novo Ensino Médio e a Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 77, 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/i/2019.v24/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LINO, Jaisson Teixeira; CAMPOS, Juliano Bitencourt. Expedições arqueológicas do sul do estado de Santa Catarina. **Revista de Ciências Humanas**, Criciúma, v. 9, n. 1, p. 17-34. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cliarqueologica/article/view/246719>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LOURDEAU, Antoine.; CARBONERA, Miriam.; SANTOS, Marcos César Pereira; HOELTZ, Sirlei; FONTUGNE, Michel; HATTÉ, Christine; SILVA, Sergio Francisco Serafim Monteiro da; ROSINA, Pierluigi; LUCAS, Livia Oliveira; DA COSTA, Amélie; FOUCHER, Cécile; RAMALHO, Juliana Betarello; KUCZKOVSKI, Francieli; CAMPOS, Juliano Bitencourt; VIANA, Sibeli Aparecida; HERBERT, Ana Lucia. Pré-história na foz do rio Chapecó. **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 29, n. 45, p. 220-242, 2016. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/3415>. Acesso em: 20 mar. 2024.

LUCCA, Ariel Freitas. **Sistema de Informações Geográficas Aplicado à Gestão do Patrimônio Arqueológico**. UNESCO, 2012.

LUIZ, Carolina Porto. **Educação Patrimonial para estudantes do município de Passo de Torres- SC: uma análise da percepção acerca da valorização preservação e difusão do patrimônio arqueológico**. 2020. Trabalho de Conclusão (Licenciatura em História) - Graduação em História, Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), 2020.

LUIZ, Carolina Porto; GUIMARAES, Geovan Martins; ZAMPARETTI, Bruna Cataneo; SILVA, José Gustavo Santos; CAMPOS, Juliano Bitencourt. Ocupação urbana do litoral sul de Santa Catarina: o avanço sobre o Sítio Arqueológico Sambaqui Garopaba do Sul. p. 82-94. *In*: BASQUEROTE, Adilson Tadeu (org.). **Geografia: espaço, ambiente e sociedade**. Ponta Grossa: Atena, 2021.

MIGUEL, Antonio Carlos. **A trajetória da ocupação do território catarinense**. Florianópolis: UFSC, 2001.

MILLER, Eurico Theófilo. Pesquisas arqueológicas efetuadas no Planalto Meridional, Rio Grande do Sul. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas - Resultados Preliminares do Quarto Ano, 1968-1969. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 15, p. 37-70, 1971.

MILLER, Eurico Theófilo. Pesquisas arqueológicas efetuadas no nordeste do Rio Grande do Sul. **Publicações Avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, p. 1538, 1967. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/12288>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MORAN, José Manuel. **A educação que desejamos: novos desafios e soluções**. São Paulo: Papirus, 2016.

MORAN, José Manuel. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. São Paulo: Papirus, 2000.

MORAN, José Manuel; RAMOS, Ana Lúcia. **Educação e tecnologia: um desafio para a formação docente**. São Paulo: Papirus, 201.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma e reformar o pensamento**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, Edgar. A complexidade e a empresa. *In*: AUDET, M.; MALOIN, J. L. (ed.). **The Generation of Scientific, Administrative Knowledge**. Quebec: Presses de l'Université Laval, 1986. p. 135-154.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes da Educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). UNICEF Brasil. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**. 2015. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 8 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PARAIZO, Rodrigo Cury. Jogos patrimoniais: representação digital do espaço. *In*: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor/IPHAN, 2015.

PEREIRA, Aluísio F. **A transversalidade na Educação: uma nova abordagem pedagógica**. São Paulo: Humanitas, 2013.

PEREIRA, Aluísio F. Disciplinaridade e transdisciplinaridade na educação: caminhos para a formação integral. *In*: BORDINI, Juliano; LIMA, Carlos (org.). **Educação, interdisciplinaridade e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 45-60.

PIAZZA, Walter. **A colonização de Santa Catarina: 200 anos de história**. Florianópolis: Lunardelli, 1994.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros: uma pré-história do nosso país**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

RAUEN, Fabio José. **Roteiros de investigação científica**. Tubarão: Editora Unisul, 2002.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Florianópolis: SED, 2014.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 3 – Portfólio de Trilhas de Aprofundamento**. Florianópolis: SED, 2020c.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Educação. **Novo Ensino Médio: componentes curriculares eletivos: construindo e ampliando saberes: Caderno 4 – portfólio dos(as) educadores(as)**. 2. ed. Florianópolis: Gráfica Coan, 2021.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria do Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 1 – Disposições Gerais**. Florianópolis: SED, 2020a.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria do Estado da Educação. **Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense: Caderno 2 – Formação Geral Básica.** Florianópolis: SED, 2020b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Marcos César Pereira. **Geoarqueologia da área da Volta Grande do Alto Rio Uruguai, Sul do Brasil:** morfoestratigrafia, geocronologia e sequência arqueológica da Foz do rio Chapecó. 2018. Tesi (Dottorato di Ricerca in Quaternario e Preistoria), Education and Culture Erasmus Mundus, Università degli Studi di Ferrara (UNIFE), Itália, co-tutela Muséum National d'Histoire Naturelle (MNHN), Paris, 2018.

SANTOS, Marcos César Pereira; PAVEI, Diego Dias; CAMPOS, Juliano Bitencourt. Arqueologia Entre Rios: do Urussanga ao Mampituba. Paleoambiente, cultura material e ocupação humana na paisagem litorânea do extremo Sul catarinense entre 3.500-200 anos. **Revista Cadernos do CEOM**, Estudos arqueológicos regionais, Chapecó, v. 29, n. 45, p. 64-86, 2016. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/311882156\\_Arqueologia\\_Entre\\_Rios\\_do\\_Urussanga\\_ao\\_Mampituba\\_Paleoambiente\\_cultura\\_material\\_e\\_ocupacao\\_humana\\_na\\_paisagem\\_litoranea\\_do\\_extremo\\_sul\\_catarinense\\_entre\\_3500-200\\_anos\\_AP](https://www.researchgate.net/publication/311882156_Arqueologia_Entre_Rios_do_Urussanga_ao_Mampituba_Paleoambiente_cultura_material_e_ocupacao_humana_na_paisagem_litoranea_do_extremo_sul_catarinense_entre_3500-200_anos_AP). Acesso em: 20 mar. 2024.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2002.

SCHMITZ, Pedro Ignácio *et al.* Içara: um jazigo mortuário no litoral de Santa Catarina. **Pesquisas, Antropologia**, São Leopoldo, n. 55, 1999. Disponível em: <https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/anteriores.php>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. A ocupação pré-histórica do estado de Santa Catarina. **Revista Tempos Acadêmicos**, Dossiê Arqueologia Pré-Histórica, Criciúma, n. 11, 2013. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/schmitz-panorama-da-ocupao-pr/44138592#1>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Acampamentos Litorâneos em Içara-SC. Um exercício em padrão de assentamento. **Clio**, Recife, v. 1, n. 11, p. 99-118, 1995-1996. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/cliarquologica/issue/view/3026>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. As tradições ceramistas do Planalto Sul-Brasileiro. Arqueologia do Rio Grande do Sul, Brasil. **Pesquisas, Série Documentos**, Instituto Anchieta de Pesquisas, São Leopoldo, v. 2, p. 75-130, 1988. Disponível em: <https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/volumes/072/antropologia72.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Catálogo de Registro dos Sítios Arqueológicos do Rio Grande do Sul - RS-201** (Itapeva). Instituto Anchieta de Pesquisas. São Leopoldo: IAP, 1966.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Escavação do sambaqui Sebastião Geraldo, Içara/SC**. Relatório de Campo. São Leopoldo: IAP, 1998.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. Parapeiros guaranis em Osório (Rio Grande do Sul). **Pesquisas**, São Leopoldo, n. 2, p. 113-143, 1958. Disponível em: <https://www.anchietano.unisinus.br/publicacoes/antropologia/volumes/058/005.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SCHMITZ, Pedro Ignácio. **Sítios de pesca lacustre em Rio Grande, RS, Brasil**. Instituto Anchietano de Pesquisas. São Leopoldo: IAP, 1976.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE). **Santa Catarina em números**: Araranguá. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 133 p.

SILVA, Elpídio Barbosa da. **História de Araranguá**. Araranguá: Editora Municipal, 1978.

SILVA, Jorge Xavier; ZAIDAN, Ricardo Tavares. **Geoprocessamento & meio ambiente**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 328 p.

SILVA, José A. **Educação e conhecimento**: diálogo entre disciplinaridade e interdisciplinaridade. São Paulo: Loyola, 2017.

SILVA, Lucas Antonio da; GASPAR, Maria Dulce. Os sambaquis e as águas: reflexo sobre as relações entre o modo de vida pescador e os rios, as lagoas e os mares. **Tessituras: Revista Antropológica e Arqueologia**, Pelotas, v. 20, n. 1, p. 203-217, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/tessituras/article/view/22519>. Acesso em: 20 mar. 2024.

SILVA, Néstor. **A educação para a cidadania global**: desafios e perspectivas. São Paulo: Moderna, 2009.

SILVEIRA, Paola Vieira da; LADWIG, Nilzo Ivo; NICOLADELLI, Tayse Borghezani; BERETTA, Gislaiane; CONTO, Danrlei de; OLIVEIRA, Roselene Vargas de; CITADDIN, Ana Paula; ALVES, Fabiano; SUTIL, Thaise; SILVA, José Gustavo Santos da; ZOCCHÉ, Jairo José; CAMPOS, Juliano Bitencourt. Ameaças antrópicas ao patrimônio Arqueológico sambaqui da Praia do Bio - Balneário Arroio do Silva - Santa Catarina - Brasil. *In*: LADWIG, Nilzo Ivo; SUTIL, Thaise; DE CONTO, Danrlei (org.). **Paisagem e Território no Geoprocessamento**. Ponta Grossa: Atena, 2022.

SOUZA, Eduardo Roberto Jordão Knack; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi; POLONI, Rita Juliana Soares (org.). **Memória e Patrimônio**: temas e debates. Pelotas: UFPel, 2017.

SOUZA, Rafael. Educação em Santa Catarina e os impactos do Novo Ensino Médio. **Cadernos Catarinenses de Educação**, n. 15, 2022.

SOUZA, Gabriel da Silva; CAMPOS, Juliano Bitencourt; LADWIG, Ivo Nilzo; SANTOS, Marcos César Pereira. A cartografia do território guarani na região sul do estado de Santa Catarina, Brasil. **Revista Tecnologia e Ambiente**, Criciúma, v. 28, p. 20-36, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/ojs/index.php/tecnambiente/article/view/6910>. Acesso em: 20 mar. 2024.

TARDIF, Michel. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). **Educação Patrimonial**: reflexões e práticas. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. (Caderno Temático 2).

TOLENTINO, Átila Bezerra (org.). Educação Patrimonial: reflexões e práticas. Caderno Temático 2. João Pessoa: Superintendência do IPHAN na Paraíba, 2012. *In*: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (org.). **Cadernos do Patrimônio Cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. 210 p. (Série Cadernos do Patrimônio Cultural; v. 1)

TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (org.). **Educação patrimonial**: práticas e diálogos interdisciplinares. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2017. (Caderno Temático, 6). 160 p. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25916?mode=full&&locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25916?mode=full&&locale=pt_BR). Acesso em: 20 mar. 2024.

TOLENTINO, Átila Bezerra; BRAGA, Emanuel Oliveira (org.). **O que não é educação patrimonial**: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. Educação patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. (Caderno Temático; 5). Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25918?mode=full&locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/25918?mode=full&locale=pt_BR). Acesso em: 20 mar. 2024.

VYGOTSKY, Lev S. **Mente na sociedade**: o desenvolvimento de processos psicológicos superiores. Cambridge: Harvard University Press, 1978.

WAGNER, Gustavo Peretti. **Sambaquis da Barreira da Itapeva** - uma perspectiva geoarqueológica. 2009. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio. 'Outros Pesqueiros': apontamentos sobre a pesca, o pescador e os ambientes do Sul do Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Ciências Humanas, Belém, v. 16, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/CQLsjkzvvpC35hLCzXDMvpB/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio; HILBERT, Lautaro Maximilian. O Sambaqui do Recreio: geoarqueologia, ictioarqueologia e etnoarqueologia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Série Ciências Humanas, Belém, v. 15, p. 1-12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/fZ4xjdW5p98LdWdV5mPQvBD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 mar. 2024.

WALKER, Mike; JOHNSEN, Sigfus; RASMUSSEN, Sune Olander; POPP, Trevor; STEFFENSEN, Jorger-Peder; GIBBARD, Phil; HOEK, Wim; LOWE, John; ANDREWS, John; BJÖRCK, Svante; CWYNAR, Les Cwynar; HUGHEN, Konrad; KERSHAW, Peter; KROMER, Bernd; LITT, Thomas; LOWE, David J.; NAKAGAWA, Takeshi; NEWNHAM, Rewi; SCHWANDER, Jakob. Definição formal e datação do GSSP (Seção e Ponto do Estratótipo Global) para a base do Holoceno usando o núcleo de gelo NGRIP da Groenlândia e registros auxiliares selecionados. **Journal of Quaternary Science**, [s. l.], p. 3-17, 2009.

Disponível em:

[https://www.academia.edu/94838088/Formal\\_definition\\_and\\_dating\\_of\\_the\\_GSSP\\_Global\\_Stratotype\\_Section\\_and\\_Point\\_for\\_the\\_base\\_of\\_the\\_Holocene\\_using\\_the\\_Greenland\\_NGRIP\\_ice\\_core\\_and\\_selected\\_auxiliary\\_records](https://www.academia.edu/94838088/Formal_definition_and_dating_of_the_GSSP_Global_Stratotype_Section_and_Point_for_the_base_of_the_Holocene_using_the_Greenland_NGRIP_ice_core_and_selected_auxiliary_records). Acesso em: 20 mar. 2024.

WILLEY, Gordon; PHILLIPS, Philip. Método e teoria em arqueologia americana: uma base operacional para integração histórica da cultura. **American Anthropologist**, Santa Fé, v. 5, p. 615-633, 1953.

ZAMPARETTI, Bruna Cataneo. **Sambaqui Cabeçuda 01**: um território resiliente. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem, Universidade do Sul de Santa Catarina, Tubarão-SC, 2014.

ZAMPARETTI, Bruna Cataneo. **Tem um sambaqui na minha rua!** Multivocalização e experiência patrimonial: o exercício da Arqueologia Colaborativa. 2023. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

ZAMPARETTI, Bruna Cataneo; FARIAS, Deisi Scunderlick Eloy de. **Patrimônio arqueológico e preservação** – avaliando a percepção da comunidade de Garopaba do Sul, Jaguaruna - SC, sobre o patrimônio arqueológico local, Tubarão, 2010.